

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

ANA LUIZA DOS SANTOS JULIO

**NEGROS E NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO:
um estudo sobre raça e gênero**

Prof^ª. Dr^ª. Marlene Neves Strey
Orientadora

Porto Alegre
2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**NEGROS E NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO:
Um estudo sobre raça e gênero**

ANA LUIZA DOS SANTOS JULIO

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Doutor em Psicologia Social.

Prof^a. Dr^a. Marlene Neves Strey
Orientadora

Porto Alegre
2011

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)**

J94n Julio, Ana Luiza dos Santos
Negros e negras no ensino superior privado : um estudo sobre raça e gênero / Ana Luiza dos Santos Julio. – Porto Alegre, 2011.
180 f.
Tese (Doutorado) – Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia, PUCRS.

Orientadora: Dra. Marlene Neves Strey.

1. Psicologia. 2. Identidade Racial. 3. Negros - Brasil. 4. Desigualdade Social. I. Strey, Marlene Neves. II. Título.

CDD 301.451

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida alguma, tenho muito a agradecer aos meus pais, Nilza dos Santos Julio e Olimar Vieira Julio, por sempre terem me incentivado no caminho do estudo. Pela paciência que sempre tiveram durante todos esses anos, compreendendo o quanto a busca do conhecimento é importante para mim. Pai e mãe, preciso dizer que aqui não é o fim: é apenas o término de uma caminhada acadêmica, e o início de uma outra caminhada.

Entre muitos amigos que sempre me apoiaram, preciso agradecer aos meus preciosos amigos e Coordenadores do CECUNE, Suzana Ribeiro e Juarez Ribeiro que conheci em 2006 e que desde então tem sido parceiros, mentores e, fundamentalmente, amigos. Sou grata pelo o que vocês já me ensinaram e também porque sei que tenho ainda muito a aprender com vocês.

Sou grata também a três pessoas que me auxiliaram diretamente nas lidas da pesquisa, quer em tarefas de degravação, de tabulação e outros fazeres da pesquisa: são elas: a amiga Liliane Machado , a amiga Maria Eugênia Ungarete Marques e a colega do PPGP Gabriela

Sou grata também a CAPES, pelo financiamento, e a minha irmã Lourdes Julio Monterosso que se conformou em não ter a minha companhia por um bom tempo.

A todos vocês os meus mais sinceros sentimentos de gratidão.

ALSJ

NEGROS E NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: um estudo sobre raça gênero

Trata-se do estudo sobre o acompanhamento da trajetória acadêmica de negros e negras em uma instituição de ensino superior privado (IES), em Porto Alegre que, a partir de uma ação afirmativa, obtêm bolsas de estudo que garantem, administrativamente a permanência na instituição desses bolsistas.

O Programa iniciou-se no ano de 2004 contemplando 282 bolsistas, e sua continuidade vai até o último bolsista formar-se. Esse Programa contou com o apoio para a seleção e acompanhamento desses estudantes, da ONG CECUNE, que responsabilizou-se não apenas em selecioná-los, como criar cursos para o fortalecimento e reconstrução da identidade racial desses bolsistas.

Apresentamos este estudo dividido em três capítulos: no primeiro abordamos conceitos de raça e de gênero, por termos considerados a importância desses dois vieses ao nos aproximarmos do campo de estudo propriamente, onde averiguamos a presença maior de mulheres negras em busca desta oportunidade de formação, do que homens. Portanto há aí uma questão de gênero, a qual procuramos entender à luz também dos estudos do IPEA (2008) que apontam para as condições de desigualdade pautadas pelos indicadores raça e gênero. No segundo capítulo nos detivemos a avaliar os dados obtidos no curso de Reconstrução de Identidade Racial, ministrado pelo CECUNE para esse grupo de bolsistas negros e negras da IES em questão. No terceiro capítulo analisamos entrevistas com alguns desses estudantes e com pessoas da direção da IES e do CECUNE que foram os responsáveis pela implantação deste Programa. Com essas pessoas procuramos entender o que foi o programa, e qual a repercussão deste no que se refere ao efeito da busca de equidade racial através de um programa de inclusão social pela educação superior.

Palavras-chave: educação superior; raça; gênero e desigualdade racial.

ABSTRACT

BLACK MEN AND BLACK WOMEN IN HIGHER EDUCATION: A study about race and gender

This study was based on monitoring the academic trajectory of Black men and women in the private higher education (IES) in Porto Alegre, from affirmative action get scholarships that ensure that, administratively, their permanence in the institution, of these fellows.

The program began in 2004, comprising 282 Fellows, and continued until the last student with scholarship will be formed. This program was supported for the selection and monitoring of those students, ONG CECUNE that was responsible not just of their selection, but for creates programs for the strengthening and reconstruction of racial identity of these fellows.

We present this study divided into three chapters: in the first we approached concepts of race and gender, considering the importance of these two biases. As we got near to the field of study properly, which we ascertain the increased presence of black women in search of graduation opportunities comparing with black men. Therefore there is gender issues which we also seek to understand in light of IPEA (2008) studies pointed out indicators of inequality conditions guided by race and gender. In the second chapter we focus on evaluate the data obtained in the course of Reconstruction of Racial Identity taught by CECUNE for this group of black men and women scholars of the HEI concerned. In the third chapter we examine some of these interviews with students and people in the direction of the ISS and the CECUNE, who were responsible for implementing this program. With these people we try to understand what the program was and what it's effect, regarding to the effect of the search for racial equity through a social inclusion program for higher education.

Keywords: higher education, race, gender and racial inequality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	
RAÇA E GÊNERO: Onde nascem os negros e as negras do Brasil.....	07
CAPÍTULO II	
CIDADANIA E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL.....	37
CAPÍTULO III	
CONVERSA AO PÉ DO OUVIDO: entrevistas com bolsistas e com membros Da direção do programa de bolsas comunitárias afro	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
ANEXOS:	
ANEXOS I – SITUAÇÃO GERAL DOS BOLSISTAS CECUNE	
ANEXO II – TABELAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RACIAL	
ANEXO III – CARTA DE ACEITAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	

Introdução

Não nascemos negros (as). Não. Nascemos com alguma fenotípia, que nos faz mais brancos (as), ou amarelos (as), ou pretos (as) e ainda, conforme a miscigenação, pardos (as). Mas não negros (as). Negritude é uma condição de ascensão sócio cultural, que muitos entre pretos e pardos podem alcançar, por uma questão de escolha. E essa escolha é, necessariamente, política, passando a definir todas as relações sociais desse grupo racial entre si e com as outras raças, quer sejam brancos, amarelos e indígenas.

A negritude é algo a que o sujeito se lança a partir de uma compreensão de mundo, de uma consciência de valores diferenciados da hegemonia¹ eurocêntrica². Portanto, esses valores serão afrocêntricos, estando, necessariamente, dentro de um paradigma contra-hegemônico e que pontua exatamente a “medida de nossa vida”. Esses valores vão definindo, como coloca Mazama (2009), qual é a nossa história, qual é a cultura, a ancestralidade e, enfim, como determinamos nossa identidade negra. E, a partir daí, passamos a perceber outra condição de existência.

Ser negro e ser negra é, então, uma condição de consciência de existência, que nasce na mente e no coração pulsante de quem se reconhece sobretudo humano, com valores basais diferentes dos apregoados pela cultura globalizada e neoliberal, que determina, justamente, as condições que precipitam a exclusão e o impedimento do diferente no espaço social.

É a partir desses valores, calcados num paradigma afrocentrado, que propõe pensarmos o pertencimento racial, a consciência de raça, as experiências de racismo e tudo o mais que daí deriva, tal como a discriminação e o preconceito raciais, que buscamos olhar e balizar a experiência de um Projeto de Ação Afirmativa realizada entre os anos 2004 a 2010, numa Instituição de Ensino Superior (IES) na cidade de Porto Alegre, em parceria com a Organização Não Governamental Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE).

¹ O conceito de hegemonia, de acordo com Gramsci (1999) significa a capacidade [de uma classe] de subordinar intelectualmente as demais classes, através da persuasão e da educação, sendo esta entendida em seu sentido amplo. Para conquistar a hegemonia é necessário que a classe fundamental se apresente às demais como aquela que representa e atende aos interesses e valores de toda sociedade, assim como a aceitação das outras classes, desta condição.

²Neste sentido hegemonia eurocentrica refere-se a valorização do mundo e valores europeus como os valores a serem seguidos por todos os demais continentes, como o modelo padrão universal, quer tratar-se de África, de Ásia ou da America Latina, independente de suas especificidades territoriais e identitárias. [nota do autor]

A IES propiciou através do Programa Bolsa Comunitária modalidade Afro, o acesso para 280 estudantes, homens e mulheres racialmente definidos como negros e negras. Possibilitou, também, através do convênio que fez com o parceiro comunitário CECUNE, que as ações de permanência e de sucesso, fossem construídas pelas intervenções desse parceiro.

Muitos entraves aconteceram nesses anos todos, considerados entre 2004 e 2009, período em que o CECUNE esteve efetivamente atuante junto a IES. Mas, também, muita coisa foi possível de ser realizada. Uma delas é ter capacitado esse grupo de estudantes, no que se refere às questões identitárias raciais. Outra é ter acompanhado esses estudantes até a formatura, e ter, por parte de alguns mais “tocados” pela proposta de trabalho, o reconhecimento do trabalho prestado. Esse parceiro comunitário, responsável pelo respaldo técnico ideológico aos estudantes, realizou vários Cursos de Capacitação Identitária, um dos quais é analisado na presente tese.

É possível se perguntar, será que se atingem homens e mulheres adultos, a partir de Cursos de Formação Identitária? Para ilustrar tal fato, relato brevemente uma experiência com um estudante negro, bolsista modalidade afro, do curso de Administração de Empresas.

L. é um jovem negro estudante do curso de Administração de Empresas, curso no qual lecionei a disciplina de Psicologia Organizacional. L. sentava ao fundo da sala, mascando chicletes e balançando-se na cadeira, numa postura displicente. Certo dia, quando ele se aproximou da porta da sala, perto de onde

eu me encontrava, perguntei-lhe se ele era bolsista CECUNE, o que ele confirmou. Então lhe antecipei que nos encontraríamos no fim de semana. L. não sabia do que se tratava e ficou bastante curioso a respeito. Como havia lhe dito, no sábado depois de nossa aula, nos encontramos no Curso de Reconstrução de Identidade Racial.

Após aquela atividade, L. passou, espontaneamente, a sentar-se na primeira fila na sala de aula, abandonando sua postura displicente, tornando-se mais participativo nas aulas. Aproximadamente um mês após aquela atividade, o CECUNE fez uma nova chamada aos estudantes bolsistas, para outra atividade. Como essa atividade seria realizada num feriado, comentei com ele: “vamos perder o feriado...”, ao que ele me respondeu: “Perder nada, professora, vamos ganhar um feriado”. Referia-se, obviamente, à atividade a que participaríamos. Confesso que fiquei feliz em ver a reação do estudante, que demonstrou total compreensão e adesão ao que o CECUNE vinha realizando, reflexo imediato de sua mudança da atitude. Também é necessário que diga que esse estudante passou a ser nota dez, mostrando sua capacidade de entender em que dimensão tratávamos as questões trabalhadas nos Cursos.

Esse é apenas um exemplo, mas creio que ilustra perfeitamente o que acontece quando um estudante consegue captar a dimensão existencial proposta por essas atividades protagonizadas pelo CECUNE. Então, essas percepções não têm preço. Só mesmo a pessoa que as alcança sabe o valor que elas têm.

Por isso, nosso objetivo é de estudar a experiência da IES em parceria com o CECUNE na implantação e manutenção das bolsas modalidade Afro no Programa de

Ações Afirmativas. Este estudo é realizado através do acompanhamento das atividades que o CECUNE propôs, tais como um Curso, no qual participei como monitora, uma atividade avaliativa na qual também participei enquanto observadora participante.

O trabalho que aqui apresentamos é composto por três capítulos. No primeiro faço uma abordagem teórica das questões de raça e gênero. No segundo realizo uma análise das fichas de avaliação, que um grupo de 66 bolsistas preencheu sobre o que puderam entender do que vem a ser esse Programa da Ação Afirmativa do qual fazem parte. E, no terceiro, discutimos os resultados das entrevistas realizadas com alguns estudantes que ainda não haviam terminados seus cursos, com uma pessoa que era da Direção da IES, sendo uma das mentoras dessa Ação Afirmativa, e com duas pessoas Coordenadoras do CECUNE, responsáveis em por em prática as ações de capacitação identitária com esse grupo de estudantes.

O eixo de nossa pesquisa, diante da importância dessas ações afirmativas, teve três vértices: o acesso, a permanência e o sucesso. O acesso, que foi propiciado a 282 estudantes é questionável. No capítulo em que analisamos as entrevistas realizadas, veremos que no ano de 2005, por questões de interesses diversificados, a ação perdeu um pouco o rumo de sua identidade política, retomada mais adiante em 2006, na retomada da seleção dos candidatos pelo CECUNE. As ocorrências, ou o bloqueio identitário que se deu em 2005, serve para compreendermos, à luz de nossos paradigmas afrocentrados, o que ocorre quando não se tem assegurado quais são as políticas de acesso. A permanência foi o que melhor foi trabalhado. Na concepção desse novo paradigma afrocentrado, de nada nos adiantaria que os estudantes fizessem sua formação universitária, apenas com o ganho acadêmico técnico; nossa intenção era capacitá-los racialmente. E isto, pode ser visto tanto no capítulo dois, através das fichas

de avaliação, quanto do capítulo três, nas entrevistas. O mais difícil de averiguar, com certeza foi o sucesso, por tratar-se de algo subjetivo. Como se mede o sucesso? Que instrumentos se podem utilizar para medi-lo? Com certeza isso pode ser uma incógnita. Nós chegamos a pensar que o sucesso seria efetivamente alcançável ao término do curso. Isso com certeza é parte do sucesso. Pensar em pessoas negras empobrecidas que sempre estiveram à margem da sociedade e que obtêm um título de graduação de ensino superior, é parte do sucesso, sem dúvidas. Parte, porque não se trata apenas disso que estamos aqui tratando. Efetivamente sucesso para nós, é quando esses sujeitos adquirem a consciência de sua negritude e fazem dela um instrumento para a construção da igualdade racial. Muitos desses estudantes atingiram esse ponto. Mesmo que tivesse sido apenas um, esse trabalho teria valido a pena. Para satisfação nossa e do coletivo negro, muitos foram os que assim conseguiram se capacitar. Portanto, pode-se dizer que contribuímos, em alguma medida, para a eliminação do racismo e da desigualdade racial. No final dos três capítulos esperamos ter comprovado nossa tese inicial de que é necessário a consciência da própria negritude e que esta é a real capacitação de negros e negras a competirem em grau de maior igualdade dentro de uma sociedade na qual têm poucas oportunidades reais nesse sentido.

CAPÍTULO I

I - RAÇA E GÊNERO

Onde nascem os negros e as negras do Brasil

“A miséria é menos surpreendente
em negros do que em brancos”

Oracy Nogueira

Neste texto nos propomos a fazer uma discussão com alguns autores clássicos sobre a temática raça e gênero, com base na perspectiva sociológica, abordando as questões sociais através do lugar onde os protagonistas sociais, definidos pela raça e gênero, se encontram. Nesse sentido, procuraremos aqui reafirmar a importância da busca de espaços sociais a serem ocupados pelas pessoas negras. É a partir desses “lugares”, que não são apenas geográficos e nem apenas sociológicos, pensamos, se torne viável a elaboração e o fortalecimento de espaços internos, psíquicos, nos quais essas pessoas constroem sua negritude.

1.1.- O CONCEITO DE RAÇA

Nossos pressupostos são os de que as desigualdades existentes no Brasil assentam-se na questão racial e de que tem sido historicamente, o movimento negro,

quem mobiliza ações sociais contra-hegemônicas que se fizeram atuantes a partir da década de 1970, se encarregando de denunciar as constantes práticas de racismo e de discriminação racial por que passavam, e passam ainda, em certas circunstâncias, as pessoas negras no Brasil. Essas pressões, sejam as de denúncia de racismo, sejam as que apontaram para a baixa qualidade de vida de coletivos brasileiros, tais como mulheres e negros, criaram o ambiente propício para que, pouco mais adiante, fosse proclamada na Nova Constituição no Brasil, a assim chamada Constituição Cidadã, questões contrárias ao racismo. Portanto, o movimento negro é um movimento democrático, isto é, um movimento que, naquele momento se empenhou e se preocupou em criar as vias para que a democracia atendesse também questões relativas ao cunho racial. No momento atual, seu empenho tem sido o de fazer com que o povo negro possa acessar as instituições sociais brasileiras, tanto na qualidade de usuário, quanto como na qualidade de profissional, completando o leque de possibilidades de igualdade racial.

É o movimento negro quem aponta a situação de vida diferenciada, por que passam os negros e as negras, seja pela impossibilidade de melhores trabalhos, de maior qualificação profissional e educacional. É esse movimento que se responsabiliza em denunciar as precárias condições de vida do coletivo negro, na sociedade brasileira. Uma das ações fundamentais do movimento negro, segundo Silva (2009, p. 186) foi “visibilizar a democracia racial como um mito a ser destronado”.

Ao apontar que não se vive nem nunca se viveu em uma democracia racial, aponta-se também para as experiências de desigualdade racial a que estão expostas as pessoas negras, brancas, indígenas e amarelas. Portanto, viveu-se por muito tempo no Brasil, sob a égide desse mito, de sermos um paraíso racial, e de que todas as raças, aqui

entendidas pelas cores branca, amarela e negra (composta pela cor preta e parda), viviam em perfeita harmonia e em igualdades de condições sociais.

A função ideológica desse mito não foi outra senão a de ocultar a própria desigualdade racial que por muito tempo sustentou e sustenta as relações inter-raciais brasileiras. Reafirmamos, por isso, a concepção do termo raça como um constructo sociológico, fruto das relações diferenciadas entre os brancos, negros e indígenas e também de amarelos, aqui representados pelos descendentes de asiáticos, hoje fortemente representados no Brasil.. Sendo, portanto, a raça, o fator hierarquizante entre os diferentes grupos. Exemplificando essa questão, Batista Lacerda, ao participar do I Congresso Internacional de raças, em Londres, no ano de 1911, garantiu que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século, sua perspectiva, saída e solução” (Schwarcz, 1993, p. 8). Ou seja, branquear, limpar a *raça* brasileira, seria sinônimo de por o país em desenvolvimento. A autora cita o pesquisador suíço Louis Agassiz, que descreve o Brasil, impuro, da seguinte forma:

Que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar a baixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deteriorização decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (1868, p.71).

Estamos falando de um Brasil que em seguida, talvez por força de superar as críticas à mestiçagem, torna-se higienista e eugenista contando com a forte presença do médico legalista Maranhense, Nina Rodrigues, que, radicado na Bahia, funda a Escola Baiana de Medicina, nos mesmos princípios da teoria de Cesare Lombroso, antropólogo criminal cujo argumento implica em afirmar a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário, detectável em diferentes sociedades. Segundo Schwarcz (1993, p.190) “os médicos baianos, seguidores de Nina Rodrigues farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como o nosso grande mal, mas, ao mesmo tempo, nossa suprema diferença”. Além da abordagem médica, ocorre ainda uma associação à questão de direito. Assim:

Quando contrastado com as faculdades de direito, com a fala do bacharel, o discurso médico ganha mais outra conotação. Trata-se agora de perceber a existência de uma querela – mais ou menos formalizada – acerca de áreas de saber, projetos profissionais, ou mesmo formas diversas de conceber o país. Na ótica médica o objetivo era curar um país enfermo, tendo como base um projeto médico-eugênico, amputando a parte gangrenada do país, para que restasse uma população de possível “perfectibilidade”. O “homem de direito” seria um assessor que colocaria sob forma de lei o que o perito médico já diagnosticara e com o tempo trataria de sanar (Schwarcz, 1993, p.190).

E a autora continua demonstrando a história:

Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à “perfectibilidade” biológica (Shwarcz, 1993, p.191).

São essas ideias de Cesare Lombroso, a qual Nina Rodrigues, assim como também o jurista Silvio Romero seguem propiciando a criação de teorias raciais no Brasil. Segundo Hofbauer (2006, p.199) “Nina Rodrigues negava que, entre as civilizações inferiores (como a negra) , houvesse uma consciência do dever, do direito formal, que, para ele, constituía uma pré-condição da responsabilidade penal. Para o autor, existia uma “impossibilidade material, orgânica” que impedia os representantes das fases inferiores da evolução social, de passar bruscamente para o “grau de cultura mental e social das fases superiores”. Segue Nina Rodrigues afirmando que:

Ninguém pode duvidar tão pouco de que anatomicamente o negro esteja menos adiantado em evolução do que o branco. Os negros Africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos. Simplesmente elles pertencem a outra phase do desenvolvimento intellectual e moral (Rodrigues, 1957, p. 120).

As ideias de Nina Rodrigues afirmam um precário desenvolvimento moral e intelectual dos negros, e, em assim sendo, conforme aponta Hofbauer:

Punir alguém que por razões de inferioridade racial não está preparado para cumprir com os direitos e deveres, próprios da civilização moderna seria um

equivoco, do ponto de vista científico. Adverte ele: tornar os bárbaros e selvagens responsáveis por não possuir (em) ainda essa consciência (de direitos e deveres) seria a mesma coisa que tornar as crianças responsáveis por não terem atingido a maturidade mental dos adultos, ou castigar “os loucos por não serem sãos de espírito (2006, p. 200).

Divergindo dos autores até então apresentados, o termo raça aqui, conforme o propomos não se encontra na ordem do biológico. Como bem aponta Queiroz (2000, p.27) “olhar as relações sociais como um dado da natureza, foi uma idéia que mobilizou a ciência desde o século XIII e que a ciência do século XX pôs por terra”. Em 2000, a partir do Projeto Genoma, fica cientificamente comprovada a existência de apenas uma raça entre os humanos: a “*homo sapiens*”, de onde todos são originários. Por isso não nos atemos aos constructos biológicos e nem mesmo aos antropológicos que abriga em geral a questão racial em consonância com aspectos étnicos. Por sermos da Psicologia, e mais especificamente da Psicologia Social, estamos ocupadas em fazer esta leitura sobre o que acontece na subjetividade do sujeito, em consonância com o que se dá na ordem das relações interpessoais, mediadas pela cultura. Portanto a proposta aqui é intra e interpessoal.

É próprio da Psicologia Social o entendimento de que cada sujeito, cada pessoa, é fruto e produtor do social em que se insere. Iniciamos nossa jornada humana já dentro de um social, com o qual interagimos, sempre. Essa interação, entretanto, pode, por muitos anos ser de uma forma pouco assumida, no sentido de que podemos não perceber nossa forma de auto-participação e contribuição naquilo em que somos feitos.

Isso tende a nos acontecer, por exemplo, primariamente durante os anos de nossa infância, em que vamos sendo construídos e nos construindo, assim como, ao interagirmos no social, também contribuimos na construção dos outros, no que tange a sua retro interação conosco. E isso tudo, que em verdade é uma imensidão de sentimentos, sentidos, percepções e cognições, se dá, ao longo de todos os anos da infância, de uma maneira quase automática. É a subjetividade que se está elaborando. Assim tem sido no que se refere ao nível da singularidade de cada sujeito, mas que se repete, invariavelmente, em todos.

A nossa interação social se dá em sociedades. Em cada sociedade há ideologias, nem sempre claramente definidas, mas sempre definindo quais as relações são possibilitadas. É aqui, em nível das ideologias, que vemos como entender o constructo raça.

Por muito tempo, na história da humanidade as ideologias impregnavam os preconceitos que serviram para excluir alguns grupos humanos, colocando-os numa condição quase de sub-raças, ou raças inferiores, como na escola de Nina Rodrigues (Hofbauer, 2006). Assim, o imaginário social brasileiro foi alimentado por ideias preconceituosas, que separaram os grupos humanos, atribuindo a uns, a humanidade e aos outros, algo próximo à animalidade ou, quando muito, uma sub-raça humana. Assim é que foi tanto para a população negra quanto para o povo indígena brasileiro. Nos dizeres de Nina Rodrigues:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o

revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (Rodrigues, 1977, p.7).

Ou seja, se o Brasil se encontrou em algum grau de inferioridade ou de parco desenvolvimento, durante o período histórico colonial, isto se deve, necessariamente, segundo o autor, à presença dos (as) negros (as) na sociedade brasileira. O cerne desse entendimento vai propiciar que os estudos da época se voltem justamente à questão da eugenia e da higienização, ou seja, Nina Rodrigues foi o precursor de uma medicina higienista, cujas ações visavam sempre à limpeza, até chegar-se ao campo da pureza, ou de forma mais precisa, de eliminação da raça negra, como condição conclusiva do processo de limpeza e pureza racial.

O termo raça serviu, então, para comandar, como aponta Queiroz (2000, p.2) uma “ordenação social, classificando e hierarquizando os tipos humanos, pela origem racial”. Banton (1979) diz tratar-se de uma racialização do mundo em que, a partir da África negra, os sujeitos que foram feitos escravos, passaram a representar o negro, significando um sujeito incompleto, inferior. Essa transposição faz com que fique associada à estrutura fenotípica, à condição social na qual o sujeito foi posto. É dessa mesma forma que o (a) negro (a) brasileiro (a) ou o(a) afro descendente é percebido(a). Se ele (a) se encontra numa condição de subalternidade, essa condição não se dá por entraves sociais que não o (a) permitem mobilizar-se e crescer socialmente, mas por ser uma condição “natural” da sua raça, ou seja, pela sua pré-condição de inferioridade, como faz crer o autor, ou, em outras palavras, pela sua incapacidade cognitiva ou

laboral que o (a) impede de fazer essa transposição social, mantendo as desigualdades raciais, tal como aconteceu nos períodos pré e pós-abolicionista. Isto é quase uma justificativa “natural” das desigualdades raciais.

Como bem refere Hasenbalg (2005) negros e mulatos não adquiriram uma mudança de status legal, que transformasse substancialmente suas posições sociais. Segundo Florestan Fernandes, apontado por Hasenbalg, isto ocorreu pela “falta de preparo tanto para o papel de trabalhador livre e ao limitado volume de habilidades sociais”, que incapacita esses sujeitos, tendo como resultado, sua exclusão das oportunidades sociais e econômicas da ordem social competitiva. (Hasenbalg, 2005, p.209) .Ou seja, negros e mulatos entram na modernidade inábeis socialmente para o desenvolvimento dos atributos necessários na sociedade competitiva, posto encontrarem-se do lado de fora das formações técnicas.

Apontar tais inabilidades sem apontar a razão disso, seria como perpetuar a desigualdade como sendo uma condição inata desse grupo. Essas inabilidades são frutos da falta de transição adequada de um sistema sócio relacional a outro. Portanto, quando os negros ficam fora de escola assim como de todas as possibilidades de aquisição de condições de preparo social, isso representa uma reiteração da perpetuação da desigualdade racial. Impedidos de qualificação, ao ficar fora da escola técnica e regular, ficam à mercê de um trabalho menos qualificado, menos especializado, com características mais braçais e de força física. Dessa forma, mantêm-se esse grupo racialmente definido na subalternidade. Conforme Hasenbalg:

A degradação pela escravização, anomia social, pobreza e uma integração deficiente à estrutura de sociedade de classes combinaram-se de forma a produzir um padrão de isolamento econômico e sociocultural de negros e mulatos. Este isolamento é considerado como anômalo dentro de uma sociedade “competitiva”, “aberta e democrática”. É explicado em termos de persistência do modelo tradicional e assimétrico de relações raciais. Após a abolição da escravidão, o modelo arcaico de relações raciais destinado a regular as relações entre senhores e escravos e libertos manteve-se quase que totalmente. Com ele manteve-se também o padrão tradicional de concentração racial de poder, riqueza e prestígio (2005, p. 80).

O que se está aqui apontado é o fato de que o Brasil modifica suas relações trabalhistas, passando de um regime escravista para um regime industrial, capitalista, que o inaugura na modernidade, sem adequar coerentemente às relações produtivas, pelo menos no que se refere ao grupo negro que se torna, dessa maneira, despreparado ou inadequado para a nova realidade que se impôs. Ainda segundo o autor:

[Florestan] Fernandes argumenta que o modelo arcaico de relações raciais só desaparecerá quando a ordem social competitiva se libertar das distorções que resultam da concentração racial, detendo privilégio e poder. Assim, uma democracia racial autêntica, implica que negros e mulatos devam alcançar posições de classe equivalentes às aquelas ocupadas por brancos (Hasenblag, 2005, p. 81).

Para Fernandes, os (as) negros (as) e os (as) mulatos (as) ainda se encontram longe de se assemelharem, social e economicamente ao padrão branco. Nos dias atuais, àqueles (as) negros (as) que rompem com este perfil, e ultrapassam a condição econômica se assemelhando ao padrão social branco, é a chamada exceção que explica a regra. Portanto, em sendo parte da regra, em sendo negros, não obterão as facilidades sociais do universo branco, ainda que possam não se encontrar em condições econômicas que os coloque na condição de subalternidade negra. Dizendo de outra forma, vivem no âmbito branco, apesar de não poderem partilhar em sua totalidade da condição branca, pela questão explícita de não serem brancos, ainda que isto jamais seja pontuado. É como se apresentasse para eles, uma linha invisível demarcadora de até onde podem ir, não sendo permitida a ultrapassagem pelo campo de força invisível, fortemente detectável racialmente.

Esses sujeitos, pelo contrário, por estarem socialmente inseridos, vão ser usados como demonstração da suposta igualdade de condições raciais da sociedade brasileira, como o clássico exemplo de Pelé, e outros jogadores de futebol ou, ainda, artistas, em geral do âmbito musical. Essas pessoas tendem a não poder reconhecer-se em seu pertencimento racial, e, invariavelmente, tendem a casar-se com pessoas brancas, como numa profecia auto cumpridora e com tendência a buscar branquear-se. Nessas condições, dificilmente vão auto declarar-se negros (as), pois não o são de fato. Ainda que tenham a cor da pele preta ou parda, essas pessoas não passaram pelo processo de consciência do que significa ser negro, numa sociedade racializada. Optaram, portanto, conscientes ou não disso, por não serem negras, e, só nessa condição, não negra, é que elas passam ao convívio com a elite econômica e cultural branca brasileira.

É importante salientar que esses “jeitos”, por assim dizer, que caracterizam a transposição racial (de negro para branco) e mesmo as que mantêm os (as) negros (as) racialmente identificados, não são, em hipótese alguma, simples de serem definidas. É necessário, antes de qualquer coisa, que se entenda o quão desvantajoso parece ser, ser um (a) sujeito negro (a), ou, em outras palavras, parece haver vantagem para o sujeito fazer a transposição racial, ao transformar-se, gradualmente, em um sujeito branco, ou, no mínimo, em um sujeito embranquecido. Isto significa que, ainda que de forma velada e silenciada, haja o reconhecimento da desvantagem em ser negro, o que pode ser traduzido pela real existência de desigualdades raciais, sustentadas pelos preconceitos assim como pelas discriminações em relação à raça negra. Hasenbalg (2005, p.84) diz-nos que:

F.H. Cardoso ilustra como um elemento do sistema tradicional de relações raciais é elaborado e adquire novas funções após a abolição da escravidão. O preconceito e a discriminação racial, observa, eram características intrínsecas do sistema escravista. No entanto, a coerção dos senhores e a incapacidade legal dos escravos eram suficientes para assegurar a exploração dos escravos. Com a abolição do escravismo e com o advento da igualdade formal, os negros emancipados começaram a frustrar as expectativas do grupo branco e a ameaçar o monopólio de certas posições sociais em mãos de brancos. Nessas circunstâncias, o significado e funções do preconceito e discriminação raciais são alterados, visto que era necessário criar mecanismos sociais que, em nome de uma desigualdade natural, permitissem a acomodação dos negros a um sistema assimétrico de posições e privilégios. Desta forma, as práticas racistas,

após a abolição são ativadas pelas ameaças reais ou imaginárias feitas pelos negros à estrutura de privilégios sociais dos brancos.

Considerando aspectos da linguagem que dão sustentação não apenas ao sujeito que se constitui nesta linguagem, conforme Vygotsky (1987)¹ como também à construção da representação social (Moscovici, 2003)² do que vem a ser um grupo ou outro, podemos observar a seguinte construção na língua portuguesa, onde o termo negro é linguisticamente carregado de uma forte conotação negativa. Ao recorrermos ao Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1975), encontramos as seguintes definições para o termo negro: “adj. Que é de cor muito escura; preto, sombrio. / Física. Ausência absoluta de cor. / Fig. Triste, melancólico; funesto: dia negro. / Odioso, perverso, mau: alma negra. / &151; s.m. Pessoa da raça negra; preto. / Fig. Escravo. // Fam. Trabalhar como um negro, trabalhar sem descanso. // Bras. Meu negro (dito também meu nego), tratamento familiar carinhoso, equivalente a "meu bem". Para negra, encontramos: s.f. Mulher negra. / P. ext. Escrava. / Partida de desempate no jogo.

Já para o termo branco encontramos: adj. Diz-se da impressão produzida no órgão visual pelos raios de luz não decomposta. / Da cor da neve, da cal, do leite. / Pálido: ficou branco de medo./ Fig. Puro, inocente: os sonhos brancos que não são da

¹ Vygotsky teve como interesse estudar a linguagem como constitutiva do sujeito, procurando direcionar seus estudos para a relação entre pensamento e linguagem, entendendo a linguagem como um processo dinâmico que promove o desenvolvimento.

² As representações sociais têm como uma de suas finalidades tornar familiar algo não-familiar, isto é, uma alternativa de classificação, categorização e nomeação de novos acontecimentos e ideias, com a quais não tínhamos contato anteriormente, possibilitando, assim, a compreensão e manipulação destes a partir de ideias, valores e teorias já preexistentes e internalizadas por nós e amplamente aceitas pela sociedade,

Terra. / &151; s.m. A cor branca: o branco e o azul são as suas cores prediletas. / Homem da raça branca. / Espaço entre linhas escritas. E para branca: Nome Germânico - Significado: Luminosa, brilhante. Não se pode esquecer que a língua e a linguagem, mais especificamente, também é uma construção social, que define e redefine, constantemente, as relações sociais possíveis e necessárias de serem mantidas, e, fundamentalmente, de que nós somos desde pequenos introduzidos a ela. Isto significando o quão intenso é o preconceito que o brasileiro carrega diante da questão racial, demarcada pelos termos negros (as) e brancos (as).

A partir daí pode-se dimensionar o quanto e o porquê é atribuído ao “negro”, características negativas, enquanto ao branco, características de positividade. É dessa maneira que o imaginário brasileiro, diante das questões de ser negro ou ser branco, vai vinculando as ideias clássicas coloniais de degenerescência e de pureza. É também a partir desse imaginário, que vão sendo construídas, como pano de fundo, as desigualdades raciais. Ao atribuímos adjetivos desqualificadores ao (a) negro (a), vamos criando o imaginário da inferioridade como única condição desse sujeito. E, dessa forma, naturaliza-se essa condição a tal ponto, que nos habituamos a ver na pessoa negra, como colocada na subserviência e ou nas periferias, assim como em todas as representações sociais de menor prestígio e procura social, enquanto no pólo opositor só pode caber o (a) sujeito branco (a).

Essa tem sido a marca das relações raciais em que aquilo que rompe com o padrão hegemônico branco, dito superior, tende a ocupar o lugar de inferioridade. Eis o espaço propício para a hierarquização das relações raciais ou, em outras palavras, para que as desigualdades raciais se estruturam, na medida em que aquilo que segue o

modelo, branco, masculino, é socialmente valorado, enquanto que o que se afasta desse padrão, tende a ser menos valorizado. Além disso, há os aspectos das nuances da cor, onde a mulata é apreciada como um símbolo de diversão, sensualidade e prazer, o que a coloca na condição de objeto de consumo. Nessa mesma ordem de coisas, aparece o homem negro apresentando uma virilidade exacerbada. É a partir desses dois exemplos emblemáticos, que os negros e as mulatas representam a democracia racial³ à brasileira. Como resultado disso, nada se questiona, e apenas se reproduz a ideia do que vale e do que não vale como condições essencialistas do que é branco e do que não é. Hofbauer (2006,) comenta que no Brasil colonial era possível aos negros ascender socialmente a partir de pré-condições sociais como: “ser livre, possuir dinheiro, dispor de méritos pessoais e ter apoio de famílias influentes” (p.174) e, que, nesse sentido “quando as circunstâncias favoráveis, riquezas, relações de família ou talentos pessoais tornam um homem recomendável, qualquer “degradação” da cor o faz passar por branco, tanto mais facilmente quanto os próprios brancos são muitas vezes bastantes morenos” (p.174). Portanto, de acordo com esse autor, ser negro ou ser branco, dependeu, no Brasil colônia, das “circunstâncias”. Neste sentido, ser negro ou branco é maior do que a cor da pele, mas definia fortemente, como ainda define, a valoração do sujeito em questão. De toda maneira, negro significava inferior, e branco, superior.

³ O conceito de democracia racial é um processo de apresentar os negros nas relações sociais, sem, contudo, permitir-lhes uma real inclusão enquanto sujeito. O negro “viril” aparece em sua “animalidade”, uma vez não apresentar características de uma inteligência ou potencia comunicacional e social, caracteres essencialmente humanos. A mulata, por sua vez, que representa uma negra embranquecida (porque é a mistura do branco com a negra) é um objeto de consumo e prazer descartável. Eis a marca da diferença dos lugares sociais: implicitamente o homem branco, é o sujeito de trabalho intelectualizado, produtor de conhecimento e prestígio social; a mulher branca que não se encontra enquanto mercadoria, possivelmente encontra-se dentro dos lares, administrando as famílias tradicionais brasileiras. Ainda que este seja um lugar de crescente desconstrução social, ainda é um lugar de maior prestígio social do que das mulheres negras e mulatas que aparecem como objetos de uso (as negras domésticas) e de consumo(as mulatas sensuais). [nota da autora].

Neste sentido tais circunstâncias podem ser descritas como o ideal de branqueamento. Em outras palavras, o que importa sempre, é ser branco. Caso a pele seja parda e os “ideais” não forem negros, o sujeito pode transportar-se facilmente ao universo branco. Ele pode, paulatinamente, branquear-se, adquirindo hábitos e maneiras daquele universo. É uma metamorfose que, segundo Hofbauer:

Um ideário historicamente construído (uma ideologia, um mito) que funde status social elevado com “cor branca e/ ou raça branca” e projeta ainda a possibilidade de transformação da cor da pele, de “metamorfose” da cor (raça). Ao atuar como interpretação do mundo (das relações sociais), esta construção ideológica foi fundamental para a manutenção da ordem social. Chamar a atenção para a cor da pele escura (ou traços raciais negróides) de alguém era uma grave ofensa, sobretudo para aqueles que buscavam ascender socialmente. Enquanto as palavras “negro” e “preto” estavam intrinsecamente associadas à vida escrava, a cor branca está ligada ao status livre (2006, p.177).

Branquear, portanto, é ultrapassar a linha da inferioridade para um lugar de poder. Há aí uma suposição conforme o autor, entre “progresso” e “brancura”. Nesse sentido, progredir, evoluir, desenvolver, tem, para a pessoa, assim como para o país, um ideal embranqueador. Na evolução desse processo de branqueamento isso vai se dar tanto nas questões morais quanto nas fenotípicas uma vez que, ao branquear, criam-se as condições de entrada na modernidade.

1.3.-GÊNERO E RAÇA

Uma das características do mundo moderno é a luta pela libertação das mulheres. É um mundo marcado, sobretudo pelo movimento feminista. Porém, esse feminismo que, como outros movimentos libertários lançam a humanidade na modernidade, não se pode esquecer que não só o machismo separou o mundo em dois, compostos por machos e fêmeas onde os machos tornaram-se o modelo universal da humanidade, o “homem universal” modelo que forja o surgimento do feminismo. Mas, além do machismo, existe também o racismo, que não sendo levado em conta pelo movimento feminista do norte, torna-se mais um instrumento segregador de muitas mulheres que não se encontram no modelo privilegiado deste feminismo que, desta forma torna-se hegemônico propondo apenas os valores brancos. É dessa forma que surge então, a manifestação das mulheres negras, que não conseguiram, ao longo da história brasileira, ser contempladas, nem mesmo pelo movimento negro, que as pode incluir enquanto raça, mas não como gênero, posto o machismo imperar também no movimento negro. Assim é que as mulheres negras estiveram, por muito tempo, alijadas em seus direitos, não sendo contempladas nem por um movimento social, nem por outro.

Raimundo (2006) aponta para essas contradições nas lutas das mulheres negras, tanto no trato do preconceito e discriminação, quanto no âmbito das relações entre os gêneros. Então, seguindo essa lógica, é inegável que essas mulheres estejam também inseridas nas formas de relações capitalista que as coloca na luta pela sobrevivência, tal quais os demais partícipes sociais, ainda que sua condição na

sociedade, não as possibilita estar no mesmo patamar, que as permita dispor dos mesmos recursos no enfrentamento das demandas de sobrevivência.

É necessário que se diga, portanto, porque essas mulheres não se encontram em igualdade de condições de disputa no mercado de trabalho quanto se supõem que estejam os outros partícipes sociais. Ora, se os homens negros, na sociedade machista sempre estiverem em desigualdade social, sendo que a marca principal dessa tenha sido a questão racial, o que resta para as mulheres negras, senão o último lugar na escala social, que, como afirmou Saffioti (1987) “a supremacia masculina perpassa todas as classes social estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na “ordem das bicadas” é uma mulher. Na sociedade brasileira essa posição é ocupada por mulheres negras e pobres”.(p. 16). As condições de vida real das pessoas têm sofrido poucas transformações factuais. Ainda perduram as égides do machismo, do capitalismo e, fundamentalmente, do racismo. Neste sentido, ficam as mulheres negras oprimidas por todas essas condições contra hegemônicas. Por isso que, segundo Carneiro (2001), a busca de igualdade de direitos das mulheres negras, ganha força e estabelece novos desafios. Também nesta ordem de coisas, outros mitos foram criados. Neste caso, o mito da igualdade entre todas as mulheres. Relembrando Beauvoir (1949) “ não se nasce mulher, torna-se mulher”. Nesse mesmo sentido, pode-se inferir que não se nasce negra, mas tornam-se negras, ao dar-se conta do que significa e o que implica ser essa qualidade de ser humano. Se o ser negro é uma construção, ser mulher negra é uma dupla condição de construção, pois se passa pela condição de tornar-se mulher e, para,

além disso, tornar-se uma mulher negra. Não basta, para isso, portanto, ter um fenótipo negro, uma pele negra. É, sobretudo necessário ter uma consciência de ser negra.

Historicamente segundo Raimundo (2006) em conformidade com a entrevista concedida por Leila Gonzalez é o próprio movimento feminista não-negro que teve que deparar-se com sua cumplicidade com a dominação racial. Ou seja, o movimento feminista branco, ao não contemplar as mulheres negras não apenas desconsiderava a diferença racialmente existente entre as necessidades das mulheres brancas e negras, como se propunha como modelo hegemônico e universal de mulher: a branca. Desta forma, nos moldes do machismo, o feminismo branco impôs-se sobre a mulher negra, negando-lhe as suas particularidades raciais. Ao negar dessa maneira, as feministas brancas passam a ser algozes das negras, pois as mantêm no lugar de subserviência e de subalternidade.

Portanto, se fez necessário às mulheres negras, romper com a lógica universalista do feminismo branco, para forjar espaços para as demandas raciais. Neste sentido Carneiro (2001) aponta para a dupla militância necessária às mulheres negras, com o intuito de assegurar não só as conquistas raciais, advindas das lutas do movimento negro, como também garantir que as desigualdades de gênero não se sobrepujam a elas, ao privilegiarem apenas as demandas do universo feminino branco.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008) apresentou a 3ª edição do mapa das desigualdades de gênero e raça. Este estudo tem ocorrido em parceria do IPEA, pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), e pelo Fundo do Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres (UNIFEM), como

intuito de analisar o perfil da população brasileira, a partir dos recortes gênero e raça, utilizando-se para tal, dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este estudo tem se realizado, retrospectivamente, desde o ano de 1993, ou seja durante os últimos 14 anos. Esta 3ª edição faz uma análise comparativa da população brasileira, nos anos de 1996 a 2007, a partir de 10 blocos, considerando: bloco 1- população; bloco2- chefia de domicílio; bloco 3- educação; bloco 4- saúde; bloco 5 – previdência e assistência social; bloco 6- mercado de trabalho; bloco 7 – trabalho doméstico renumerado; bloco 8 – habitação e saneamento; bloco 9 – acesso a bens duráveis e exclusão digital; bloco 10 – pobreza, distribuição e igualdade de renda e bloco 11- uso do tempo.

Para fins deste nosso estudo, utilizaremos alguns marcadores, a saber, população, educação, mercado de trabalho, trabalho doméstico, habitação e bens de consumo. No bloco população encontramos inicialmente a informação da existência de uma curva ascendente daqueles que se consideram negros, no Brasil. O que acolhemos com satisfação, pois é um indicador de que a luta social e acadêmica em prol da consciência dos (as) negros (as) tem alcançado os objetivos, pelo menos, primariamente. No bloco educação, percebe-se a variação de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, de acordo com o sexo e cor / raça, entre os anos de 1996 a 2007, de acordo com a seguinte tabela.

	Ano de 1996	Ano de 2007
Mulheres Brancas	7,6%	9,3%
Homens Brancos	6,8%	8,4%
Mulheres Negras	5,2%	7,4%
Homens Negros	4,4%	6,3%

Tabela 1- A Educação medida em anos de estudo da população maior de 16 anos, de acordo com sexo e cor/raça, entre 1996 e 2007⁴

Esta tabela demonstra que as mulheres brancas foram a população que mais estudou, seguida dos homens brancos. Em terceiro lugar encontram-se as mulheres negras, seguidas dos homens negros, que são os que menos estudaram. Verifica-se que em 2007 as mulheres negras ainda não tinham atingido os anos de estudo que as mulheres brancas tinham em 1996.

Em relação à saúde das mulheres, os dados do IPEA informam o quanto esta tem sido precarizada, e já há um reconhecimento, por parte do Ministério da Saúde, da existência do racismo institucional, que deixa de prestar o devido atendimento para as mulheres negras, negligenciando-as, no que se refere a especificidade desse atendimento. Conforme o quadro a seguir, podemos observar que tanto para as mulheres brancas quanto para as negras ainda é grande a ausência de atendimento, entretanto, esta falta tem sido maior para as mulheres negras.

⁴ Dados da 3ª ed. do Mapa das Desigualdades de Gênero e raça, IPEA.

Tabela 2 - Saúde das Mulheres

Idade: 25 anos ou mais	Nunca realizou exame de mamas	Nunca realizou exame de colo de útero
Mulheres Brancas	28,7 %	17%
Mulheres Negras	46,3 %	25%

Tabela 2 – Saúde das Mulheres - O câncer é uma das maiores incidências de morte de mulheres acima dos 30 anos de idade⁵

Uma das justificativas para a desigualdade no acesso aos exames, é a própria discriminação, que nos dizeres do IPEA:

Esses números apontam para as desigualdades na qualidade do atendimento relacionado com práticas e comportamentos discriminatórios adotado no cotidiano de trabalho, resultantes de preconceitos e estereótipos racistas, próprios do racismo institucional. O racismo institucional abarca ainda outros aspectos e sua existência nas instâncias do SUS foi oficialmente reconhecida no Ministério da Saúde quando da realização do II Seminário Nacional da Saúde da População Negra (2008, p.6).

⁵ 3ª ed. Mapa das desigualdades, IPEA, 2008.

Tabela 3 – Taxa de desemprego

Gênero / Raça	Ano 2007
Homens Brancos	5,3%
Homens Negros	6,4%
Mulheres Brancas	9,2%
Mulheres Negras	12,2%

Tabela 3 - A taxa de desemprego da população maior de, 16 anos segundo sexo e cor/raça, em 2007 ⁶

O campo de atuação profissional é de fundamental importância para a autonomia do indivíduo, para a construção da identidade, para o reconhecimento social, para o acesso a bens de consumo, entre outras dimensões tanto materiais quanto simbólicas. Por isso, as formas como os diferentes grupos populacionais se inserem no mercado de trabalho retrata uma faceta fundamental de desigualdade. Homens e mulheres, brancos e negros representam características bem distintas na entrada e permanência no mercado de trabalho (2008, p. 25).

Em 1996, 46% das mulheres estavam ocupadas, porém em 2007 esse número cresce, para 52,4%. Esse estudo nos informa que para as jovens na faixa etária de 16 anos, o acesso ao mercado de trabalho é um complicador maior para as mulheres que para os jovens homens. Assim, se em 2007, 69,4% das jovens mulheres estavam

⁶ fonte: 3ª ed. Mapa das desigualdades, IPEA, 2008.

ocupadas, havia 81,1% os homens ocupados. Percebe-se, portanto, que o trabalho absorve mais aos homens do que as mulheres.

Apesar de entrarem mais cedo no mercado de trabalho, segundo informações do IPEA, os jovens negros do sexo masculino, se encontram sobre representados também entre os mais velhos, que permanecem trabalhando, por mais tempo e em piores condições de trabalho. Homens negros tendem a ter menos vínculos empregatícios, trabalhando por mais anos, e sem carteira assinada o que, portanto, os coloca em piores condições de vida e sem condições de aposentadoria, tendendo assim, a permanecerem no mercado de trabalho, por mais tempo e piorando sua qualidade de vida

As mulheres negras, de acordo com esse mesmo estudo, são mais representadas no trabalho doméstico, assim como no trabalho não remunerado, enquanto que os homens brancos tendem a ocupar mais postos com carteira de trabalho assinada assim como de empregador. As mulheres, assim como os negros, tendem a apresentar os maiores níveis de desemprego, sendo as mulheres negras o grupo que se encontra em maior nível de desemprego, como pode ser visto na tabela 3.

Também no trabalho infantil os dados da desigualdade tendem a persistir. Ainda que a taxa do trabalho infantil tenha diminuído, persiste a desigualdade, uma vez que são os meninos negros do nordeste brasileiro que representam 14% de exploração de mão de obra infantil, na faixa etária de 5 a 15 anos de idade no ano de 2007.

Essa 3ª edição do mapa da desigualdade nos informa que “uma das dimensões que se tem observado mais explicitamente é o caráter profundo e historicamente

desigual da sociedade brasileira, caracterizado pelo trabalho doméstico” (2008, p.27). Esta ocupação caracteriza-se por não ser muito valorizada socialmente, por não apresentar a necessidade de muita especialização, e, basicamente, por ser “um nicho de mulheres e meninas negras e também das pobres, reunindo em si a continuidade dos dados mais perversos da herança escravista e patriarcal” (2008, p. 27). Então, sem dúvidas, esse tem sido um trabalho eminentemente de mulher negra.

No que se refere aos dados de habitação apresentados pelo IPEA (2008) demonstram que a população negra permanece ocupando intensamente as favelas indicando que essa população permanece em estado de vulnerabilidade social. Além disso, foi averiguado também nesse estudo que o índice de acesso a bens de consumo, a partir dos recortes cor/raça e localização do domicílio. Conforme a tabela 4 se pode constatar que também no item acesso a bens de consumo, tem sido a população negra que tem apresentado maior dificuldade de acesso e de consumo.

Tabela 4 – Proporção de domicílios e bens.

Cor /Raça do (a) chefe de domicílio		
Bem pesquisado	Branca	Negra
Geladeira	5,5	17,0
Máquina de lavar	49,8	77,0
Televisão	4,5	11,3
Freezer	75,8	89,3
Telefone	43,9	67,4

Tabela 4 – Proporção de domicílio que não possui determinado bem por cor/raça do (a) chefe do domicílio, Brasil, 2006 ⁷

⁷ Fonte: 3ª edição do Mapa das desigualdades, IPEA, 2008.

Conforme indicado na tabela anterior enquanto apenas 5,5 dos domicílios chefiadas por pessoas brancas, não possuem geladeira, 17,0 dos domicílios chefiadas por pessoas negras, não possuem esse mesmo bem. As discrepâncias tendem a serem maiores nos domicílios rurais, mas também é grande nos domicílios urbanos.

Ao cruzarmos os dados aqui destacados apresentados nesta pesquisa do IPEA, vemos as razões que colocam o povo negro em maiores desníveis que o povo não negro, qual seja a condição racial. Consideremos para tanto, as seguintes informações: educação – os negros e as negras estudam menos tempo que as mulheres e os homens brancos; saúde das mulheres: as mulheres brancas, mesmo considerando as que têm menor acesso, têm maior acesso ao atendimento médico do que as mulheres negras, independente do grau de escolarização. A taxa de desemprego considerando os grupos homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, é maior para as mulheres, sendo que, entre as mulheres, é maior para as mulheres negras. E por fim, considerando o acesso a bens de consumo, são os grupos homens e mulheres negras, que apresentam maiores dificuldades para adquirir tais bens. Isso com certeza se dá também em função da questão da baixa escolarização e da alta taxa de desemprego a que está exposta a população negra. Neste sentido, é no âmbito educacional que encontra-se a possibilidade de reversão desta exclusão socioracial.

1.4.- CONCLUSÃO

É inegável tratar-se da desigualdade racial e de gênero, que forjam homens e mulheres negros, em condições de existência infimamente mais precárias que outros cidadãos brasileiros,

principalmente se os compararmos com a categoria branca e masculina. Sendo assim, o viés de transformação social que se vislumbra como possível e necessário, tem sido a criação de políticas públicas para que esse coletivo possa ser atendido, diligentemente e com muita urgência. Em todos esses padrões sociais que redundam factualmente nas precariedades de estudo e de trabalho, tendo como consequência, dificuldades econômicas refletidas em todas as instâncias de vida, tais como moradia e aquisição de bens de consumo variados, bem como na constituição subjetiva de ser humano. Tais ações afirmativas se tornam neste sentido, como a modalidade mais viável para possibilitar uma equiparação entre negros e brancos.

Dentre as políticas públicas sugeridas, salientamos as ações afirmativas no ensino superior, uma vez que elas encaminham homens e mulheres negros (as), com a brevidade que se faz necessário, à formação educacional, à qualificação profissional, ao mercado de trabalho e, implicitamente, contribuindo concomitantemente, com o estabelecimento da autoestima para esse grupo que tem sido considerado inferior, pelas suas condições raciais.

No coletivo, aponta-se o incremento da autoestima, porque cada um dos negros e das negras que se qualifica educacionalmente faz reverberar nos membros de suas famílias e muitas vezes também em suas comunidades, o desejo em cada uma das pessoas, de também mobilizar-se no caminho da transformação social, pessoal e racial. Mas também é no nível de cada subjetividade alcançável pela ação, que a autoestima age diretamente. Em outras palavras, a mobilidade social do coletivo negro, atinge a cada um dos sujeitos envolvidos, e os transforma cada qual na sua própria singularidade. O nascedouro dos negros e das negras brasileiras, portanto não é somente uterino. Este nascedouro encontra-se nos corações e nas mentes que forjam, paulatinamente, a consciência negra, em cada um e no coletivo.

Entretanto, é justamente como fruto da desvalorização que o coletivo negro sofreu ao longo da história, quer seja a história dos povos, quer seja a história da nação brasileira, e em consonância com uma precariedade política, por assim dizer, é que muitos e muitas pessoas de cor preta, optam por declarar-se “pardas”, ou “morenas” ou ainda “brancas”. A categoria branca, por certo é mais bem socialmente aceita, enquanto que as duas anteriores se aproximam do padrão de aceitabilidade social. Nesse sentido é que a construção identitária das pessoas negras (pretas) precisa ser trabalhada, discutida, entendida e, sobretudo, vivida em sua integralidade, como uma identidade possível de existir e de ter seu espaço social garantido. Nesse sentido avançamos neste estudo, buscando junto aos bolsistas negros e negras o entendimento do que lhes acontece nesse processo de sua formação de nível superior, em um ambiente eminentemente branco e que se vê, quase repentinamente, mesclado com uma massa de 282 bolsistas negros e negras.

Nas páginas seguintes procuramos fazer este entendimento de como esse grupo de bolsistas se percebe e enfrenta as demandas da formação e da inclusão social, que neste estudo nomeamos pela categoria permanência. Portanto isto é o que veremos nos próximos capítulos na “História do Curso de Reconstrução identitária” e nas conversas ao pé de ouvido, quais sejam as entrevistas que foram feitas com alguns bolsistas negros (as), com dois coordenadores da ONG que protagonizou essa ação afirmativa e também de uma pessoa que foi integrante do staff diretivo daquela IES. É a partir desses dois capítulos que se seguem que entendemos ser possível compreender esse processo de ação afirmativa no ensino superior privado que se propôs a fazer essa inclusão social, assim como integrar nossas categorias temáticas de raça e gênero, considerando quais têm sido as diferenças entre homens negros e mulheres negras nesse processo de ação reparatória.

Referências bibliográficas:

Arendt, H. (1993) *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovitch.

Banton, Michel (1979) *A ideia da raça*. Lisboa. Edições 70.

Carneiro, S. (2001) *Gênero e raça*. In: *Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira*. São Paulo.

Dallari, D.A (1998) *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1975) - *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª edição (15ª impressão). Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira

Gramsci, Antonio.(1999) *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v.1

Hasenbalg, C.(2005) *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Ded. UFMG: Rio de Janeiro: IUUPERJ.

IPEA (2008) *Retrato das Desigualdades de Raça e Gênero*. 3ª ed. *Análise Preliminar dos dados*. Disponível em:< www.ipea.gov.br>

Moscovici, S. (1993) Representações Sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes.

Raimundo, V.J. (2006) Mulher Negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro. Cadernos de Estudos Sociais, v.1, p.1-8.

Saffioti, H. (1987) O poder do macho. São Paulo: Moderna.

Schwarcs, L. M.(1993) O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, J. (2009). Jornal SINBA: A África na construção identitária brasileira dos anos setenta. In: O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Amauri Mendes Pereira e Joselina da Silva (Organizadores) Belo Horizonte: Nandyala.

Souza, N. S.(1983) Tonar-se negro ou As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Queiroz, D. M.(2000). "Desigualdades raciais no ensino superior: A cor da UFBA", in Queiroz, D. M. et. al., Educação, racismo e anti-racismo (programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFB). Salvador, Novos Toques.

Vygostsky, L. S. (1987) Pensamento e Linguagem. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.

CAPÍTULO II

CIDADANIA E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL

Neste segundo capítulo tratamos de analisar o conteúdo obtido nas fichas de avaliação de um dos cursos realizados pelo Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE) chamado de Curso de Reconstrução de Identidade Racial. Ocorre que no ano de 2004, o CECUNE foi chamado por uma Instituição de Ensino Superior Privada (IES), para compor parceria na construção de Ação Afirmativa no ensino superior, para homens e mulheres negras dessa cidade. É assim que, entre os anos de 2004 e 2006 ingressam nessa IES 280 estudantes negros e negras, na modalidade de bolsistas “modalidade Afro” conforme tabela em anexo. No corpo deste estudo, apresentaremos as tabelas que se fazem necessárias para o entendimento do que se explana. As demais tabelas, que complementam o entendimento serão apresentadas também em anexo.

Trabalharemos aqui nos documentos utilizados para a Avaliação do Curso de Reconstrução de Identidade Racial. Esta avaliação se torna significativa porque traz dados sobre como esses estudantes tem se posicionado diante da questão da consciência e da identidade racial. Obtivemos dados da situação sócio econômico e educacional dos familiares dos estudantes, além dos dados referentes aos seus posicionamentos no que se refere à bolsa de estudos que eles utilizam. Neste sentido, consideramos que os dados

encontrados tornam-se relevantes para analisarmos os significados explícitos e implícitos do Programa de Bolsas comunitárias.

2.1. IDENTIDADE RACIAL NO UNIVERSO ACADÊMICO BRANCO

No ano de 2007 o CECUNE realizou um Curso de Cidadania e Reconstrução de Identidade Racial com os estudantes que ingressaram no Programa de Bolsa de Estudos, nos anos de 2005/1, 2005/2 e 2006. Os bolsistas ingressantes em 2004 já haviam feito atividade correlata, de maneira que foram dispensados deste curso. O objetivo primeiro do curso foi à aproximação dos estudantes com o Programa CECUNE e, segundo, trabalhar com os mesmos várias categorias importantes, tais como identidade e pertencimento racial, que compõem a concepção do próprio Curso de Reconstrução de Identidade Racial. Dentre todos os cursos realizados pelo CECUNE, essa teve uma peculiaridade diferente, em função de um acontecimento que fez com que todo o discurso sobre a importância da temática racial, fosse introjetada a partir da experiência vivida na ocasião, pelo grupo. Essa experiência, sem sombra de dúvidas, calou forte em cada uma das pessoas que lá esteve.

Para melhor entendermos do que se trata nesse curso, vamos conceituar “cidadania”, “identidade racial” e o que vem a ser reconstrução de identidade racial. O conceito de cidadania nesse contexto está diretamente ligado ao conceito de igualdade, mais precisamente da igualdade racial. Pressupondo que haja igualdade entre os sujeitos, a consequência dessa cidadania deveria ser a equidade racial. Por outro lado, se existe diferença entre os cidadãos, e aqui essa diferença é pautada pela raça, então o problema

da cidadania vai se configurar no problema da desigualdade racial. Ser diferente em função das raças poderia conduzir-nos a igualdade, não fossem os preconceitos raciais, que propõem uma hierarquia entre os humanos, pautada pelas raças. Pinto (2004) define cidadania como sendo a relação entre as pessoas (cidadão privado) e o Estado. Precisamente:

Cidadania é uma noção que está historicamente ligada à ideia de Estado Nacional moderno e à noção de igualdade. Esta última condição é atribuída a todo o cidadão independente de suas vidas privadas, profissão, religião, sexo, etc. E esta relação é uma relação de direitos e deveres, que não toma conhecimento se o indivíduo é homem ou mulher, se é mãe ou filha, casado, divorciado ou solteiro, se é culto ou inculto; alfabetizado ou analfabeto se tem religião ou não. Portanto é uma relação que, em princípio, deve ser absolutamente igualitário. A lei deve valer para todos. Ou seja, todo mundo tem os mesmos deveres em relação ao Estado e todo mundo tem os mesmos direitos . “É esse o princípio da cidadania” (Pinto, 2004, p70).

Entende-se com tal conceituação e segundo a autora que “a cidadania é exercida fundamentalmente na esfera pública, na esfera que garanta uma igualdade mínima entre as pessoas: a igualdade perante a lei” (Pinto, 2004, p.70). Então, este tema é importante aqui por tratar-se justamente dessa questão de como equalizar o direito das pessoas de acordo com o seu pertencimento racial.

Se as relações no Brasil têm sido pautadas pelo racismo e pela discriminação racial, evidencia-se que a partir do constructo raça, não há igualdade entre esses

cidadãos. Se pode então afirmar, que a própria cidadania está em jogo. Nesse sentido, discordamos da afirmação de Pinto (2004) ao afirmar que o gênero não influi na cidadania. Não só o gênero como a raça influem fundamentalmente como se dão as relações sociais no Brasil. Portanto, a cidadania não é algo dado como pronto. Cada categoria que se sentir excluída, deve fazer a busca ou mesmo a construção de sua cidadania.

Identidade racial se refere à noção de que haja um pertencimento racial constitutivo do sujeito negro, levando-o a posicionar-se afirmativamente. Autores como Gassend, D.; Van Dijk, Lim, D., Clark, D., e Devedas, S. (2004) postulam ser a identidade uma construção social, viabilizada pela linguagem. Dessa forma, a noção de pertencimento racial vai sendo construída conforme os discursos políticos sociais vão podendo construir as possibilidades desses sujeitos negros se situarem diferentemente em suas relações sociais, de maneira a não mais identificarem-se como um povo subjugado, pautado pela desigualdade racial. Piza e Rosemberg (2002, p. 110) afirmam que “os estudos sobre a cor da população brasileira têm suscitado algumas reflexões importantes, que se situam entre a chamada problemática de branqueamento e os esforços do movimento negro em realizar um resgate da identidade racial da parte da população brasileira expressa nos sentidos pelas cores preto e pardo”. Portanto, quando apontamos a questão de identidade racial, emerge quase que simultaneamente, pelo menos até o presente momento da história social do Brasil, sua acompanhante teórica, por assim dizer, a desigualdade racial¹. Ocorre que a necessidade em pontuar-se a identidade racial, é consequência disso que se nomeia desigualdade racial. Falamos de identidade racial pela necessidade de

¹ De acordo com o que postula Nascimento (2003), identidade racial é o processo através do qual vão sendo demarcados espaços de resistência, sendo basal para a identidade de “projeto” na intervenção da realidade social.

inclusão social do grupo racialmente fora das oportunidades sociais, geralmente disponíveis ao grupo racialmente hegemônico, que, em função desta hegemonia, jamais necessitou construir-se racialmente, ou pensar-se a partir da sua racialidade. Para esse grupo, sua condição de existência não entra em questão, porque seu lugar social já é pré-dado, principalmente quando em relação ao seu oposto, o(a) sujeito negro(a).

A reconstrução da identidade racial é o caminho necessário de ser construído e trilhado por aqueles (as) que se perceberem com déficit nessas áreas de identidade racial e do próprio pertencimento racial. Essa é, portanto, a função dessa prática desenvolvida pelo CECUNE com os (as) estudantes bolsistas. Parte do entendimento de que a condição de igualdade a partir da raça não está posta entre os diferentes brasileiros, e é necessário esse trabalho de despertar de consciência, por assim dizer, propondo aos bolsistas que possam conhecer a realidade socio-racial, fazendo as devidas e necessárias críticas, assim como o entendimento desse processo social. Sem que se conheça a realidade, não a podemos transformar. Entretanto, para reproduzi-la, o caminho é mais fácil: não é necessário conhecê-la, basta repeti-la.

2.2. A HISTÓRIA DO CURSO DE RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Passamos agora a descrever o método utilizado no Curso.² Separamos os estudantes em seis grupos, sendo que cada grupo era composto de aproximadamente vinte pessoas. Cada grupo tinha o nome de um país africano e eram coordenados por dois monitores.

² Falamos do Curso a partir do lugar de observadora participante. Sendo, na ocasião, docente da IES, e interessada pela temática, passamos a colaborar com o CECUNE na qualidade de monitora dos Cursos.

Conforme os (as) estudantes iam chegando, faziam o cadastro e ingressavam, um (a) a um (a), em cada um dos seis grupos. A ideia dessa distribuição é que fosse colocada nos grupos, a maior variedade possível de pessoas desconhecidas, para facilitação da oficina a ser realizada no Curso. Inicialmente nos encontramos no salão de entrada, oportunizando que os (as) amigos (as) e conhecidos (as) pudessem ver-se, partilhando de uma breve confraternização no chamado “coffe break”. Depois desse momento, todas as pessoas foram chamadas às salas-países para a realização do Curso propriamente dito. Em cada sala-país foram realizadas, dinâmicas de aproximação e de reconhecimento, para que fôssemos gradativamente nos aproximando da temática objeto do encontro. Na segunda metade da manhã nos dirigimos à sala de audiovisuais, onde foram feitas algumas falas institucionais e, em seguida, passamos a assistir o filme intitulado: “Quanto vale ou é por quilo”³. Depois de algum tempo da execução do filme iniciou-se um “burburinho” na sala e compreendemos que alguns estudantes estavam declaradamente desconfortáveis com o filme apresentado, e protestando.

Trata-se de um filme certamente bem pesado que compara o período colonial do Brasil ao período contemporâneo, sugerindo que ainda vivemos as mesmas experiências, no que concerne à raça que as experiências que as pessoas viviam naquela época. Quando o filme terminou, alguns estudantes reclamaram alegando que o mesmo estava fora de propósito. Alguns chegaram a ventilar a ideia de que estariam perdendo seu tempo assistindo aquele filme e outros ainda alegaram tratar-se de “lavagem cerebral”. Mas a essa altura já era quase meio dia e precisávamos nos encaminhar para o almoço. A ideia inicial era a de fazermos a discussão do filme na atividade da tarde. Então, como éramos um grupo razoavelmente grande, com cerca de 100 pessoas, o que nos fez dividir

³ Filme dirigido por Sergio Bianchi, adaptação de um conto de Machado de Assis.

as atividades daquele momento, sendo que uns grupos foram almoçar, enquanto outros faziam sessão de foto-filmagem. No restaurante situado no outro lado da rua, percebemos a agitação que havia por lá, e, automaticamente também nos dirigimos para lá. Para nossa surpresa, estava havendo um atrito porque, segundo o dono do restaurante, alguns dos clientes antigos da praça de alimentação, estavam reclamando em função de toda aquela “gente diferente” que estava por lá. Diante disso e notadamente também contrariado, o proprietário sugeriu que cada um de nós “pegasse seu prato e fosse comer noutra lugar”. Claro que não aceitamos tal proposta, assim como o proprietário também não quis desfazer o negócio, que implicaria numa perda financeira razoável (eram aproximadamente 100 almoços). Não querendo desfazer o negócio, demonstrou contrariedade diante do grupo imenso de negros e de negras que, repentinamente “invadiram” seu estabelecimento. Na hora do contrato, que foi feito por uma pessoa negra, não foi declarado que os usuários seriam todos negros. Obviamente num país supostamente não racista, esse tipo de conversação não acontece. Esse comentário é apenas no sentido de explicar o porquê da surpresa do dono do restaurante que não sabia de antemão, nem supunha, quem seriam seus clientes. Creio que esse deve ter sido o almoço mais tenso de nossas vidas e, ainda que não tenha sido explicitado, muitos dos estudantes ali presentes entenderam o que estava se passando. Muitos foram os que reclamaram não terem sido tratados com presteza pelas pessoas do restaurante, inclusive com reclamações diante da qualidade do alimento servido. Após o almoço, ficamos ali pelo pátio do shopping, tomando um sol, em uma belíssima tarde de inverno.

Porém, como o grupo de negros (as) que ali se encontrava era grande, invariavelmente éramos alvos de olhares questionadores pelos transeuntes que ali passavam e que não tinham por hábito ver tantos negros (as) juntos (as). Fatos como esse são típicos de desfile de carnaval, mas não num sábado de agosto em pleno Shopping

Center. A sensação de ser alvo da atenção e de, além disso, ter passado por um ato discriminatório, deixou-nos a todos (as), com um sentimento desagradável. Ao retornarmos para as atividades da tarde, a coordenação do CECUNE orientou-nos a não fazer comentários acerca do ocorrido, a não ser que esses viessem dos próprios estudantes. Como a primeira atividade proposta era a análise do filme visto no final da manhã, pode-se dizer que o filme acabou sendo digerido de um jeito diferente, e os estudantes fizeram um entendimento do quanto às amarras do preconceito e da discriminação se apresentam nas relações cotidianas entre brancos e negros, sem que, em grande parte das vezes, isso seja assim nomeado e que, nesse sentido, tornam-se despercebidos e invisibilizados. Não foi nosso caso; pela quantidade de pessoas envolvidas, não havia como tornarmo-nos invisíveis, ainda que ninguém tenha nomeado, abertamente, nenhum fato ocorrido.

À tarde, após a análise que cada grupo sala-país fez dentro de suas possibilidades, transcorreu tranquila, mas pode-se dizer que o efeito do ocorrido foi tão impactante que os (as) estudantes se “convenceram” da importância do que vínhamos trabalhando no Curso, e aderiram a ele de uma maneira diferente. É a força da experiência fazendo um registro na existência, de um jeito que possivelmente as teorias acadêmicas, por melhor que sejam não alcançam com tamanha intensidade. Aqui, o ganho acadêmico, protagonizado pelo CECUNE, foi o de poder assegurar, com base na experiência vivida, (e não em experiência de laboratório, como se propõem que sejam as oficinas), a teoria que embasa suas ações.

2.3. A ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O que vamos analisar a partir de agora é a ficha de avaliação do Curso realizado em Agosto de 2007, respondida em uma atividade específica, convocada um mês após a realização do Curso. Compareceram nessa atividade 66 estudantes, que atenderam ao chamamento do CECUNE, para uma essa atividade. Cabe salientar que os Cursos valem como horas complementares na atividade de serviço comunitário que todo (a) o (a) estudante bolsista precisa realizar. Alguns bolsistas que já haviam realizado horas ou já as haviam programado, declinaram dessa atividade. Entretanto, existem aqueles que, mesmo já tendo cumprido com essas horas, participaram da atividade, reconhecendo sua importância para além do pagamento de horas de serviço prestado. Além da ficha avaliativa que ora vamos analisar, esse Curso foi composto por várias atividades, entre elas, essa avaliação.

A ficha de avaliação é composta de 36 questões, entre questões objetivas, identitárias como idade, sexo, curso, situação civil, e padrão sócio econômico, além de questões subjetivas, como a importância da bolsa na vida do estudante. Contemplamos nesse estudo as questões que mais consideramos relevantes para a compreensão de como se desenvolveu esse Programa de Ação Afirmativa no Ensino Superior Privado. As questões não diretamente ligadas a esta atividade compõem o anexo deste estudo.

Tabela 2 Sexo dos bolsistas

Sexo	Nº em 2005.1	Nº em 2005.2	Nº em 2006	Total pelo sexo
Feminino	05	17	38	60
Masculino	00	04	02	06
TOTAL	05	21	40	66

As mulheres são mais numerosas em todos os ingressos.

Em relação ao sexo, vemos uma maior participação das mulheres negras em todas as atividades realizadas pelo CECUNE, a exemplo deste estudo. Em outro estudo que realizamos, percebeu-se também esse diferencial, no qual entre 73 pessoas, haviam 60 mulheres para 13 homens. Em todos os semestres destes anos, a participação das mulheres permaneceu sendo bem maior. Se olharmos a totalidade dos bolsistas, conforme tabela anexa vemos que dentre os 282, 194 são mulheres para 88 homens. Não é ao acaso que isto se deu. Dados do IPEA (2008) demonstram que a mulher negra é a mais desigual dentre os desiguais. Dados do IBGE (2010) demonstram que no Brasil o aumento de lares mono parentais chefiados por mulheres, tem sido cada vez maior. Portanto, quando surge uma oportunidade como essa, as mulheres, e as mulheres negras em específico, precisam mesmo correr para poder qualificar-se e rapidamente transformar o seu status quo e conseqüentemente da família que dirigem. Conforme a tabela nº 4, podemos perceber que grande parte desses (as) estudantes têm filhos a sustentar, e por isso também essas mulheres precisam e querem a qualificação, rapidamente, para entrar logo no mercado de trabalho, em busca de melhorias das condições de vida.

É importante pontuar aqui que no ano de 2004.1 e 2004.2 a seleção foi realizada pelo parceiro comunitário CECUNE, que estava vinculada à IES direcionando e encaminhando as demandas desta Ação Afirmativa. Nos anos de 2005.1 e 2005.2 a seleção dos bolsistas não esteve mais a cargo do CECUNE. Esta seleção foi feita por pessoas elencadas pela própria IES, orientadas pelo CECUNE. Já em 2006 o CECUNE volta a realizar a seleção, o que trouxe significativas diferenças quanto à condição do estudante ingressante, no que se refere aos aspectos de carência econômica e, principalmente, ao fenótipo desses estudantes.

Tabela 4 - Cor da pele autodeclarada pelos estudantes que estiveram presentes na atividade que compõe a avaliação do Curso

COR	Nº em 2005.1	Nº em 2005.2	Nº em 2006
Parda	01	02	--
Preta	04	17	40
Negra	--	02	--
Não se identifica	--	--	--
Nº TOTAL DE ESTUDANTES ABORDADOS	05	21	40

Percebe-se uma discrepância entre o que vimos e a auto declaração

No indicativo cor, seguindo a auto declaração, aparece sempre com maior incidência a cor preta, tanto nos anos de 2005.1.e 2005.2, quanto em 2006. O indicativo demonstra que apenas 03, dentre os 66 bolsistas se autodeclararam pardos. Este dado é questionável, uma vez que, após termos tido oportunidades de trabalhar com esses estudantes nos Cursos, pudemos observar uma maior presença de pessoas pardas do que

o número aqui declarado. Este indicador nos faz questionar sobre qual a razão dessa interpretação sobre a própria cor. Teriam esses estudantes algum receio de, caso declarassem outra cor, ficassem sujeitos a perder a bolsa? Consideramos que a questão esteja com deficiência de elaboração, pois poderia ter elucidado melhor o indicativo, caso tivesse solicitado raça, e não apenas a cor dos (as) participantes. A raça lançaria a questão do pertencimento racial, enquanto que a cor, simplesmente, limita-nos, pois não refere à consciência racial do (a) estudante, tal qual nos propomos avaliar. Dois estudantes (as) referem cor negra, o que é um equívoco. Para a classificação cor, segundo o IBGE, utilizam-se cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena.⁴ Então o que fica evidente é que esses estudantes confundem à questão cor da pele com o pertencimento racial. Uma pessoa pode ser parda (na pele) e ter consciência de ser negra, mas não é efetivamente negra na pele. Então o indicativo deve ser raça e não cor.

Ao serem questionados sobre os movimentos sociais, mais da metade dos bolsistas acusam não participar de movimentos sociais, enquanto 15 estão engajados em alguns deles, inclusive em movimentos negros. Sete não responderam. Isso pode sugerir uma fraca adesão em participação social e política, posto que a função dos movimentos sociais, além do exercício de uma prática social, proporcione o desenvolvimento de posturas críticas, o que em muito contribuí para a formação de novos profissionais. Nesse sentido é significativo que bolsistas de uma modalidade Comunitária Afro, que caracteriza uma abordagem eminentemente sócio- política não tenham adesão aos movimentos sociais, uma vez serem esses movimentos que propulsionam agenciamentos para a mobilidade social, a exemplo, entre muitos outros, a própria bolsa por eles adquirida. Entretanto, quando questionados sobre o mercado de trabalho (tabela 16, em

⁴ Fonte: www.ibge.gov.br

anexo), esses bolsistas apresentam uma expectativa média alta, pois a maior incidência de respostas vislumbra cargos públicos de chefia. Consideram que os movimentos sociais assim como as ações do movimento negro sejam incompreendidas, instigantes e provocantes (tabela 19). Há os que as declaram desconhecidas, e quem as percebe como assistencialista, corroborando com o que já citamos que bem poucos têm acesso e informações referentes aos movimentos sociais.

Essas respostas nos põem a questionar: se a Bolsa CECUNE, caracteriza-se como uma ação do movimento negro (pois o CECUNE é nesse Programa o representante do movimento negro), como é possível pensar-se que ações do movimento negro são “incompreendidas?” Será que esses 16 estudantes estão referindo não terem entendido a razão social de suas bolsas? E, por outro lado, por que será que esse Programa simboliza para oito desses estudantes ação assistencialista? Não é de se estranhar se considerarmos que essa resposta foi dada pelos ingressos em 2005.1 e 2005.1, ano em que não foi o CECUNE que selecionou os bolsistas. Portanto esse grupo de bolsistas que entrou com critérios diferenciados, parece não compreender a função do CECUNE no que se refere à manutenção de sua bolsa. Também se consideram que eles (as) não perceberam que o movimento negro mais próximo de si seja o CECUNE, e que, nesse sentido as ações podem ser consideradas as próprias bolsas.

Entretanto, não se percebe, ao longo de outras respostas do questionário, algum indicador de como os (as) estudantes percebem que a transformação social vá acontecer. Ou seja, são estudantes negros e negras de uma situação sócio econômica baixa, características estas que os exclui, todo o tempo, do acesso social. Então eles (as) alcançam essa oportunidade de acesso, através do ingresso no ensino superior e ainda

que eles estejam em transformação pessoal e social, a sociedade civil, propriamente dita, não está transformada. É deles (as) a tarefa de, paulatinamente fazer esta transformação, à medida que vão se qualificando e entendendo como essa sociedade funciona, e quais são os mecanismos de abertura e fechamento de acesso. Porque essa sociedade se reorganiza constantemente, evitando um transbordamento, por assim dizer, de um acesso em larga escala. É a autodefesa do status quo hegemônico, que vai buscar impedir, constantemente, que grupos excluídos, diferenciados, mantenham esse acesso.

Quanto ao trabalho de conclusão de curso (TCC) que tende a ser um simulacro de tudo aquilo que o (a) estudante pôde abstrair em sua formação, dentre os 66 bolsistas, 23 afirmam ter ideia do tema a abordar, ainda que não explicitem que tema é esse; 18 afirmam querer trabalhar algum tema de cunho social, como raça, gênero e classe, e 16 ainda não pensaram na questão. Sete não necessitam fazer TCC e dois explicitam querer trabalhar a temática negra. Neste item nos parece que vinte dos (as) bolsistas conseguem fazer uma retomada da proposta principal dos Cursos para eles (as), qual seja, o de capacitá-los (as) para a temática do pertencimento racial. Talvez aqui se imponha uma questão: mas estudantes negros (as) não podem pesquisar outra temáticas que não sejam as raciais? Tanto podem que o fazem, como se pode verificar nos temas escolhidos por estes (as) estudantes. Porém urge, num movimento contra hegemônico, que se tragam à pauta epistemológica, essas questões racias. Mazama (2009) afirma que

A supremacia branca também pode ser um processo mental, mediante a ocupação do espaço psicológico e intelectual dos que devem ser submetidos, levando ao que Wabe Nobles denominou, de uma forma certa, de “encarceramento mental”. A tomada do espaço mental africano ocorre por meio

de disfarce de ideias, teorias e conceitos europeus, como universais, normais e naturais. (p.122)

É nesse sentido que se percebe a importância de que esses (as) bolsistas possam pensar na temática negra como necessária de ser pesquisada, teorizada, em todos os níveis da academia. Além do que, não restam dúvidas, que ainda há o diferencial do ponto de vista: uma coisa é a negritude cantada e decantada pela percepção dos não negros, outra, é o ponto de vista de quem vivencia, na própria pele, o que é ser negro, em um país perversamente racista, que, equivocadamente, se acusa de não racista. Há que ser dito, que ambos os pontos de vista são importantes e necessários, mas são diferentes.

A bolsa de estudos é importante para a transformação da vida dos estudantes. Paulo Freire (2000) ao enfatizar a importância da educação, e, principalmente quando se adquire a possibilidade crítica, nos diz que não somos apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. Ou seja, a via do conhecimento é inexoravelmente, o caminho da transformação. Nesse sentido, conforme pode ser visto (tabela 20, anexo) não fosse à bolsa, a maioria desses (as) estudantes estariam estagnados numa realidade que já ficou para trás. Há aqueles que consideram que estariam de um jeito ou de outro, cursando uma faculdade. Ainda que não acusem que jeito seria este. Esses são os que, possivelmente já introjetaram a dimensão universidade na vida de uma pessoa, embora ela seja completamente livre para fazer dessa caminhada, aquilo que mais lhe prober. Contudo, quando uma consciência é tocada, não há mais retorno.

Outra questão importante levantada por esta avaliação é a da baixa representatividade política e social do povo negro. Trinta e nove dos bolsistas

consideram que seja resquícios da escravidão e consideram ser esse um dado relevante que mantém, ainda hoje, os negros afastados dos centros decisórios da administração pública nacional. Porém 54 bolsistas atribuem esse fato ao racismo, sendo, este sim um fato excludente da participação política/social das pessoas negras. Dezesete atribuem a responsabilidade ao próprio negro enquanto 10 atribuem a causa à baixa qualidade do ensino público. Esses bolsistas refletem o imaginário social brasileiro: é parte do senso-comum, visando bloquear o entendimento da real situação social brasileira, atribuir-se os problemas raciais, a experiência da escravidão. Com isto, mantêm-se velado a questão primordial da desigualdade racial, marcada pelos inacessos as posições de poder, como condição do manutenção da hegemonia branca.

As duas próximas questões foram descritivas, e serão aqui trazidas as respostas consideradas de maior relevância ao propósito desse estudo.

Questão 35: - Defina em poucas palavras o que o benefício da bolsa integral de estudos significa para você:

Respostas dos (as) bolsistas ingressantes em 2005.1

- Ampliar meus conhecimentos na área da educação bem como garantir, com uma melhor capacitação profissional, melhoria na qualidade de vida. - Um presente. - Um instrumento de exercício profissional no qual poderei me qualificar fazendo assim a diferença no mercado de trabalho - Pra mim é uma oportunidade, um benefício, uma iniciativa que tem frutos para ser exemplo para outras pessoas, e estímulo para nós afrodescendentes. - Uma joia de grande valor e um início de uma melhoria de vida. Até mesmo para minha posteridade.

Respostas dos (as) bolsistas ingressantes em 2005.2

- Me coloca em iguais condições perante os demais (brancos). Significa um lugar ao sol, principalmente. - Algo muito importante na minha realização pessoal. Algo que não sei explicar de tão maravilhoso. - Defino em uma palavra: “tudo”. - Significa a possibilidade de qualificação, de inserção e de uma possível melhoria financeira. Além disso, desejo contribuir de alguma maneira com a questão da inserção do negro na escola, mídia, alguns segmentos específicos, etc. - A grande chance de mudança na minha vida, visto que minha mãe não teve essa oportunidade e por consequência poderei ser bem sucedido, através do acesso a altos cargos públicos ou privados, próprio desse conhecimento acadêmico, tornando o futuro da minha vida filha, melhor do que o meu presente. - Representa a oportunidade que sempre quis. - Uma oportunidade de crescer profissionalmente e pessoalmente na vida. - Significa poder arrumar um emprego que me garanta um bom salário para poder ajudar a minha família e tornar a vida mais fácil, estudar com tranquilidade, sem precisar trabalhar antes da conclusão do ensino médio, melhorou minha autoestima, me sinto importante. - Pra mim essa bolsa significa tudo, pois pude realizar o sonho de cursar uma universidade. - Dignidade para os meus descendentes e antecedentes. - Difícil dizer, mas posso sintetizar com a frase já citada: “é um divisor de águas”. Significa também um vislumbre de uma vida melhor. - Para mim é a oportunidade de ver novos horizontes. De me formar, me sentir igual a todos os brancos, de realizar o sonho da minha família inteira, que espera com ansiedade estar na formatura. É a prova de eu e minha raça (cor ou etnia, como quiser) ainda continuamos lutando e superando as dificuldades. *AINDA ESTOU VIVA*. (as letras garrafais são da própria estudante). - Uma grande chance de acesso ao conhecimento superior.

Possibilidade de crescimento intelectual, social e financeiro. Possibilidade de disponibilizar aos familiares uma condição melhor de vida e o próprio incentivo para outras pessoas. - Significa portas abertas para um futuro promissor com oportunidades que não existiriam sem o benefício. - Significa a chance de me tornar uma pessoa melhor qualificada. - No mínimo uma ótima oportunidade. É como costumamos dizer entre nós bolsistas: “ganhamos na loteria. Sem essa oportunidade não sei se poderia estudar”. - a oportunidade de estar cursando um curso superior, de dar melhores condições de vida à minha família, e de ajudar e mostrar a outros negros que somos capazes e podemos nos qualificar também. E tudo pra mim, estar na IES, hoje. -A bolsa é a realização de um sonho, depois de ter saído do ensino médio, agradeço a Deus todos os dias por esse presente. Gostaria que outros irmãos pudessem ingressar no nível superior. - Primeiro lugar é um direito de nós negros, que sofremos e lutamos muito; segundo lugar, uma oportunidade de estar na faculdade e mudar a visão de muitas pessoas. Uma conquista, uma vitória. - Pra mim esta bolsa significa a chance de poder estudar e de me qualificar de mesma maneira que os outros alunos, tendo uma oportunidade de crescer na vida profissional. -Uma oportunidade ímpar.

Respostas dos (as) bolsistas ingressantes em 2006

- Muito importante. Neste momento da minha vida, não tenho como custear um curso superior. - Significa a conclusão de uma etapa de minha vida. - Qualificação ao mercado de trabalho. - Tudo o que eu queria era estar mesmo na faculdade, e eu consegui através da bolsa. - Se não fosse essa bolsa eu jamais iria fazer uma faculdade. - A bolsa integral significa um sucesso pessoal e profissional. - O benefício da bolsa integral mudou minha vida por proporcionar em mim uma nova perspectiva de vida, por acreditar que poderei

ser independente e continuar batalhando novos horizontes. - Uma chance de aprendizado maior e com isso, uma carreira digna de um estudante batalhador. - Significa tudo a muito tido com perspectiva de um futuro melhor. Infelizmente perdi, mas estou lutando para recuperar. Estou desempregada e minha mãe é quem me sustenta, não tendo condições de custear os meus estudos. - Para mim, além da tranquilidade é um ganho pessoal, uma perspectiva de vida melhor, uma realização de um sonho. - Para mim é de muita importância, pois sem a bolsa certamente não conseguiria realizar o sonho de um dia conseguir me formar. - Uma oportunidade de estudo, conhecimento e fortalecimento. - O benefício significa tudo em minha vida, pois me possibilita a garantir minha graduação com tal não teria condições de realizar. - Pra eu a faculdade é tudo! Amo meu curso, o quanto ele é importante pra meu futuro. A bolsa é de suma importância, pois sem ela eu infelizmente não teria acesso a este curso. - Tudo. Sem esta bolsa eu jamais estaria na universidade, eu dou valor a cada dia pela minha bolsa, me dedico e agradeço de coração ao CECUNE e ao IES, por esta oportunidade. - Conquista; - possibilidades; - crescimento pessoal - conhecimento; - integração. - Significa uma retratação cultural do passado muito incompreendido em mal entendido por todos. - Defino assim: “oportunidade única”, pois além de estudar tenho a possibilidade de colaborar para a minha reconstrução de nossa identidade. - significa um melhor futuro profissional para minha vida, e muito mais conhecimento. - Significa um avanço cultural e socioeconômico. - Sem a bolsa integral seria impossível neste momento da minha vida, entrar em uma faculdade. - Significa a chance de estar cursando uma universidade; dando uma oportunidade maior as minhas filhas quando estiver colhendo frutos dessa oportunidade que hoje me é dada. - É um recomeço uma vitória ao mesmo tempo, pois com a bolsa pude ver a minha importância para a nova geração da minha família. Estou servindo de espelho. - Para mim significa a solução de uma etapa de a minha vida, pois

com ela pude estudar; estar cursando um curso de nível superior. - Este benefício significa poder estar cursando nível superior, e poder usufruir de todo o conhecimento obtido no curso. Algo importantíssimo na minha vida, para o meu crescimento. - Significa tudo, pois sei que tenho a capacidade de me graduar e me especializar cada vez mais nos estudos. - Significa uma grande chance de eu ser alguém na vida, pois sem a bolsa integral, nunca teria esperança de que um dia iria realizar o sonho de entrar em uma faculdade. - Este benefício é muito importante para mim. Sem ele com certeza não estaria cursando uma faculdade. - É a minha principal ferramenta de ter acesso a cultura e futuramente estar ocupando cargos que para dizer que não são ocupados por negros, são pouco ocupados por negros. - Significa tudo de bom em acontecimento na minha vida, além do nascimento da minha filha, graças a esse benefício hoje sou uma universitária, acredito eu de outra forma isso talvez não tivesse sido possível. - Um benefício importantíssimo, sem ele não conseguiria concluir uma graduação nem teria perspectivas futura. - Foi e tem sido um presente divino, uma graça atendida. Mas não um milagre, pois tenho de lutar muito para mantê-la. - Significa a construção do meu futuro profissional, familiar e pessoal. Importantíssimo obter conhecimento e me tornar uma pessoa que lute pelos meus ideais, assim como o CECUNE luta por nós negros. A bolsa é a porta para o sucesso de minha vida. -Significa a mudança da qualidade de vida, mais oportunidades profissionais, elevação da autoestima, conhecimento, capacitação, reconhecimento como ser humano. - Conseguir melhores oportunidades. - Para mim é uma iniciativa muito importante, pois está me ajudando a concluir um sonho de me formar na área em que escolho para atuar. -Uma oportunidade única de fazer um curso superior, pois sem a bolsa isso não seria possível. - Uma transformação constante, que só poderia acontecer com, a através desse benefício. - É um divisor de águas; é uma luta diária.

Por serem respostas subjetivas, serão contempladas unicamente na análise do material que se segue após a segunda questão descritiva.

Questão 36: De que maneira sua vida profissional, a partir da sua formação acadêmica, você pensa em contribuir com as ações afirmativas ou ações equivalentes de forma a multiplicar os efeitos do benefício que você recebeu?

Respostas dos (as) bolsistas ingressantes em 2005.1

- Propiciando aos companheiros e companheiras de jornada, quer no espaço de atuação profissional, ou nos espaços ocupados pela comunidade negra carente, esclarecimentos a respeito dos verdadeiros direitos de todo (as)s os cidadãos (as) no quesito educação. - Ainda não pensei nisso. - Continuar me qualificando para que a partir daí, passar meu conhecimento a outras pessoas. - Penso em trabalhar no meio social, junto à comunidade, fazendo meu papel como aluno que foi beneficiado com uma iniciativa social. - Repassando o conhecimento que obtive nesse período a todos que estarão iniciando o mesmo caminho que segui.

Respostas dos (as) bolsistas ingressantes em 2005.2

- Pretendo participar de movimentos semelhantes, para que outros possam ter os benefícios que tive. - Ser exemplo perante todos os negros, e em especial para meu filho, mostrar que também somos capazes. - Faço Direito, pois quero o justo, a justiça, o

correto, o acerto, a igualdade, o bem comum; e através da minha produção poderei agir e ter ótimos resultados. - Primeiramente penso em meus filhos, ou seja, poder ser um exemplo concreto que é através do estudo que se alcança o êxito. Penso também em outros familiares que têm baixo nível de escolaridade. Profissionalmente almejo contribuir junto a minha comunidade (negra) em ações que envolvam racismo. - Sem dúvidas, irei contribuir para que nós negros tenhamos um grande progresso. - sei que existe em minha área um segmento do Turismo para a população negra. Quero me inteirar e ver o que posso contribuir para isso. - Já estou fazendo, pois mais de três bolsistas CECUNE, já estão estudando aqui por indicação minha.

Resposta dos (as) bolsistas ingressantes em 2006

- Contribuindo com o Movimento Negro na luta constante de melhor qualidade de vida para a pop negra através de projetos e na prática profissional. -De maneira a repassar a ajudar as pessoas com os mesmos benefícios os quais eu pude contar. - Passando a participar mais de grupos e interagindo tudo o que aprendi com o CECUNE, que é muito gratificante. - Acredito que o curso o qual estou cursando será muito relevante para contribuir nas ações afirmativas. - Todas possíveis; penso inclusive atender as demandas de racismo e quaisquer outras que tenham relação com a questão do negro. - Incentivar as pessoas a sempre querer mais e a lutar por seus ideais e aceitar de que também é possível conseguir aquilo que almeja: satisfação. - Pretendo contribuir da mesma maneira que eu recebi este benefício, assistência jurídica para quem necessite trabalhar em ONGs, enfim. Tudo que puder para retribuir esta oportunidade que eu recebi. - Através da minha prestação de informações. - Ainda não pensei nisso, mas certamente é uma coisa que vai ficar como uma obrigação pra mim, já que consegui contemplado com

essa bolsa. - Trabalhar com e para a pop negra. Colocar o negro na mídia. - Proporcionando a outras ONGs ou movimentos, auxílio e contribuição para melhorar a construção da cidadania para os negros e com os mesmos. - Talvez fazendo parte do grupo que discutimos hoje em sala de aula, desta comissão. Com certeza estarei sempre à disposição não só do grupo CECUNE, mas de toda a comunidade carente, sempre que possível. - Trabalhar com ações voluntárias na área de enfermagem, ajudando a pop mais carente. - Como uma boa filósofa, começarei a partir da ética e cidadania. - Sou uma multiplicadora do CECUNE no meu dia a dia, pretendo assim que me formar se tudo der certo, continuar no trabalho com o CECUNE, pois vale à pena, aprendi a também me valorizar como negra. - Através de participação ou elaboração de projetos onde seja alimentando a importância da valorização das diferenças ou a consciência da mesma. Ser o resultado positivo dessas ações afirmativas. - Bom na minha vida profissional creio que não contribuiria muito. Mas na vida pessoal e social pretendo falar sobre a cultura afro-brasileira, falando sobre o assunto e mostrando e lembrando a importância dos negros pra o desenvolvimento do Brasil. Juntamente com minha irmã que é estudante do curso de história, temos esse projeto social. - Quero incentivar aos meus alunos (brancos e negros) a compreender que qualificação é de extrema importância para toda a sua vida. E como ele fará isso, será o seu diferencial. - Apoiando sempre as ações afirmativas com participação sempre que possível, mostrando que sou um exemplo que saiu desta ação. - Quero comprar uma sede para o CECUNE e sei que vou conseguir, nem que seja com o dinheiro do meu noivo. - Como minha formação acadêmica será na área da educação pretendo sempre levantara bandeira das ações afirmativas, pois elas são extremamente necessárias e este é somente o início da caminhada. - Orientando, aos formando a seres críticos, com capacidade de lutar pelo que é seu de direito. - Irei ajudar a incentivar a novos jovens a estudar, mostrando o meu exemplo. Irei levantar a questão do negro no

mercado de trabalho. - Estou me formando um docente, e é por este viés que pretendo contribuir com a ajuda que me for dada, pois vou sempre contribuir com meus conhecimentos, ou seja, vou passar para meus futuros alunos sobre toda essa questão de etnia, ação afirmativa. - Com total disponibilidade para organizar, criar meios para que este processo continue. - Fazendo exposições de coisas que aprendi com o grupo. - Uma boa comunicação alertando a sociedade “branca” que aos poucos a negra estarão mais qualificados e assumindo papel importante no mercado nacional. - Sinceramente ainda não sei. Mas tenho pensado de que forma poderia contribuir para multiplicar este benefício recebido. - Vou incentivar a outros negros que persistam nos seus sonhos e continuem lutando para chegar aonde cheguei.

2.4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO MATERIAL

O que apresentamos aqui é uma atividade avaliativa de todo o trabalho de manutenção das ações afirmativas realizado pelo CECUNE, que visa à permanência e sucesso dos estudantes bolsistas, através do curso ministrado de Reconstrução Identidade Racial. A avaliação busca informações acerca de como os estudantes tem percebido o apoio que lhes tem sido dispensado, no que se refere à formação identitária racial, a ações de combate ao racismo, assim como de enfrentamento da desigualdade racial. Conforme o que se pode obter na ficha avaliativa desse curso, a incidência de estudantes que obteve um proveito positivo é bastante significativa. O simples fato de questioná-los a respeito do como têm se percebido nessa caminhada acadêmica, já os obriga a pensar a respeito do processo e do significado das bolsas de estudo. Essas bolsas, racialmente

definidas, os diferem de outros grupos de estudantes bolsistas. A particularidade que os define e os identifica é o seu pertencimento racial. Bolsistas de outras modalidades pertencem a outras categorias sociais tais como Movimento Sem Terra, Grupo de Presidiárias, etc.

A primeira coisa a nos chamar a atenção neste estudo é o fato de haver um número muito maior de mulheres bolsistas do que homens participando das atividades propostas (tabela 2, em anexo). Entre os 66 bolsistas que compareceram no curso, são 60 mulheres e 06 homens. A faixa etária dos (as) estudantes concentra-se em dois grupos: um na faixa dos 25 a 30 anos, e outro na faixa dos 40 a 46 anos, em maior incidência nos cursos de Direito e de Administração de Empresas. O nível de estudos assim como o padrão econômico das famílias de origem desses estudantes, pode ser equiparado ao apresentado pelo Retrato da desigualdade de gênero e raça (2008). Diz esse estudo que “no caso das diferenças de raça, os indicadores usualmente adotados⁵ captam bastante bem as desigualdades entre brancos e negros, retornando rendimentos per capita sistematicamente inferiores para estes últimos (...) que em 2007 20% da população branca situava-se abaixo da linha da pobreza, enquanto mais do dobro, 41,7% da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. Já os dados do IBGE(2010) apontam para uma queda na desigualdade social no Brasil, uma vez que os jovens da classe C ingressam nas Universidade brasileiras: “O estudo, feito a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela também que as classes C e D respondem atualmente por 72,4% dos estudantes universitários. Em 2002, a participação dos estudantes desses dois estratos sociais somava 45,3%.

⁵ Trata-se dos indicadores referentes a renda, moradia, escolaridade, gênero.

O recorte raça, necessário para a qualificação dos estudos, uma vez que, como indicado no Retrato das desigualdades, mesmo quando falamos em pobreza, a questão racial permanece em desigualdade, sendo, o estado de pobreza dos negros, mais do dobro do indicativo de brancos nessa mesma situação.

Segundo Mazama (2010, p.113) “a negação da raça como categoria socialmente relevante” e “negação da raça como realidade física” permanece sendo um forte argumento ainda usado como um jeito de ocultar o racismo e a supremacia branca. Nesse sentido pesquisas contemporâneas que não contemplem gênero e raça, são, em nosso entendimento, pouco democráticas.

Quanto ao regulamento das bolsas (tabela12, em anexo), em que 21 dos bolsistas afirmam conhecer algumas das regras que Regulamentam o Programa de Bolsas, e 19 destes afirmam possuir uma cópia impressa desse regramento. Observe-se que ter ou não este documento impresso, não é a condição necessária para lê-lo e, principalmente, dar conta desse regulamento.

Pode-se olhar por onde os (as) estudantes andam na sua atividade de trabalho comunitário, necessária e exigida para a manutenção da bolsa. Apenas dois buscaram entidades do movimento negro para a realização de suas atividades voluntárias. No decorrer do acompanhamento dos (as) bolsistas, vimos alguns comentários sobre a atividade “trabalho voluntário”, demonstrando falta de entendimento de ser parte do Regulamento da bolsa. Isso sugere que alguns dos (as) bolsistas faziam a tarefa de uma maneira quase automática, sem poder apropriar-se do que estavam fazendo. Podemos considerar, a partir disto, na existência de um fosso entre o que a ONG intensiona propor

e a forma como os estudantes recebem tal proposta e conseqüentemente reagem. Essa reação aparece como uma falta de entendimento da função da política pública que lhes está sendo oportunizada. Nesse sentido, é possível que tenha ocorrido aí, uma falha da ONG em pontuar com maior ênfase, a sua política de atuação. A consequência disso, é que tanto os bolsistas que assim agem, perde como perdem também as instituições onde atuam, porque a atividade torna-se sem valor e perdendo seu sentido educativo.

Em relação aos movimentos sociais, o Movimento Negro propriamente dito, por apresentar fortes características de um movimento de resistência contra hegemônico, não costuma ter admiradores por excelência. Isto quer dizer que, ou as pessoas aderem, porque o reconhecem em sua força e necessidade política, ou dele se afastam sem, muitas vezes, nem saber por quê. Sugere um nível de alienação diante de que lhe dá sustentação na construção da sua caminhada profissional. Essa alienação pode caracterizar o resultado da negação da sua condição racial, onde, reconhecer o Instituto que propicia a bolsa de estudos e a conseqüente mobilidade social, é ter de reconhecer o que é o Movimento Negro e, decorrente desse reconhecimento, assumir-se como negro (a). Mazama diz o seguinte

A supremacia branca também pode ser um processo mental, mediante a ocupação do espaço psicológico e intelectual dos que devem ser submetido, levando ao que Wade Nobles denominou de forma certa, “encarceramento mental”. A tomada do espaço mental africano ocorre por meio do disfarce de ideias, teorias e conceitos europeus como universais normais e naturais (Mazama, 2009, p.112).

Estamos nos referindo a um grupo de estudantes que vive e viveu até então em uma sociedade que negava, quase que invariavelmente, a questão racial. Estamos falando de uma sociedade que ainda hoje, nega a importância de que se trabalhe sob esse viés de recorte racial, que evidencie as desigualdades raciais. De uma sociedade que reluta intensamente em admitir que o racismo e as formas correlatas de discriminação existam, sob pena de, ao dar-se conta, ter que abrir mão de seus privilégios, cedendo a uma necessária partilha. Esses estudantes negros (as) da IES em questão são frutos dessa sociedade, tanto quanto os racistas também o são. Portanto, se esses bolsistas também pensam a partir da ideologia hegemônica, é justamente esse o critério que nos impõe a urgência em se trabalhar na desconstrução dessa ideologia, abrindo espaço para outros saberes, para outras demandas, para que outras experiências, diferentes do critério hegemônico, possam também ter seu espaço social vital.

É significativo quando vemos que 70% dos bolsistas que responderam a esta atividade, não participam de nenhum movimento sócio/político. Pode-se afirmar que essa tem sido a marca dos estudantes universitários brasileiros, não só os da comunidade negra, mas da grande maioria dos estudantes. Barbosa (2008) falando na desarticulação do movimento estudantil, enquanto a representação da juventude brasileira aponta três motivos para essa desarticulação, a partir de 1990. Nas suas palavras:

O primeiro deles diz respeito à apatia que se abateu sobre o meio estudantil e sobre a população brasileira como um todo, após 1984, com o término do regime militar. (...) A segunda, que poderia ter causado o desaparecimento do movimento estudantil das ruas, é o individualismo da sociedade brasileira que vem como uma consequência da política neoliberal e globalizante que vivemos;

onde a preocupação com o coletivo quase sempre se resume a atividades de solidariedade e filantropia. O afastamento das questões políticas indica um conformismo e uma passividade de quem já não se vê mais como sujeito da história, mas sim como objeto passivo dela. (...). A terceira e última hipótese de desarticulação do movimento estudantil, a partir de 1990, e talvez a mais forte delas, é o tipo de participação do mesmo: o movimento estudantil não condiz mais com uma classe unificada (Barbosas, 2008, p.63).

No caso dos estudantes negros em tela, precisamos dar-nos conta de que esses também vivem sob a lógica neoliberal da sociedade capitalista. Também para os (as) negros (as) a individualidade se impõe. Nem se poderia esperar algo diferente, nesse contexto. A questão para a qual aqui chamamos a atenção é do entendimento de que temos de desconstruir esse que tem sido até agora, o único recurso viabilizado nessa relação neoliberal pautada quase sempre, no conceito de exclusão. Em outras palavras, faz-se necessário abrir mão, temporariamente, do indivíduo, em nome do coletivo, para só assim ser possível construir a identidade racial. O indivíduo não se perde. Ele está ali, junto à sua identidade coletiva racial. Em verdade, a identidade racial deveria ser a parte maior da identidade do (a) sujeito negro (a), uma vez que, segundo Castell (1999, p 235) “reivindicar uma identidade é construir poder”. De acordo com Nascimento (2003) são as afirmações de identidade específicas que demarcam espaços de resistência. Segue a autora afirmando que:

Acredito que a identidade racial seja proativa, em particular nas sociedades multiétnicas e pluriculturais formadas a partir do tráfico de africanos escravizados, e constitua uma base de identidades de projeto, cuja articulação

vem exercendo efeitos transformadores profundos e difusos, interagindo com os movimentos ecológicos e feministas nessa intervenção na realidade social. A relutância em reconhecer esse fenômeno, reflete, a meu ver, o etnocentrismo europeu que ainda aflige o meio acadêmico, induzindo-o a reduzir a importância e a dimensão da questão racial como fator constitutivo da ordem social (Nascimento, 2003, p.44).

Hasenbalg (2005, p.245) pontua a questão do gradiente de cor, como classificador do lugar socialmente ocupado pelos brancos até chegar aos não-brancos, em conformidade com esse gradiente que aparecem num contínuo de classes sociais. Esse é “um ideal de branqueamento como produto intelectual da elite brasileira” e que finda por fragmentar a identidade racial dos não brancos, da seguinte maneira:

O contínuo de cor implicou a fragmentação dos não brancos e a transformação do potencial de ação coletiva em expectativas individuais de mobilidade ascendente. As consequências do contínuo de cor, isto é, o enfraquecimento da solidariedade não branca, a fuga individual da negritude e a cooptação social de lideranças potenciais receberam um maior reforço quando o ideal de branqueamento tornou-se parte do projeto das elites dominantes para transcender o subdesenvolvimento brasileiro. O ideal do branqueamento, já presente no pensamento abolicionista, não só era uma racionalização *ex-post* do avançado estágio de mestiçagem racial da população do país como também refletia o pessimismo racial do fim do séc. XIX (Hasenblag, 2005, p.247).

Ao oportunizarmos as bolsas de estudos ao coletivo de 282 estudantes, na IES, estamos justamente propondo outro tipo de relação social. Primeiro: não se trata apenas de sujeitos individualizados, mas do *coletivo negro*. É esse coletivo que faz a diferença social, que forja a mobilidade social. Se a lógica liberal pauta-se na exclusão, a ideia contrária é justamente a de incluir o coletivo negro, na figura desses (as) 282 bolsistas já que a sua inclusão também repercutirá em um número muito maior de pessoas negras. Quando um (a) negro (a) se forma e entra no mercado de trabalho, na posição de profissional de nível superior, essa relação de trabalho entre, supostamente, empresa e profissional, atinge, pelo fruto da relação de trabalho, revertida em salário, ao grupo todo ao qual essa pessoa negra pertence. Por isso é sempre o coletivo que ganha. A singularidade da ação se dá através do sujeito individualizado, mas sem dúvidas, ele é o representante do coletivo, que marca o todo ao qual pertence.

Na questão 22 (em anexo) proposta para avaliar o Curso de Cidadania e Reconstrução da Identidade Racial. Alguns a consideraram excelente, e utilizaram os seguintes critérios de avaliação conforme suas respostas que aparecem nos parênteses. Em negrito apresentamos as categorias nas quais agrupamos as respostas: - **cidadania** (proporcionam releitura da história e dos fatores indispensáveis a nossa formação como cidadãos); - **identidade** (me faz refletir sobre a minha identidade); - **ancestralidade** (porque me faz voltar ao tempo, dando respostas para várias perguntas e dúvidas sobre nossa origem); - **autoestima** (resgata a autoestima da comunidade negra nos possibilitando mostrar nossas capacidades intelectuais e sociais); - **consciência** (nos dá a consciência de quem realmente somos); - **conhecimento** (porque o curso nos dá diversas informações desconhecidas e podemos firmar nossa opinião sobre a questão do negro); -

cultura negra (porque oportuniza aos bolsistas conhecer sua etnia; traz conhecimento e reconhecimento da cultura negra).

Outros consideram a oficina boa e podem ser agrupados a partir das seguintes categorias: - **integração racial** (penso que se deve procurar resolver a questão do preconceito de uma forma mais integradora do branco com o negro); **apropriação cultural** (a partir dela temos mais conhecimento de nossa história; permite um conhecimento melhor de nossa cultura; para podermos resgatar nossa cultura); **reconstrução identitária / inclusão** (estou conhecendo aos poucos o projeto e estou fazendo parte dessa reconstrução e me sinto muito satisfeita; cria nos negros uma chama de esperança para que eles se sintam parte de uma sociedade).

Os que o consideraram regular utilizaram as seguintes categorias: **maior frequência** (visto que não ocorreram muitos eventos, ou seja, não sei se por falta de patrocínio ou outros incentivos: “os encontros deveriam ser mais seguidos”); **estrutura** (a estrutura do curso poderia ser melhor); **surpresa** (não me surpreendeu)). Podemos considerar que mesmo os que tenham considerado o curso regular, o avaliam bem, na medida em que o declaram regular por conta de que desejavam mais encontros, com maior frequência. Quanto à estrutura de o curso ser melhor, não ficou muito claro a que se referia, entretanto, também pode ser um indicativo de que o Curso foi positivo, contrariando a opinião indiferente daquele que “não se surpreendeu” com o curso.

Conforme os (as) estudantes explicitam a partir das categorias acima citadas (identidade, ancestralidade, auto-estima, consciência, conhecimento, cultura negra, integração racial e reconstrução identitária / inclusão), a análise da importância desse

curso para a maior parte do grupo de estudantes, nos mostra que, levando em consideração a informação anterior de que 44 destes bolsistas não têm vivência de movimento social, mais de trinta estudantes considerou importante ter recebido a formação sobre “Cidadania e Reconstrução de Identidade Racial”. O Curso aparece então como um despertar de consciência para uma realidade que até então parecia inexistente, para esse grupo de estudantes. Para uma realidade, em verdade, negada e que tem permanecido invisibilizada, devido à ideia equivocada de vivermos em uma democracia racial. Conforme Hasenbalg (2005) a mobilidade social não acontece aos não-brancos, que estão sempre em dupla desvantagem: “A primeira deve-se à sua baixa origem social e a segunda advém da desvantagem competitiva, sofrida do nascimento até a morte, que resulta da adscrição racial” (p.209).

Diante dos Cursos, têm-se percebido esse tipo de reação: primeiro esses estudantes levam um choque com a temática e se surpreendem; em seguida protestam até que por fim, se reorganizam e se acomodam aos novos conhecimentos adquiridos em suas vidas, em suas experiências, como parte integrante de suas realidades. Acomodar aqui toma o sentido de abrir espaço para essa realidade que lhes foi apresentada.

É necessário certo tempo para que o efeito do Curso reverbere como algo positivo, que está para servir ao estudante, como apoio complementar racial à sua formação universitária e de vida.

Sempre que a ênfase for dada aos aspectos de cidadania, estaremos na lógica das garantias de direito, isso porque, ao falarmos em cidadania, estamos de alguma maneira falando da falta dela para alguém. Portanto é também o tema de inclusão e exclusão.

Assim é que, nesse curso o tema cidadania chama para o direito das pessoas negras de ter acesso aos mais diversificados espaços sociais, dos quais sempre estiveram de fora. Para Hasenbalg (2005) isso caracteriza a desigualdade racial, alimentado pela imobilidade social a que esse grupo de pessoas é submetido. Diz o autor

Os negros e mulatos brasileiros aglomeram-se nas posições subordinadas da estrutura de classes e nos degraus inferiores do sistema de estratificação social. Em toda a parte, no Brasil urbano pode-se reconhecer um pequeno estrato médio de cor, mas seu tamanho relativo está sempre aquém do da classe média branca. Esses não-brancos que conseguiram fugir à pobreza apresentam típica inconsistência de status – a maioria deles tem uma educação superior às realizações ocupacionais e de renda e enfrentam sérias dificuldades ao preservar sua própria posição social para os seus filhos. Igualmente, uma vez que os pólos brancos e negros não definem uma dicotomia, mas apenas fixam os extremos de um contínuo de diferenças mínimas de cor, a abertura da estrutura social para a mobilidade social ascendente é inversamente relacionada à negritude da pigmentação da pele (Hasenbalg, 2005, p.207).

Eis, portanto, a razão de instrumentalizarmos esses estudantes. Nesses pequenos movimentos em prol da consciência de pertencimento racial que os estudantes vão paulatinamente adquirindo, existe a possibilidade em se perceberem enquanto sujeitos negros e conhecerem em que tipo de sociedade se vive, assim como o que tem “sobrado”, por assim dizer, aos negros. Pinto (2004) aponta que coexiste com a

democracia brasileira, uma imensa desigualdade social e que, para debelar isso são necessárias políticas radicais para dar fim a essa desigualdade, para o aprofundamento da democracia. Porque as desigualdades são mascaradas e travestidas de democracia racial, sendo, portanto, necessário que se trabalhe com esse grupo de estudantes negros (as) justamente esta questão, que interfere do início ao fim de sua formação acadêmica, profissional e pessoal.

Quando nos referimos a esse grupo, percebemos que nosso foco era trabalhar as questões de como resolver sua vida acadêmica. Essa temática, raramente é elencada como problema acadêmico. A sociedade brasileira ainda está de costas para o tema. Porém, não tem sido apenas nessa instância que os problemas se encontram. O foco do problema é que esses estudantes tendem a não perceber o quanto a questão racial interfere em toda sua formação. Os conceitos de cidadania e de democracia ainda se apresentam de uma forma muito distante da realidade. A democracia formal, que é estipulada pela Constituição brasileira, é necessária e básica, mas para a vida concreta dos cidadãos e cidadãs que têm ficado historicamente de fora, existe a necessidade de uma democracia substancial, isto é, que propicie, concretamente, os acessos aos grupos marginalizados. Porque se os preceitos da democracia nos falam em igualdade de direitos, temos que pensar que a população negra tem estado de fora do acesso aos bens materiais e imateriais adquiridos, ao longo da história do Brasil, pelos e para os brasileiros. Será que os (as) negros (as) são menos brasileiros que os não-negros? Sabemos que esse não é o caso, ainda que a questão da desigualdade racial seja colocada em termos de superioridade e inferioridade. Todos nós temos direitos na letra de lei, mas no dia a dia, as desigualdades sociais vão limitando o acesso a esses direitos. Portanto é essa a desigualdade racial como o pano de fundo, que sustenta toda a discrepância de

direitos e de oportunidades entre negros e brancos. De acordo com Hasenbalg (2005, p.175) essas desigualdades raciais evoluem desde o período pós-abolição até a contemporaneidade e que representam “um processo inacabado de mobilidade social dos não brancos”.

A primeira dessas desigualdades é econômica, depois geográfica, já que os negros tendem a morar em regiões mais periféricas, longe dos centros mais desenvolvidos, e por fim, a educacional. Quando se olha para a escola, vemos que nem todos têm o mesmo acesso, nem as mesmas possibilidades e que há uma forte evidência de diferenciação racial posta aí. A desigualdade racial inicia seu processo de exclusão já desde os primeiros anos escolares. As crianças negras moram afastadas da escola e, no caso de proximidade dela, é a escola que não dá conta das demandas das crianças. Este movimento tende a perdurar ao longo do desenvolvimento, até que, ao chegarem à idade adulta, muitos já desistiram da escola que os negou o tempo todo. Como aponta Queiroz (2000) os negros que chegam à universidade são todos sobreviventes do sistema escolar anterior. Mas, nem sempre, e talvez até mesmo pelo mecanismo de defesa que possibilita a sobrevivência, nem sempre têm consciência de todo o processo excludente que os perpassou ou tangenciou ao longo da vida. O fato é que, quando chegam ao nível de formação universitária, é necessário que sejam feitos cursos de tomada de consciência e de percepção de pertencimento racial. É necessário que esse “ato político” aconteça, sob pena de que, se assim não for, essas pessoas possam perder-se no processo alienante que a hegemonia cultural branca impõe. Mazama (2009) aponta-nos o caminho já trilhado por Asante (1980) que introduz o conceito de “afrocentricidade”, que é segundo a autora “a afirmativa de que nós africanos devemos operar como agentes autoconscientes, não mais satisfeitos em ser definidos e manipulados de fora” (Mazama, 2009, p.111). Esse

movimento em prol da afrocentricidade surge em resposta à supremacia branca. Ou seja, é fruto da tomada de consciência, da percepção de quem somos e do que somos não mais ditados por valores externos, mas a partir de um referencial internamente elaborado. Esse tem sido o objetivo de quando se pensa em cursos de capacitação de valores da negritude, como esse preconizado pelo CECUNE.

Tornar-se profissional de nível superior, sem poder se dar conta de quem se é, enquanto origem racial é negar que se tem sido alguém alienado de parte de seu ser. É permanecer reproduzindo o domínio branco. Corroboramos Santos (1983, p. 23) ao dizer que “a história de ascensão social do negro brasileiro é assim a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação”. É preciso, contrapor-se a isto criando possibilidades de existência a partir de valores próprios.

Na análise sobre: - **conhecimento, pertencimento e participação**, salientamos as seguintes respostas: o curso de Cidadania – “conduziu-me a um novo olhar sobre os questionamentos que durante muito tempo causaram-me desconforto e apreensão”. Certamente esse estudante está se referindo à temática negra. Na sociedade civil comum, esse tema não é considerado bem vindo, e muitas vezes têm sido visto como o verdadeiro precursor do racismo. Essas pessoas tendem a considerar que falar sobre racismo seja algo como formar guetos, onde, aquele que aponta a discriminação, é considerado o discriminador. É o chamado racismo inverso. Essas atitudes e considerações,

corriqueiras no espaço social não negro, são o que forja o sentimento de mal estar referido pelo bolsista, como desconforto e apreensão.

Outras respostas nessa mesma categoria são: - “participei de todos os módulos e aprendi muitas coisas que servem para conviver em uma sociedade preconceituosa”; e “acho que deveria interagir mais, mas infelizmente eu só vim a me valorizar com negra, depois do primeiro encontro”. Nesse último comentário, observa-se que valeu o encontro, pois, se uma pessoa pode se perceber em seu pertencimento racial valorizando-se a partir disso, demonstrando o quanto o encontro foi positivo.

A partir da questão 24 (em anexo) consideramos que grande parte dos estudantes não nos pareceu, inicialmente, estar completamente comprometida com o Projeto, na medida em que são respostas evasivas, que servem pouco para expressar o compromisso com o Projeto. Parecem respostas para apenas o cumprimento das tarefas solicitadas. Por exemplo; “me dedico sempre, para manter o que ganhei”, ou, “sou uma boa aluna, ajudo meus colegas e passo em todas as cadeiras”. “Na medida do possível tento cumprir com minhas obrigações” Por fim, e como única resposta que parece fazer uma pequena aproximação com a construção que aqui se estima “sou responsável e identificado com a causa”. Esse bolsista não explicita o que é “identificar-se com a causa”, mas supomos que se refira a qualquer movimento pró-negros.

A razão da parceria IES/CECUNE é justamente esta. O trabalho dos Cursos de Cidadania e de Reconstrução de Identidade Racial caracteriza-se em ser um passaporte para a aquisição da consciência e pertencimento racial. Portanto, o trabalho é justamente de ajudar a construir para alguns e reconstruir para outros, a identidade racial.

As demandas necessárias para a continuidade e sucesso da ação afirmativas do convênio entre IES/CECUNE, foi verificado através da questão 25, pensando na melhoria do projeto. A maior incidência de repostas se deu em relação ao apoio financeiro. Seguido do item diálogo e orientação para temas específicos. Por tratar-se de estudantes carentes financeiramente, é compreensível que o apoio financeiro se configure em questão fundamental. Por isso, se fala reiteradamente na necessidade de uma igualdade racial substancial, isto é, o entendimento das demandas diferenciadas para a população negra. Se o acadêmico não tem recursos para alimentar-se ou de transportar-se pela cidade, não vai ser então produtivo no estudo de conteúdos de ponta. Essa tem sido a realidade. Ainda que saibamos da importância das teorias que compõem o cabedal de uma formação de nível superior, essas só vão poder assentar-se e ser interiorizadas por esse tipo de estudante carente, quando estiverem supridos em suas necessidades básicas. É uma realidade da qual pouco se fala, mas que também é fundamental quando lidamos com os diferentes grupos raciais. Agora, neste contexto é preciso afirmar que os negros não sofrem de insuficiência cognitiva, mas, para que possam melhor lidar com suas habilidades mentais e cognitivas, precisam, no mínimo, estar alimentados. Infelizmente esse é um dos elementos que a Bolsa Afro não contemplou e, nesse sentido, perdeu alguns estudantes que não tiveram de onde obter recursos financeiros para os lanches intermediários e, muitas vezes, também para as fotocópias e outros materiais que se fizeram necessários. Mas, também, isso não deve ser pretexto que inviabilize a bolsa. Em verdade é necessário que se criem mecanismos para superação desses obstáculos que tem sido os entraves para esse grupo.

Nos anos 1980 andava pelas ruas de Porto Alegre um poeta chamado Gijo. Em um de seus cadernos de poesia que ele vendia nas mesas de bares e restaurantes, havia um poema que dizia mais ou menos assim:

Tem gente passando fome
Mas não é a fome que tu conheces
Entre uma refeição e outra.

Tem gente passando frio,
Mas não é frio que tu conheces
Entre um corredor e outro.

Tem gente passando,
O que nem imaginas
Conhecer (...)

(Gijo, 1980).

Esse poeta parece contemplar a realidade por que passam algumas pessoas que sofrem um grau de carência com a qual a academia não estava familiarizada. Uma coisa é o trabalho acadêmico desenvolvido com pessoas supridas em suas demandas de subsistência; outra coisa é a busca da mobilidade social, justamente como condição viável para suprir, num futuro próximo, algumas dessas demandas, caracterizadas por alimentos físicos, alimentos intelectuais, alimentos identitários, enfim, toda a ordem de sustentação que possibilitem ao (a) estudante transformar-se em um (a) profissional de nível superior. Mazama (2009) ao falar acerca da importância da afrocentralidade como um paradigma de conhecimento cita Asante dizendo que

A afrocentralidade questiona a maneira pela qual você chega a qualquer empreendimento humano concebível. Ela questiona a abordagem que você faz a respeito de ler, escrever, fazer jogging, correr, comer, manter a saúde, ver, estudar, amar, lutar e trabalhar (Asante, 1988, p.45).

A que lugar tal consideração pode nos levar, a não ser a confirmação do quanto se faz necessária a construção identitária, que ocorrem nos Cursos, e que enfim, que nos possibilitam a compreensão do que o próprio Asante (1988) chama de “a medida de nossa vida”.

O trabalho de conclusão de curso (TCC), conforme tabela 17, visa averiguar por onde circula o interesse epistemológico desses estudantes. Asante (2009) chama a atenção para a questão da consciência racial que aparece justamente quando se percebe quais são as vitórias possíveis e que essa consciência faz com que o sujeito torne-se agente e não mais vítima ou dependente. A maior incidência de respostas dos(s) estudantes demonstra a ideia do tema a abordar; outros gostariam de trabalhar temas que tenham implicações sociais (de gênero, raça e classe). Conhecendo a IES em questão, afirmamos que bem pouco docentes estão cientes da temática gênero, raça e classe. Sendo o tema classe, provavelmente o mais acessível ao corpo docente, seguido de gênero. Quanto à raça, possivelmente na atualidade não encontrem orientadores que lhes dê subsídios teóricos a fim de pensarem positivamente as questões raciais. Houve caso de duas bolsistas do curso de Direito que se interessaram em trabalhar com o tema das ações afirmativas e, nos dois casos, o professor procurado para orientá-las diz que só as poderia orientar se elas fossem contrárias as cotas, o que não era o desejo das bolsistas.

Portanto, quando esses estudantes fazem qualquer uma dessas opções temáticas para seus TCCs, percebem isso como um reflexo positivo dos Cursos realizados pelo CECUNE, contribuindo para esse processo de tomada de consciência e percepção da realidade sócio racial. Eggert (2003, p.9) nos diz que quem pesquisa, se pesquisa. Segundo Boaventura de Souza Santos (1999), todo o conhecimento é autoconhecimento. Asante (2009) vai um pouco mais longe ao que tange à questão racial, dizendo que

Os afrocentristas devem procurar a agência africana em toda a construção metodológica. Vivemos em um mundo em que a arquitetura da investigação humana é construída por conceitos que se sustentam na comunidade. Em minha visão, essa é uma das principais vias para a criação de padrões de análise baseados na ideia centrada. Descobrir a centralidade é em si a tarefa básica do pesquisador afrocêntrico. Devemos criar os métodos que conduzirão à transformação no texto, nos fenômenos e na vida humana (Asante, 2009, p. 107).

Nesse sentido a busca da temática social pode ser um provável resultado dos Cursos realizados.

O Programa de Acesso à Universidade (conforme tabela 18) traduz o que o (a) estudante pensa a cerca do Programa ao qual está associado. Os estudantes demonstram terem entendido um pouco melhor o proposto e, embora ainda separem o movimento social do movimento negro e do que seja uma ONG, ainda assim gravitam mais ou menos sobre esses temas, entendendo que o Programa é uma atitude social sim, e que também se caracteriza por ser um divisor de águas, entre o estar fora ou dentro de uma

IES. Se fôssemos abordar brevemente o que esses estudantes entendem que seja a ação afirmativa, realizada pela IES através desse Programa, traduziríamos da seguinte forma, de acordo com as suas opções de escolha: é algo necessário, que funciona como uma reparação, em função da dívida histórica para com os (as) negros (as). Consideram ser uma “medida especial”, a ser tomada por um determinado período de tempo. Percebe-se, com isso, que a ideia da ação afirmativa é algo que está sendo mais bem assimilado por estes (as) estudantes.

Em relação ao movimento negro houve aqueles (as) que se sentiram desafiados pelo que os cursos propuseram. Porém houve aqueles(as) que perceberam as ações como “incompreendidas” e ainda apenas dois estudantes as apontam como “assistencialistas”. Quando se recebe este tipo de avaliação é momento de questionar, mas onde foi que erramos? Sim, porque um curso que se propõe a ser formador de identidade racial não poderia ser “incompreensível” nem “assistencialista”. Se a proposta é justamente contrária, visando que esses (as) estudantes alcancem uma autonomia em suas formações, que consigam, através das ações políticas de consciência e de pertencimento, se posicionarem politicamente, como é possível daí redundar em “assistencialismo” ou em algo “incompreensível”? Talvez essas pessoas não compreendam a prerrogativa de sua bolsa de estudos.

Para diminuir a desigualdade racial é necessário que a mobilidade social para os grupos racialmente definidos, se faça. Não se tratando de assistencialismo, e sim de uma ação política afirmativa no intuito de acelerar o processo de inclusão social dos racialmente excluídos.

Vamos nos valer das considerações de Queiroz (2004) a despeito dos efeitos da desigualdade racial, para tentar compreender o que se passa com esse estudante que propõe a ação do CECUNE como sendo incompreensível e assistencialista. Diz a autora

A recusa em admitir a raça como um mecanismo gerador de desigualdades sociais, repousa na crença, amplamente difundida, de que os brasileiros desfrutam de uma situação racial harmoniosa e equilibrada, em termos de tratamento e acesso aos bens sociais; na ideia de „democracia racial“. Dessa perspectiva, as desigualdades presentes na sociedade brasileira, seriam reflexo da estrutura de classes. Essa visão tem sido responsável por uma banalização das desigualdades entre brancos e negros, dificultando a emergência de um posicionamento crítico (Queiroz, 2004, p.73).

Portanto, implicitamente esses estudantes exprimem a ideia de que todos somos iguais e que temos acesso igualitário aos bens e serviços. Ele ou ela recebe a bolsa, mas não se vale de uma condição crítica para poder entender por aonde essa possibilidade lhe chega. Então, ao negar-se a encarar a questão racial, atribui incompreensão aos atos políticos exercidos pelo CECUNE. O máximo que se aproxima da bolsa que recebe, é atribuindo-lhe o valor de “assistencialista”. Isto sugere uma tentativa desfazer a ação da bolsa. O assistencialismo pressupõe uma relação de dependência, enquanto que o cabedal que sustenta teoricamente as ações do CECUNE, pelo contrário, propiciam a busca de autonomia para esses (as) estudantes.

Por onde estes estudantes estariam se não pudessem usufruir deste benefício (tabela 20). Alguns afirmam que estariam onde estavam antes da bolsa e outros pensam que não estariam estudando. Nenhum, entretanto, conseguiu projetar algum progresso caso não tivesse alcançado a bolsa. Verifica-se assim uma atribuição positiva ao benefício alcançado.

E para potencializar a formação um número significativo de bolsistas opta pelo conhecimento em língua estrangeira, preferencialmente o inglês. Em segundo lugar preferiram aumentar o conhecimento em informática seguido do acesso a curso de especialização. Depois optam pela formação superior de graduação. Esses dados nos informam que os estudantes negros (as) têm as mesmas demandas de conhecimento que os estudantes não-negros, evidenciando mais uma vez o quanto a questão das desigualdades postas para os grupos em conformidade com seu pertencimento racial, não passam de preconceitos que interferem fortemente e decisivamente na formação educacional dos estudantes negros (as).

A razão pela qual os negros são pouco representados em posições político administrativo como em cargos de ministros, juizes, presidentes e outros (tabela 24, em anexo), traz em si ainda uma confusão sobre a origem das desigualdades raciais. Neste quesito podemos perceber a idéia ainda presente da escravidão como responsável dos males que assolam hoje as dificuldades dos negros. Deflagra-se com isto, a necessária permanência de Cursos que possam melhor capacitar estes estudantes diante das questões que realmente forjam a exclusão social dos negros. A grande maioria deles, entretanto, mais precisamente, confirma que seja o racismo a razão da permanente falta de maior representatividade de negros (as) nas instâncias de poder.

Numa breve definição sobre o que o benefício da bolsa integral oportuniza, categorizamos as respostas e aqui trazemos apenas algumas das respostas mais significativas de cada categoria.

Oportunidade: Caso alguém argumente que cursar a faculdade seja um benefício em si, sem sombra de dúvidas essa resposta não estaria incorreta. Entretanto, ao analisarmos as respostas dadas pelos (as) estudantes bolsistas, nota-se que eles (as) consideram a aquisição da bolsa, *um bem em si*, concomitantes a outros valores que se agregam à possibilidade de cursar a formação de nível superior.

A bolsa integral é:

- Um presente; - *uma “oportunidade” ímpar*; - *benefício*; - *uma iniciativa que tem frutos para ser exemplo para outras pessoas e estímulo para os afro descendentes*; - *uma “jóia” de grande valor*; - *um início de uma vida melhor*; - *“tudo”*; - *a grande chance de mudança de vida*; - *dignidade pessoal e para os descendentes*; - **igualdade de oportunidade com os [brancos]**; - *oportunidade de novos horizontes*; - *portas abertas para um futuro promissor*; - *“ganhamos na loteria*; - *é de muita importância, pois sem a bolsa certamente não conseguiria realizar o sonho de um dia conseguir me formar*;

A partir destas respostas podemos considerar por “oportunidade”, tudo aquilo que aproxima esses estudantes do universo branco, posto que essa tenha caracterizado a chance para a igualdade de condições de disputa de mercado, em um futuro próximo. É isso, então, que a bolsa propicia: que esse grupo de estudantes negros (as), ao qualificarem-se nos cursos de suas opções, tenham a condição de romper com a desigualdade que até então os definiu, rumando para a capacitação profissional que deverá resultar numa igualdade de condições.

É interessante como quando um (a) estudante dentro desse grupo de então excluídos sociais passa a poder se identificar em ser o “exemplo” para outras pessoas. Até então, o modelo de espelhamento da humanidade, tem sido, invariavelmente, o padrão branco de comportamento. Então, com uma simples medida de fazê-las ingressar numa parte da sociedade da qual estiveram alijadas, e, além disso, com a contribuição do trabalho dos Cursos de Reconstrução de Identidade Racial, esses (as) estudantes passam a ser consideradas como um exemplo para outras pessoas negras. Ora, significa isto que, a partir desse exemplo, dessa experiência, muitas outras pessoas vão poder se espelhar e se projetar no mesmo tipo de possibilidade. Esse movimento, essa possibilidade criada é importante de ser entendida a luz da teoria da negritude.⁶

É comum percebermos nas relações sociais de uma sociedade neoliberal como a nossa, que as pessoas façam sempre um continuo movimento em prol de si mesmas. É comum e, muitas vezes, inclusive justificável, posto que as relações sociais capitalistas nos imponham à individualidade. Quando, porém partimos de uma proposta do Movimento Negro para atender a demanda do coletivo negro, as respostas começam a se configurar de uma forma diferenciada, e os usuários do Programa começam a entender que, embora seja o sujeito que esteja ali como protagonista de uma ação, em verdade há um coletivo maior, do qual ele (sujeito) faz parte. Concomitantemente ao fazer parte deste coletivo, ele obtém este benefício, sendo, portanto não apenas no nível do sujeito que o benefício atue, mas na dimensão do todo desse coletivo que sofre uma ação diferenciada como fruto do movimento que está sendo feito. Por isso o exemplo, por isso o modelo. A partir desses estudantes, outros (as) negros (as) percebem o caminho do

⁶ Nascimento (2003)

acesso como necessário de ser trilhado. Isso não significa que nessa IES ou que essa ONG CECUNE irão propiciar a outros grupos essa mesma ação. Apenas pontua-se aqui que a imagem desse caminho como possibilidade está lançada. Há que analisarmos se há ganhos reais para esse coletivo negro alcançou, assim como também averiguar qual o significado dessa modalidade de bolsa de estudo para ao esse coletivo de 282 estudantes negros e negras nessa IES, e qual a relevância social deste programa⁷.

Portanto, quando aqui apontamos a realidade dessas famílias que são positivamente transformadas através desta oportunidade, não podemos deixar de evidenciar a relevância disso. Destes 66 estudantes, apenas duas mães e um pai iniciaram curso superior. As mães concluíram seus cursos, mas o pai não. Há também a experiência de outros familiares, como irmão (as) que estejam enfrentando essa etapa de formação universitária. Entretanto o que se tem como demarcador é que a maioria desses estudantes vem de um ambiente em que a tônica não tem sido esse nível de formação educacional, e que, portanto, são esses estudantes que inauguram nas suas famílias e por vezes, até mesmo em suas comunidades, este tipo de acesso e de transformação social via educação de nível superior. Este é o modelo ou o exemplo que estes sujeitos inauguram. Além do próprio enfrentamento dessa nova condição de vida, e que muitas vezes não tem sido nenhum pouco barato para eles. A maioria deles (as) carrega, junto a suas bagagens, também a expectativa de que outros negros e negras venham a se realizar nessa ou em semelhante caminhada. Ainda que nenhum dos estudantes tenha explicitado tal questão, é preciso que se questione o diferencial do peso que também está aí posto.

⁷ Ver Negros e negras no ensino superior: singularidade para a permanência (Julio e Strey, 2009). Neste estudo as autoras apontam para a repercussão social na família e na comunidade de origem desses(as) bolsistas, no que se refere à sua entrada no ensino superior, em que, a mobilidade social de um membro, reverbera na possibilidade desta mobilidade para outros também.

Quando um sujeito é visto pelos outros no lugar de exemplo a seguir, como nesses casos dos (as) bolsistas, pode-se pensar que esses estudantes se encontrem, nos anos de faculdade, “entre a cruz e a espada” que, portanto, isto pese também na qualidade de sua formação. Comparando-os com os estudantes brancos ou com os estudantes pagantes, pode-se afirmar que o peso que recaia sobre esses dois últimos grupos, é necessariamente menor. Primeiro porque (de forma geral, desconsiderando aqui qualquer outra especificidade individual) eles tendem a carregar somente a si mesmos na sua formação universitária, não tendo sido postos no lugar de exemplo a ser seguido; segundo, também não sofrem a pressão de ser aprovado com média mínima 7.0, (no caso da IES em pauta) sem possibilidade de repetir mais de uma disciplina por semestre, como condição de continuidade do benefício da bolsa. Explicando um pouco melhor a pressão que aqui se percebe, é que, mesmo considerando que a lógica do que se busca numa formação universitária seja a da aprovação, não se pode negar que ocorra uma pressão de aprovação, quando o estudante percebe que, caso fracasse no entendimento do conteúdo de uma disciplina, ele fica mais suscetível, mas vulnerável, por não poder deixar-se levar para a repetência de mais de uma disciplina. Estamos falando de estudante que vêm de uma condição de carência econômica e que, portanto, ou encontram-se na IES em outras situações de carência, como alimentar, para exemplificar, ou estão trabalhando, estagiando, para a obtenção de recursos financeiros que dê conta de suas sobrevivências. Isto significa que são trabalhadores, e que, em assim sendo, a obrigatoriedade de serem estudantes média mínima 7.0, sem repetência em mais de uma disciplina, como condição de garantia da bolsa, é algo que se configura por mais um peso na vida desses estudantes. Além disso, mesmo considerando que ele tenha que repetir uma só disciplina, isto acarreta um grande transtorno, porque as disciplinas tendem a ser oferecidas em blocos e não necessariamente ela será repetida do

próximo semestre. Isto por si só, já causa um transtorno na grade curricular do estudante que precisa estar atento também para isso. Se ele se atrapalhar no ordenamento das disciplinas em cada semestre, ele perde tempo, e esse é precioso, principalmente para um bolsista.

E ser exemplo, não é barato nem pouca coisa. Ser exemplo é manter uma caminhada digna, a tal ponto, que reflita no outro, o desejo de também ter sua vida modificada na perspectiva do sonho projetado num futuro próximo. Também essa idéia de “*sonho*” nos chama a atenção como algo que aparece reiteradamente no discurso desses (as) estudantes. Quando falam na oportunidade, falam também em poder ter seus sonhos realizáveis, num futuro mediado pela entrada e na permanência na faculdade.

A categoria *sonho* é outra categoria importante de analisarmos. Esse sonho é que pode melhor definir o fosso que está posto entre os universos branco e negro na entrada das universidades brasileiras⁸. Isto que hoje é um sonho realizável para um número bastante limitado de estudantes negros e negras (282 neste caso), para muitos outros não passou de um pesadelo, para outros ainda, uma alucinação, por assim dizer. Pesadelo, porque muitas vezes representam as experiências de estudantes que foram aprovados no vestibular nas universidades públicas, mas que não obtiveram a classificação que os colocasse dentro da faculdade; daí a razão das cotas. “Alucinação” para outros, que nem chegaram a obter uma aprovação e, que, portanto, percebiam algo fora de seu alcance de realidade. Nesse sentido quando essa IES e o CECUNE realizam essa entrada deste grupo de 282 estudantes, elas oportunizam que estes sujeitos se aproximem e peguem seus sonhos, que, como eles próprios enunciam: “é uma iniciativa muito importante, pois

⁸ De acordo com Nascimento(2003) a mídia tenta a produzir uma “inundação de imagens e ideias sobre o niilismo entre os negros de tal forma que a continuidade da educação em nível superior tende a representar para os negros, um sonho, isto é, algo inatingível.

está me ajudando a concluir um *sonho* de me formar na área em que escolho para atuar” (palavras de uma estudante bolsista).

Mas a que sonho mesmo esses bolsistas se referem? O sonho real e possível de construir a igualdade racial entre os grupos branco e negro. O que se evidencia quando trazemos ao palco de discussões essa questão da falta de negros e negras no ensino como um todo, mas aqui evidenciando o ensino superior especificamente, vemos é o fosso que existe entre esses diferentes grupos raciais. Queiroz (2000) aponta que se até os anos 90 ainda se pensava em pontuar a democracia racial no Brasil, isto só foi possível por não se ter ainda, naquela época, “dados que nos permitisse vislumbrar uma realidade racialmente segmentada”. Hoje, porém já podemos vislumbrar esses segmentos e, contrário ao que intelectuais como Magnoli (2009) e Fry (2009) afirmam, não são as bolsas (e cotas) que criam esses segmentos (raciais). Esses apenas evidenciam o que se encontrava já há muito, submerso na falta de importância que lhe era devida. Esses estudantes bolsistas são a prova viva desse segmento que tem a caminhada de ensino superior como um sonho.

2.5. Aspectos Conclusivos

A realidade tem se apresentado como impeditiva para que esse coletivo faça essa ascensão social. Os bancos escolares a muito tem deixado de fora esse coletivo, evidenciando dessa forma, a importância de que se chame a atenção, de que se pontue essa realidade racialmente segmentada. Se antes tais dados não apareciam, era justamente por não se pontuar o critério racial, o que hoje se percebe como necessário.

O esforço para evidenciá-los, para mantê-los acesos, tem sido fruto do trabalho do Movimento Negro e da intelectualidade negra, aqui representada pela parceria com a ONG CECUNE, que busca aplicar questionários, que busca fazer Cursos e, enfim, que se mantém desperta para que mais esse movimento não se perca num fazer qualquer.

Isto que aqui os estudantes nomeiam por “sonho” é o encontro com o acesso de algo que sempre foi o ambiente de direito às camadas privilegiadas e de população branca da sociedade brasileira e que, portanto, para quem não compõe esse grupo, isso aparece como sendo um “sonho”, algo que, apenas pela condição de bolsista, neste caso, pode ser alcançável. Com essas informações dá para termos uma breve ideia de o que ocorre no sentimento dessas pessoas que passam a ter esse acesso, como um sonho realizável.

Antes apontamos para o nível da coletividade que obtêm avanços sociais e políticos seguramente significativos, no que se refere à mobilidade social do coletivo negro. Agora pensamos ser importante pontuar também o que pode se passar no nível da subjetividade, a cada uma dessas pessoas que passam por esta experiência, que abriga como pontuamos dois níveis: o macro, da coletividade negra, e o micro, da subjetividade do (a) sujeito negro (a). Por que essa transformação objetivada lá no macro coletivo negro, se dá, na concretude da vida, em cada um dos micros, ou, explicando, em cada uma dessas Marias e desses Joãos que formam o coletivo negro. Portanto, é o sonho da Maria, nutricionista, que se realiza; é o sonho do João, arquiteto, que se realiza e, com eles, todo o coletivo negro, ganha em grau, isto é, cresce junto. Indubitavelmente trata-se da identidade racial. Essa identidade é construída, em igual tempo, fora e dentro do sujeito. Fora, porque tem relação direta com o grupo de pertencimento, e dentro, porque é a própria subjetividade em elaboração. Quando esse (a) estudante, racialmente

identificado, assevera-se profissionalmente, esse acontecimento micro, subjetivo, reverberará no macro, coletivo negro. É neste sentido que garantir junto a cada um desses bolsistas que eles possam qualificar-se é primar pelo coletivo negro e, conseqüentemente, pela igualdade de condições raciais.

Quanto à educação, os estudos de Hasenbalg (2005) demonstram que a desigualdade racial é evidente no trato ao acesso da escolarização para a população negra. Nesse sentido, reconhecendo a dificuldade pela qual os (as) negros (as) têm passado ao longo da história brasileira que no acesso educacional marca nitidamente a preferência da escola pelos brancos, é neste sentido que os estudantes bolsistas desta IES reconhecem a bolsa integral de estudo como a Oportunidade.

Essa oportunidade aqui evidenciada também pode ser percebida, ao analisarmos as condições educacionais das famílias desses estudantes. Este estudo demonstrou que essas famílias vêm de uma história de baixa escolarização e que o trabalho por eles desenvolvido tem se caracterizado pelo doméstico e outras prestações de serviço pouco especializadas e pouco valorizadas social e economicamente. Todas essas famílias são de classes populares, sendo suas ocupações no trabalho bem pouco qualificadas, o que os impõe a uma baixa condição de ganhos salariais. Portanto essa categoria “oportunidade” é fidedigna com o que acontece a esse coletivo negro, que, através do estudo universitário, avançam socialmente, passando a mudar sua condição social, investindo na mobilidade social. Esse, em nosso entendimento, é o caminho viável para a mobilidade social.

Não restam dúvidas, portanto, de que estudos de como as relações raciais ocorrem no seio da sociedade brasileira, são fundamentais também para o corpo teórico

da psicologia, uma vez tratar-se não apenas das representações sociais do que significa ser negro (a) numa sociedade que se recusa a se perceber o quanto é racista, e, para além disso, a psicologia precisa pensar com maior acuidade em como essas pessoas negras constroem suas subjetividades nesta sociedade que as exclui, na medida em que deixa de incluir socialmente essa parcela significativa de brasileiros e de brasileiras.

Referências

ASANTE, M. K. (2009) Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. (org) *A Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro.

EGGERT, E. (2003) *Educação Popular e teologia das margens*. São Leopoldo: Editora Sinodal.

FRY, P. (2005) *A persistência da raça*. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FREIRE, P.(2000) *Pedagogia da Indignação-* cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP.

HASENBALG, C.(2005) *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ.

HERINGER, R. (2001) Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n.2, p. 1-43.

JULIO, A.L.S., STREY, M.N. (2009) Negros e negras no ensino superior privado: a singularidade para a permanência. *Revista África e Africanidades*. Ano 2 – nº5.

MAGNOLI, D. (2009) *Uma gota de sangue*. História do pensamento racial. São Paulo: Contexto.

MAZAMA, A (2009) A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, E.L. (org) *A Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro.

NASCIMENTO, E L.(2003) O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus.

QUEIROZ, D. M.(2000) Desigualdades raciais no ensino superior: a cor da UFBA. In: QUEIROZ, D.M. et al. *Educação, racismo e anti-racismo*. Salvador: Programa A cor da Bahia / Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, n. 4,.

QUEIROZ, D. M.(2004) O negro e a Universidade brasileira. HAOL, n.3, (Invierno, 2004), 73-82. *História Atual On Line*.

SAFFIOTI, H. (2004) *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SILVERIO, W. (2003) Ação afirmativa e combate do racismo institucional no Brasil. Ação Educativa, 10 anos. *III Congresso Negro e Educação*, ANPED.

PINTO, C. R.(2004) *Teorias da democracia. Diferenças e identidades na contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

CAPÍTULO III

CONVERSA AO PÉ DO OUVIDO:

ENTREVISTAS COM BOLSISTAS E COM MEMBROS DA DIREÇÃO DO PROGRAMA DE BOLSAS COMUNITÁRIAS AFRO

Este capítulo refere-se à aproximação que fizemos com alguns estudantes bolsistas do Programa Comunitário Afro que trata de uma medida de Ação Afirmativa no ensino superior privado, como parte constituinte da identidade da Instituição de Ensino Superior (IES) em seu processo de fortalecimento como Centro Universitário e encaminhamento ao processo para transformar-se em Universidade.

A fim de conhecer como essa ação afirmativa aconteceu nessa IES entrevistamos além dos estudantes, uma pessoa da direção que foi uma das mentoras do programa, e duas pessoas da ONG parceira comunitária que efetivamente fez com que essa ação se desse com a comunidade negra de Porto Alegre.

Inicialmente o objetivo era entrevistar doze bolsistas e realizar dois grupos focais, no intuito de examinar com esses estudantes, como foi essa a experiência dentro da IES. No andar do estudo, entretanto, não foi possível concretizar esses objetivos, razão pela qual entrevistamos dez estudantes e três pessoas ligadas à direção do Programa.

As entrevistas nos permitiram uma aproximação muito peculiar com essa ação afirmativa, posto termos podido olhar para a ação, sob o ponto de vista de quem a

usufruiu, assim como a partir do olhar de quem a gestou, desde a sua razão de ser, até aquelas pessoas que estiveram à frente da execução do programa. Apresentaremos a seguir os estudantes entrevistados, de acordo com gênero, a idade e o curso de sua formação, conforme tabela que segue (os nomes são fictícios, e servem apenas para situarmos as pessoas que serão referidas).

Estudantes entrevistados (as).

NOME	GÊNERO	IDADE	CURSO
Vilma	Mulher	43	Direito
Flores	Homem	46	Direito
Marco	Homem	22	Ciências Biológicas
Torquatro	Homem	30	Direito
Carmem	Mulher	42	Filosofia
Joana	Mulher	27	Enfermagem
Magda	Mulher	31	Administração Empresas
Maria	Mulher	30	Administração Empresas
Carla	Mulher	37	Direito
João Carlos	Homem	49	Direito

Do grupo diretivo entrevistamos uma professora mentora do Programa, uma mulher negra e um homem negro, ambos do movimento negro e protagonistas comunitários do Programa. Nesta introdução resta-nos ainda uma informação: da parte mentora e diretiva da IES, buscamos entrevistar um homem, professor, que entre 2004 e

2007, esteve também à frente na Pró-Reitoria de Extensão Comunitária, caracterizando-se como mentor do Programa. Ele, porém, foi uma das pessoas que não respondeu às tentativas de aproximação para entrevista. Tal qual a professora mentora do Programa, esse professor foi demitido da IES, uma das razões do que compreendemos aqui como uma “ação afirmativa despolitizada ou o contra efeito”, uma vez que o Programa foi, paulatinamente, perdendo sua identidade, passando a ser gerido por pessoas que não fizeram o entendimento do que é essencialmente essa Ação Afirmativa e qual o seu objetivo na contrapartida institucional na aplicação e manutenção dessa ação.

Equipe Executiva do Programa Bolsas Comunitária Afro.

FUNÇÃO	IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Professora – Membro diretivo da IES.	44 anos	Doutora em Teologia
Coordenadora do CECUNE	56 anos	Advogada
Coordenador do CECUNE	56 anos	Publicitário

A análise das entrevistas nos permitiu agrupar e, também, separar as pessoas de acordo com alguns aspectos relativos à questão das ações afirmativas no ensino superior para a coletividade negra. Para a discussão dos resultados, nos centraremos nas categorias abaixo.

- Despolitização do processo – o contra efeito.
- As Ações Afirmativas positivamente orientadas.
- O olhar pelo lado de dentro.

3.1.- DESPOLITIZAÇÃO DO PROCESSO – O CONTRA EFEITO.

A primeira entrevista que comentaremos aqui é a realizada com uma mulher negra, 43 anos, do curso de Direito. Foi uma entrevista sucinta e reticente, pois a estudante não parecia muito disposta a falar. Sobre a opção pela formação universitária, comenta que nunca havia pensado nisso, que era uma coisa natural fazer um curso superior.

Esse posicionamento parece revelar certa dificuldade em enfrentar a situação em que a estudante se encontra. Por exemplo, a sua idade, 43 anos, idade em que quase todas as pessoas, ou um grande percentual delas, que fizeram algum curso superior, já estão na vida profissional, ou pelo menos estão diplomadas há vários anos. Outro aspecto que não aparece nessa resposta é o fato de que a estudante teve seu ingresso possibilitado por meio de um Programa de bolsas de estudos modalidade afro. Ou seja, ela não entrou *naturalmente* na faculdade, mas sim em função de todo um movimento que redundou na possibilidade de concorrer – e ganhar – uma bolsa de estudos por ser negra e pobre.

Também é importante salientar que a estudante, assim como todas as pessoas que usufruem do tipo de bolsa que ela tem naquela IES, passou por diferentes ações de conscientização sobre questões raciais. Nesse sentido, considerar que é natural que esteja fazendo um curso superior é negar toda uma história que mostra que o “natural”, em nosso País, é uma mulher negra estar fora dos bancos universitários. Também podemos pensar que as atividades de conscientização desenvolvidas no decorrer do Programa não atingiram seus objetivos junto a essa estudante.

Essa nossa interpretação também encontra justificativa no fato da estudante revelar que está construindo “*um mundo totalmente diferente*” de onde veio, com “*outros parâmetros, novas visões, novas pessoas*”. Parece haver uma busca de afastamento de suas origens de mulher negra e pobre, ofuscada por um ambiente e valores que são mais “naturais” das pessoas brancas que circulam pelo meio acadêmico. Será possível assumir esse novo mundo esquecendo seu próprio mundo? Será que adquirir uma nova identidade “pseudobranca” pode dotar o indivíduo não branco de condições iguais para competir por um lugar nesse mundo branco? Nascimento (2003, p. 24) lembra que

a questão da identidade liga-se profundamente a essa essência da dominação racista, pois o padrão da brancura derivado da hegemonia do supremacismo branco exerce seu efeito sobre a identidade de todos os povos dominados. No Brasil, a identidade passa a ser reconstituída em grande parte por meio do sortilégio da cor, que a transforma numa busca permanente do simulacro da brancura.

Acreditamos que negar as evidências, desconsiderar a materialidade e significado de sua própria inserção naquele “novo mundo”, no qual não percebe preconceitos nem racismo, impede que Vilma possa partir de uma base de realidade que a instrua e capacite a superar todas as barreiras invisíveis que se apresentarão ao longo de sua formação e, depois, em sua inserção profissional.

Outro estudante que não foi tocado pelas ações de conscientização do Programa, é Flores, de 46 anos. Embora tenha participado dos cursos e assinado documentação que atesta a condição de bolsista na modalidade Afro, Flores afirma que recebeu a bolsa

porque um “anjo” da IES resolveu concedê-la por algum motivo que desconhece, já que, pelo quesito “situação financeira”, ele estaria fora dos padrões exigidos. O estudante conta que diversas vezes pensou que não conseguiria a vaga, até que, instigado por companheiros de trabalho, resolveu fazer uma última tentativa, contatando o departamento da IES que estava organizando a seleção. O funcionário que o atendeu olhou-o e disse algo como: “tu és negro, não é? Então eu vou te dar a bolsa”. Essa oferta, quando tudo parecia perdido, marcou profundamente Flores que, a partir daí esqueceu todas as premissas para estar no rol dos possíveis contemplados: ser negro, ser pobre. Também se esqueceu de onde nasceu a possibilidade de receber bolsa: uma política de ação afirmativa para reparação de uma dívida histórica da sociedade brasileira para com a coletividade negra, fruto, principalmente, dos movimentos negros em busca de seus direitos. O que ficou foi a imagem do bondoso anjo (branco) agraciando-o com uma bolsa integral. Está convencido de que o fato de ser negro não tem nada a ver, em franca contradição com suas próprias palavras ao contar o fato.

Ao longo da entrevista fez algumas revelações que permitem compreender sua relutância em aceitar-se negro (não apenas na superfície, mas no âmago de suas identificações). Flores conta que, quando tinha dez anos, foi adotado por um casal branco idoso, que necessitava de companhia. Sua mãe era muito pobre e trabalhava como doméstica em diversas casas, entre as quais os futuros “pais adotivos” de seu filho.

O estudante relata que essa foi uma época maravilhosa de sua vida, que teve uma sorte incrível de ter sido escolhido para viver com o casal idoso. Eles falavam: *“parabéns pela tua nota. Vai tomar um banho, porque, tu não sentes o teu cheiro, mas*

os outros sentem; tu podes andar com a roupa simples, costurada, mas tem que estar limpa, né, cabelo cortado”.

De todas as pessoas que foram adotadas por famílias brancas, ao longo de vários estudos por nós realizados¹, esse é o primeiro depoimento em que esse tipo de adoção foi uma experiência positiva. Ainda que possa haver a possibilidade de ter sido de fato uma experiência boa para ele, consideramos que seja reflexo de sua postura mística, um posicionamento meio fantasioso, como se pode ver:

Entrevistadora: Por que tu que foste o escolhido para ficar com aquela família?

Flores - Ah (sorrindo) o cara lá de cima, me escolheu. Olha não posso dizer, talvez a questão da idade é porque era uma idade assim, porque eu tinha dez, o meu irmão abaixo tinha oito, talvez eles tivessem feito uma opção pela idade, porque eles podem ter pensado assim, oh, de repente ele não vai sentir nenhum trauma.

“O cara lá de cima” e o “anjo” são vistos como os responsáveis pelas coisas boas que lhe aconteceram ou acontecem. Em relação à adoção, possivelmente esse casal de idosos, necessitava de alguém para algumas tarefas domésticas, e nada como um rapazinho, “quase da família” para fazer esse papel. De todo o jeito, ele foi criado por ali, e então conhecia os costumes da casa. Suas tarefas como filho eram

¹ Julio e Strey: Singularidade para a permanência: um estudo sobre a trajetória de negros e negras no ensino superior privado. Cadernos Africa e Africanidades 7; Silva, A., Oliveira, N.) Maricá: Ponto de Cultura, 2009.

varrer o pátio, enxugar a louça, Eu não gostava. Eles tomavam a tabuada, tinha horário pra sestar. Ai levantava, tinha lanche. A janta seis, sete horas da noite, isto pra mim era um sacrilégio. Que isso cara, tô acostumado a jantar, dez, onze horas, isto quando jantava. Mas eu era tratado como um filho mesmo. Eu sempre fui tratado como um filho e isto pra mim foi uma diferença, porque eu não sentia falta de nada.

O que mais nos surpreende nesse tipo adoção é que é uma das formas mais sutis de exploração a que as crianças negras tendem a passar ao longo da história do Brasil. Então, meninos e meninas negras são supostamente “adotadas”, mas de maneira informal. Assim, elas se sentem como membros da família, executam tarefas que filhos e filhas executariam; recebem alimentação, moradia e apoio escolar. Flores chega a referir que a senhora da casa lhe diz: “a roupa pode estar costurada, ser velhinha, mas tem que estar limpinha”. Esse trecho pode ser um indício de que eles talvez não dessem roupas ao “filho adotado”. Ele ficava, sim, com as roupas velhinhas, que provavelmente a mãe lhe deu ou que herdou de um dos irmãos mais velhos. Então, a adoção é um jeito barato de obter serviços domésticos a custo quase zero. O fato principal que deflagra a falsidade do ato adotivo é que essas crianças não têm nenhum direito a qualquer tipo de bens que a família tenha. Ora, a condição de adoção pressupõe, evidentemente, o direito à herança. Mas não nesses casos.

Flores ficou naquela família dos dez aos dezenove anos. Então, essa família teve durante nove anos, mão de obra próxima, do tipo familiar e bem barata. É importante que se ressalte que também há ganhos por parte desse sujeito, que se coloca nesse tipo de relação. Contudo, é sobre esse tipo de ganhos, que Hofbauer (2006) nos aponta que repetimos o mesmo tipo de vínculo da relação de poder exercido entre o Senhor e os escravos, de forma que os segundos, pelo necessário sentimento de pertencimento e de estar sendo cuidado pelo Senhor, desenvolve uma espécie de culpa ou de responsabilidade em não ser tão bom, ou tão servil quanto o Senhor necessita que seja. É uma relação paternal e dócil. E, se por vezes parece ser dura, é apenas por necessidade do escravo em ser punido.

Ao retomarmos com o estudante a questão racial, ele nos trouxe algumas considerações importantes, que transcrevemos na íntegra.

Eu não, eu não tive, eu não sofri, eu não tenho este tipo de problemas. Até porque eu não aceitaria. Mas , bom eu sei e eu vejo que existe, isso existe, porque os dados dizem, nossa realidade diz isto, É o que eu tava te apontando lá no início. Quantos professores negros têm na IES? E quantos alunos também? E vai ser menor o número agora, né. Vai ser menos porque as bolsas acabaram. Então, hoje existe uma discussão, uma discussão dentro da entidade, porque, a questão das eleições. Porque o sindicalista tem que votar no PT, e eu digo, mas, porque isto... Porque votar no PT. Eu voto e evidentemente sempre votei no PT, mas eu não concordo com tudo o que o PT

faz. Então, isto são algumas questões. Ai a pessoa colocou assim, não, mas o PROUNE, o PT criou o PROUNE, quer dizer, isto vem favorecer, (isto palavras do colega da gestão sindical), isto vem favorecer a classe menos favorecida. E eu digo, tá, mas isto não deveria ser o comum? Eu estudei em colégio público, primeiro e segundo grau. Ai quando chegar a época de eu fazer uma faculdade eu vou ter que pagar? Agora quem fez escola particular, fundamental e o básico, aí quando chega na faculdade, vai fazer uma faculdade pública. Alguma coisa tá errada neste contexto, porque a universidade publica deveria ter me colocado a disposição, assim como colocou o fardo, de um ensino fundamental e básico, fraco, muito fraco, aliás, de péssima qualidade. Então, ai tu nota, na questão do PROUNE, na própria discussão, que existe uma discriminação. Olha, mas o governo tá dando ai, pros negros, pros pobres, isto é uma forma de discriminação. Mas o programa é excelente, tem que ter. Eu me lembro do primeiro semestre, que a gente falava, tinha aula para a monografia, que agente não sabia nem pra que servia. Não nos disseram nada. Não serviu, apesar de que a A. [professora de metodologia] fundamentou que, não é que vocês vão fazer uns trabalhos, vocês têm que ter uma ideia de como é que se faz uma formatação acadêmica, por exemplo. Eu, sinceramente, não aprendi nada. E no décimo semestre seria excelente. Ah, eu coloquei, na minha monografia eu trabalhei a questão das cotas, mas como eu tive o cuidado de trabalhar a questão das cotas de forma abrangente, negros, mulheres, pessoas com necessidades especiais, cotas na política, pra mulher na política, eu trabalhei bem assim. E ai a A. me fez uma pergunta bem interessante assim, ela disse, tu és favorável às cotas?. Eu sou favorável as cotas. Até ali. Porque, isto não pode servir como tábua de

salvação para sempre, ela tem que ser um meio de ligação, porque senão tu vais tirar a responsabilidade do Estado de ensino de qualidade lá na base. Porque a discriminação, ela se vai. Porque que a maioria dos garís, são negros. Porque que a maioria das pessoas que trabalham nas funções, mais servis são negros. Eu acho que tirando aí, o futebol, que é uma coisa assim, mais global, o cara pode ser da classe A, B que não tá nem aí(...) **Porque se tu pegares o branco lá do morro, esse sujeito não vai tá muito diferente do negro.** Porque ele vai tá mal vestido, desdentado, sujo. Tanto é que se pegar um branco, pobre, ele não é muito diferente do negro. Por isso que eu vejo a questão das cotas, o governo quando ele coloca a questão da etnia, ele não deveria colocar esta questão. Ele deveria colocar só a questão sócio-econômica, automaticamente vai atingir que é, porque a grande maioria dos pobres, são negros. Porque os pobres são os negros. E aí tu cria uma polêmica. É pros negros, cria. E com a questão sócio-econômica tu acabas com a polêmica. Como eu sou favorável ao diálogo e não ao confronto. Confronto só quando tem necessidade. Porque eu me lembro quando se levantou a questão das cotas na UFGRS foi um, foi muito constrangedor para mim que tava entrando como negro. Teve um concurso em Caxias do Sul. A questão das cotas, a negra que lá passou, foi recebida sobre vaias. É um constrangimento, e que eu não saberia qual seria a minha reação em relação a isto.

O estudante faz várias considerações importantes. A mais importante delas, entretanto, parece ser o fato de reiteradamente ser contrário às cotas raciais. Ele nega que sua bolsa seja racial, assim como nega a importância da existência das cotas raciais. É

real o que diz em relação ao constrangimento do caso “Caxias”. O estranho é a alternativa encontrada por ele: não se fala não se trata das cotas raciais; isso não deve existir. As cotas e bolsas para pessoas de baixa condição econômica suprem todas as demandas. Será? Mas o cerne dessa questão não é justamente racial? É interessante que ele mesmo enfatiza que lá no morro, o branco empobrecido se parece com o negro. Hafbauer (2006, p.174) nos diz o seguinte: “vários autores estrangeiros da época (Koster, Rugendas, Kidder e Fletcher) afirmam que no Brasil era possível aos negros ascender socialmente e ocupar quase qualquer cargo profissional. Os viajantes citaram algumas pré-condições que julgavam necessárias para alguém ter sucesso na vida: ser livre, possuir dinheiro, dispor de “méritos pessoais” e ter o apoio de famílias influentes”. Em seguida Hafbauer cita o próprio Rugendas (1979, p. 276): “Quando as circunstâncias favoráveis, riquezas, relações de família, ou talentos pessoais, tornam um homem recomendável, qualquer degradação da cor o faz passar por branco, tanto mais facilmente quanto os próprios brancos são muitas vezes bastante morenos”. O estudante faz uma boa argumentação, sem, contudo, apropriar-se do seu conteúdo político. Ou seja, por que é que na pobreza, e apenas na pobreza, a igualdade está posta entre brancos e negros? E mais ainda do que a igualdade, ele salienta que iguais na negritude. Ou seja, a pobreza é negra, tanto que os brancos pobres, são negros. Parece que esse estudante é adepto da política dos panos quentes, que se põe por cima das dores e das cicatrizes, fazendo tudo passar.

Ao ser confrontado com essas questões, Flores pondera:

Eu te entendi. É que parece que eu fui contraditório, porque eu vejo que é a questão sócio-econômica, contemplaria a questão da etnia, e por outro lado,

para mim se a gente resumisse, foi assim. É muito tranquilo, sabe. Como se ele tivesse dizendo, há, tu é pobre, Ai é forma legal. E desta forma que as pessoas deveriam ter inserção na questão do ensino superior, claro que... mas aí, eu porque no primeiro semestre, eu coloquei lá pra A. que a bolsa, que as cotas eram uma boa saída, só não podem ser uma coisa eterna. E vejo que eu sensibilizei a ela, porque ela disse: “pois é, nunca tinha pensado desta forma. Vou estudar” Neste contexto eu não vejo nenhum problema de alguém de uma etnia negra, ou um índio ganhar uma bolsa, por ser daquele etnia. Eu não vejo nenhum problema. Sinceramente, agora, que isto não seja pra sempre. Porque se nós buscarmos lá em 1500, foram dadas terras aqui, para brancos. E aí, se sentiram mal? Não. Eles são donos hoje, de uma extensão territorial, e a gente se pergunta, e aí, como é que pode, né? Uma pessoa ser dona de uma extensão de terra, tão grande. E eles não pagaram nada. Ganharam cotas. Bolsa. E alguém fala isso? Em contrapartida, em relação ao negro, tá aí a discriminação, né.

Nesse último trecho parece que o estudante fica mexido com a insistência de demarcar a bolsa racial. Mas ele tenta, sobre todas as formas, escapar em reconhecer-se efetivamente como negro. Ele consegue, em alguns momentos, fazer uma consideração política, mas desde que não se vincule à questão. Se ele ficar de fora, então dá até para pensar sobre a questão. Eventualmente, isso se deve ao sofrimento que saber-se negro deve gerar. E, talvez é em função desse mesmo sofrimento, que ele nega, esconde e bloqueia qualquer possibilidade em aproximar-se da temática. Como nos faz entender Queiroz (2000, p.12), tomando de empréstimo a expressão de Claudio Barcelos nós

negros e negras que chegamos no nível universitário, somos “sobreviventes do sistema educacional”.

3.2.- AÇÕES AFIRMATIVAS POSITIVAMENTE ORIENTADAS

Incluímos nesse grupo os outros oito estudantes entrevistados que, de uma maneira geral, demonstram ter conseguido alcançar os objetivos propostos pelos Cursos de Reconstrução Identitária, no que se refere à conscientização frente ao racismo e as estratégias de manter esse racismo vivo, mas falseado e excludente. Marco, jovem de 22 anos se reconhece com homem negro e admite passar por experiências de discriminação em seu cotidiano. Diz ele que:

Ah isso é, isso é, uma questão que só sendo negro para saber como é que é, a cor da pele influencia muito na maneira como as pessoas te tratam, eu sofro uma tonelada de racismo assim todos os dias, à medida que, entro em um ônibus e ninguém senta do meu lado, as pessoas selecionam o lugar onde vão sentar, ou tu ta numa calçada a pessoa desvia, ou entra em uma loja e a pessoa te olha como o que tu está fazendo naquele local, enfim várias formas sempre vão ocorre e eu acredito que se eu estiver de terno e sapato nos mesmos lugares eu vou ser tratado da mesma forma.

A experiência relatada pelo estudante demonstra que ele tem noção do que é pertencer a uma raça e estar em uma situação de exclusão social em função disso. E

apenas em função disso. Para a maioria das pessoas tratar-se-ia de uma situação tipo paranóide. O que poucos perguntam é como se estrutura, como se condiciona essa situação paranóide? Por que pessoas negras se sentem perseguidas? Isso é ao acaso, ou há uma condição social propiciando essa ocorrência que, nessa hipótese, configura uma estrutura social que impõe ao outro (negro, negra) um estado de desconfiança quase permanente diante do ser aceito ou excluído em função de sua raça. Segundo Nascimento (2003), esse efeito é fruto do supremacismo branco, que impõe ao negro a um estado de inferioridade, quando não de desumanidade. West (1994, p. 123) diz que:

A ideologia do supremacismo branco se baseia em primeiro e principal lugar na degradação do corpo negro com o intuito de controlá-lo [...] essa empresa branca de desumanização deixou sua marca nas cicatrizes psíquicas e nas feridas pessoais hoje inscritas na alma da gente negra. Essas cicatrizes e feridas estão nitidamente inscritas na tela da sexualidade negra.

Dando sequência a essa linha de pensamento, e configurando aquilo que se assemelha ao sentimento paranóide, diz West (1994, p. 123):

Como pode uma pessoa chegar a aceitar e afirmar um corpo tão desprezado pelos seus concidadãos? Quais são as maneiras de regozijar os momentos íntimos de sexualidade dos afro descendentes numa cultura que questiona a beleza estética do nosso corpo? Podem florescer para as pessoas negras, relações humanas numa sociedade que agride e assalta a nossa inteligência, o nosso caráter moral e as nossas possibilidades?

Todos esses estudantes confirmam ser o (a) primeiro (a) da família em cursar e estar próximo de concluir uma faculdade. Há casos de pessoas que já ingressaram, mas não concluíram sua formação. Esses estudantes aqui referendados, estão todos encaminhados ao processo de conclusão de curso. Todos reconhecem importância dessa formação em suas vidas, e, com afirmação Torquato “o ensino superior confere um diferencial no mercado de trabalho”. Esse estudante chega a comparar a formação universitária como a aquisição de um “sobrenome”. Diz ele:

A importância do nível superior é que existem algumas esferas na sociedade que, alguns núcleos, alguns círculos, vamos dizer assim, que você precisa dizer de onde você é, ou o sobrenome, vai ser a tua função. Exemplo: Joaquim, Arquiteto, Maria, Dentista. Então, existem alguns espaços dentro da sociedade, onde eu circulo, onde eu consigo identificar a diferença de antes ou depois, pelo fato de algumas pessoas dizerem de onde vêm Dr. Fulano, Engenheiro Beltrano, sempre há um prefixo para elas e a aceitação daquela pessoa dentro do meio, e diferia da minha situação porque eu não tinha aquele sobrenome, eu não tinha esse prefixo, hoje, eu posso me considerar uma pessoa que, de onde eu vim, eu vou poder contribuir com essas informações, né. Ainda que haja uma resistência muito grande ainda. Eu sou de Porto Alegre, mesmo, mas eu me criei no Bairro Partenon, na Vila São José².

Quando esse estudante refere o “prefixo”, parece querer referir-se à ideia de pertencimento. Ter uma profissão é pertencer a algo, que tem sido sempre configurado

² Região da periferia de Porto Alegre, caracterizada por uma população de condição sócio-econômica baixa.

pelo grupo seletivo dos que alcançam a Universidade. É dessa mesma maneira que outra estudante se refere à sua formação:

Porque a formação universitária te abre diversas oportunidades, uma de tu conseguires um emprego melhor, e também pelo status, é outra coisa um serviço como universitária, mas primeiramente pela carreira profissional, o mercado te dá varias opções dentro desta área (Torquatro).

Esse grupo é coeso em sua postura diante da importância da formação universitária, entretanto, é Carmem que nos traz uma preciosa informação sobre como acontece a experiência desses estudantes, no cotidiano das relações. Diz ela:

*Ah, cotas pra negro... Também tem negro na família que quer estudar... Mas ninguém toca no que ta acontecendo por trás, como é difícil fazer uma faculdade, tu não tem uma ajuda financeira que te banque... Aí que tu vê a diferença de quem pode pagar uma faculdade e quem ganha o curso e não tem isso... **Porque muitos não conseguem assumir isso aqui. Realmente, é pra mostrar que o teu lugar não é aqui...** Mas como eu sou teimosa, e como eu cheguei aqui, eu vi.*

No que se refere ao acesso ao universo acadêmico Carmem chama a atenção para a dificuldade, maior, na permanência do que no próprio acesso. Para ela, manter-se nesse

ambiente, implica os recursos para as passagens de ônibus (e trem, considerando o pessoal da grande Porto Alegre); dinheiro para as cópias de material de estudo; dinheiro para alguns (raros) lanches, etc. Então, aí é que se situa, segundo ela, um dos maiores impeditivos para uma pessoa de classe popular se manter no ambiente universitário. O conhecimento em si, o estudo, é a parte mais fácil, uma vez que depende do nível de interesse de cada um. Talvez Carmem pense assim, porque para ela estudar é prazeroso, é algo que a sustenta ou melhor, que lhe dá sustentação. Entretanto tudo aquilo que circula a sua estada no ambiente universitário, isso sim, são os impeditivos de um maior desenvolvimento.

Essa estudante demonstra uma fina percepção, ao apontar que as dificuldades por que passam esses (as) estudantes, e que tendem a não ser muito evidenciadas, faladas, tem um propósito em si: “o de mostrar que o teu lugar não é aqui”. É mais uma vez Nascimento (2003, p. 23) quem bem pontua a questão dos silêncios demarcadores de espaço; dos silêncios que sustentam o racismo tal qual ele tem se apresentado. Segundo essa autora:

No Brasil, a discussão do racismo leva de forma quase inexorável à alegação do perigo iminente de constituir um racismo às avessas. Este tabu costuma travar a discussão antes que ela consiga realmente começar. É o contraponto de um fenômeno que caracteriza de maneira singular o racismo brasileiro: o recalque e o silêncio. Na acepção popular, racista é quem fala do racismo ou enuncia a identidade do discriminado; a atitude não-racista é o silêncio. Contudo verifica-se que tal noção representa não apenas um equívoco como um dos pilares que

sustentam a dominação, pois o silêncio configura uma das formas mais eficazes de operação do próprio racismo no Brasil (Nascimento, 2003, p.23).

Dessa forma não dizemos exatamente onde se encontram os impeditivos para os (as) estudantes negros (as) empobrecidos economicamente. Não pontuamos quais são os empecilhos e, assim, o poder hegemônico branco se mantém, porque coeso em seu impedimento de que o outro acesse certas condições, que o possam colocar num lugar em que evidenciará sua igualdade, agora, formal. Trata-se da fome desses (as) estudantes e da falta de recursos para a aquisição de materiais, como se fossem coisas menores: certamente sem nunca ter, no mínimo pensado sobre como é possível concentrar-se mentalmente e produzir saberes e conhecimentos, sem ter o alimento que dê sustentação física. Como se pode pensar que essa seja uma questão menor? Apenas aos bem alimentados, isso pode não ter importância. Mas, aqui, nessa Ação Afirmativa, estamos trabalhando com um grupo que não pertence a essa realidade da plena condição de alimento ou da condição de aquisição de material de estudo.

Joana. é uma mulher de 27 anos que busca no curso de Enfermagem a realização de seu sonho de cuidar das pessoas. É de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul e, como não conseguiu entrar numa faculdade em sua cidade, mudou para Porto Alegre em busca do sonho. Diz não haver diferenças entre ser homem ou ser mulher. Para ela é tudo igual, pois, sendo uma pessoa comunicativa, não vê barreiras que não possam ser ultrapassadas. Como todos os outros entrevistados, é a primeira da família a percorrer esse universo acadêmico, e tem consciência da continua necessidade de aperfeiçoamento, para poder capacitar-se profissionalmente. Joana é do tipo que encara as dificuldades de

frente, e reconhece que existe ainda racismo nas relações sociais. Segundo ela, as pessoas dizem que não precisa de bolsa de estudos, porque tem cabelo bom. Dizem que ela não é negra, e que, então, não precisa da bolsa. Ela diz que prefere não dizer nada para essas pessoas, que só a querem provocar. Acha que essas pessoas são invejosas e as deixa de lado.

Magda, 31, cursa Administração de Empresas e é comunicativa e propositiva. Sabe da existência do racismo, mas não se deixa abater por isso. Como outros bolsistas, ela acredita que a grande virada na sua vida tenha sido oportunizada pelo CECUNE ao conceder-lhe a bolsa de estudos. Maria, 30, também do curso de Administração de Empresas, quer ter sua própria empresa e administrá-la. Foi adotada, sendo a única negra da família. Os familiares não aceitam que esteja na condição de bolsista. Consideram que isso é uma humilhação e que ela teria que ter investido da UFRGS. Considera fundamental o trabalho de conscientização feito pelo CECUNE. Não fosse isso ela não entenderia uma série de coisas que lhe aconteceram. Refere um fato de sala de aula em que houve uma discussão.

... Eu não me sinto humilhada, mas as pessoas acham que por ter aceitado eu me sujeito a uma humilhação. Tanto que na sala de aula, uma vez teve uma discussão e eu não tive como ficar calada, e eu falei eu disse que não, que não é dessa forma que eles imaginam como agente chega na IES. Que a gente faz o vestibular, e que depois do vestibular a gente faz uma outra etapa para verificar a situação financeira não é simplesmente por ser cota que gente entra nestas cotas, então eu tive que esclarecer pra turma né. Mas sempre tem aqueles que acham que os negros se fazem de coitadinhos e eu não me fiz de coitadinha até

porque eu vim de uma família que luta muito. Ainda mais a minha mãe que é, nossa, um exemplo de luta.

O que se depreende dessa entrevista é o quanto essas ações incomodam aos não-negros. O quanto buscam frequentemente descaracterizar, por uma ou por outra razão, a necessidade dessas bolsas. Ou procuram na pele dos estudantes (tua pele não é tão preta), ou em alguma outra parte do corpo (teu cabelo não é tão ruim...). E, ao mesmo tempo em que visam descaracterizar a validade da bolsa, incrementam seus atos preconceituosos, ao afirmarem “tua pele não é tão preta”, “teu cabelo **não é tão ruim**”, sendo assim não és negra. Há aí uma duplicidade de ações, a primeira visando descaracterizar a pessoa para que ela não faça mais uso desse benefício e, em segundo, que existem sim pessoas “tão pretas”, com cabelo “tão ruim”. A esses sim, esses são negros, mas certamente eles não devem estar por perto. Por que? Não seriam eles capazes de entrar numa universidade?

Mais uma vez a demarcação de território, de espacialidade do ambiente branco e do ambiente negro. É a lógica do “se... então” que funciona da seguinte forma: se estás aqui, então não deves ser tão negra (o). Se não és tão negra (o), então não há porque estar aqui e nem de haver bolsas. E assim, nessa lógica, vão buscando desconstruir a razão de ser dessas ações afirmativas. Mais uma vez o poder vai se alastrando e pegando aos mais desavisados que vão ficando de fora, porque assume a prerrogativa branca de impor os seus valores, seus hábitos e sua cultura, como o padrão universal da humanidade.

Essa questão de territorialidade ou de manutenção do grupo racialmente definido em determinadas posições sociais (lugares sociais hierarquicamente definidos), é

fortemente garantido através da imobilidade social. Esta, por sua vez, tem como função maior a manutenção do caráter racista e discriminatório da sociedade brasileira.

Hasenblag (2005, p.20) fala em um capitalismo dependente, como sendo um instrumento obstaculizador da integração da massa marginalizada da qual os não-brancos fazem parte. Segundo diz esse autor, “sem dúvida alguma, a grande maioria dos negros e mulatos no Brasil é exposta aos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados. Mas, além disso, as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição”.

É a fim de forjar um movimento contrário à desqualificação e desvantagens competitivas que as ações afirmativas como esta se fazem necessárias. Sobretudo quando enfatizamos a necessidade que haja um movimento coletivo. As saídas, as buscas individuais, têm seu valor. Entretanto a construção coletiva pressupõe um aporte político e um processo de conscientização e de percepção da maneira como se dá a subordinação dos não-brancos e de que, para contrapô-la é necessária uma transformação social estrutural como Hasenbalg (2005, p. 20) confirma:

Um ponto central na análise consiste em desenfatar o legado das relações do escravismo como explicações das relações raciais contemporâneas, e aí invés disso, acentuar o racismo e a discriminação após a abolição como as principais causas da subordinação social dos não-brancos e seu recrutamento a funções sociais inferiores. Dessa forma a raça como atributo socialmente elaborado é analisada como critério eficaz dentre os mecanismos que regulam o

preenchimento de posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

Resulta disso que a imobilidade racial é frequente e de tal maneira que, inversamente, muitas vezes, nos surpreendemos com a presença de pessoas negras em funções de comando nas relações de trabalho. Assim é que tem se apresentado a questão territorial; essa é uma questão da manutenção de espaços sociais e racialmente bem definidos. Obviamente não se utiliza como no passado norte-americano, de placas demarcadoras de espaços para brancos e de não-brancos. Não é esse o mecanismo utilizado. O racismo à brasileira sempre foi especialista no que diz respeito à dissimulação. Ele tem sido, portanto, sutil e perverso. Assim, como diz Hasenbalg (2005, p. 21):

A mobilidade ascendente experimentada pelos brasileiros de cor, depois da abolição, foi tão restrita, que desigualdades raciais acentuadas têm sido perpetuadas até o presente. [nesse sentido] a imobilidade social individual dos não-brancos [é] insuficiente para atingir a chamada “democracia racial”, a adscrição³ racial fracassou na produção de uma identidade coletiva e de uma mobilização política de negros e mulatos, com o fim de exigir igualdade efetiva com os brasileiros brancos, ou, noutros termos, de reivindicar que a mitologia racial se tornasse uma realidade.

³ Limitação

Portanto, há uma forte tendência em manter-se os grupos racialmente bem definidos e equidistantes, e o instrumento garantidor disso tem sido o sistema educacional que fortemente favorece um grupo em detrimento de outro.

Quanto menor a educação formal, quanto menos conhecimento um grupo obtiver, mais fácil será dominá-lo e mantê-lo em seu status de dependência e de inferioridade. E isso é relativamente fácil de ser exercido: basta que não se contemplem os seus valores e se enfatize a grandeza do outro grupo. Queiroz (2004) aponta o quanto à escola brasileira repete isso, sendo uma das principais razões do abandono da escola regular pelos (as) jovens negros (as) brasileiros (as): a escola não apenas deixa de contemplar o que são, isto é seus valores, como enfatiza seus erros. É nesse sentido que as ações afirmativas que preconizam o ingresso à educação formal em nível universitário, tem se tornado o tendão de Aquiles ao contrário da igualdade racial. Então, quando os grupos raciais são mantidos geográfica e educacionalmente excluídos, isto se dá em função de um interesse não coincidente, mas proposital, de alimentar o fosso entre negros (as) e brancos (as). Ainda segundo Hasenbalg (2005, p. 23):

A política de estímulo à imigração européia implantada até 1930 reforçou ainda mais o padrão de segregação geográfica dos dois grandes grupos raciais (...). A concentração acentuada da população não branca nas regiões subdesenvolvidas do país – e a decorrente escassez de oportunidades econômicas e educacionais – é assinalada como uma das principais causas das desigualdades raciais contemporâneas.

Ou seja, os não brancos são colocados em locais geográficos e sociais de menor prestígio e desenvolvimento e depois são cobrados a disputarem em pé de igualdade no mercado de trabalho, em nome da democracia racial brasileira, em nome da igualdade de oportunidades, como se isso fosse real e possível.

No cotidiano das relações sociais tais fatos se apresentam misturados. A estudante Carla aponta como na cidade do interior em que passou sua infância e início da juventude, os grupos negros e brancos eram dicotomicamente bem definidos, ainda que, para além do quesito cor (que aparece mas sugere uma coincidência quando levado em consideração), mas como uma condição de classe social. Nas palavras da estudante:

Assim, como é que vou te dizer. Os lugares que os negros frequentavam não eram lugares que a gente podia ir também, não eram bem frequentados, entendeu? Eram lugares de um nível muito baixo. Como se fosse um lugar assim; eu não tô conseguindo me expressar, porque eu não quero ser preconceituosa. Mas como se fosse um lugar assim, bem eu nem sei aqui em Porto Alegre em que lugar poderia comparar. Sabe, um lugar que, bah, não dá pra gente ir. Independente de ser mulher negra ou ser mulher branca, o ambiente não é legal. Rola , droga, rola sexo, sabe, é um ambiente muito baixo. Eu sei que este tipo de lugar existe em muitas cidades, mas é que lá, era o lugar que os negros frequentavam, ainda que fosse um lugar muito baixo. Então, no interior, tu acaba ficando afastada de alguns negros, por esta questão de nível. Não sei se ainda é assim, mas naquela época em que eu morava lá, era assim. Ai o que que a gente fazia, não tinha um lugar pra gente ir; era como se fosse, a exemplo de hoje, um baile funk, um lugar com sexo explícito, entendeu. Ai claro que a gente

não ia. E nos lugares que dava pra gente ir, aí as pessoas não aceitavam a gente. E a diferença que eu achei aqui, claro quando eu vim pra cá tinha vários lugares pra se ir, mas principalmente que não era uma coisa tão rotulada como era lá. Ou tu és uma coisa ou é outra. Então, eu negra, não podia ir às festas onde os negros estavam, por ser um lugar de nível muito baixo; e no lugar dos brancos, eu não era muito bem aceita.

Os negros, a raça não aparece com tal, não podendo associar-se à discriminação racial. A questão aparece como de classe social, e então as pessoas negras de outra posição social, como a da família da estudante, ficam sem poder relacionar-se com seus iguais de raça. Porém, com aqueles em que há uma semelhança social, não há proximidade racial. Assim é que famílias como a de Carla, acabam ficando numa espécie de limbo social, imobilizadas: não podem relacionar-se com os outros negros, porque esses pertencem a um universo execrável; porém também não podem relacionar-se com os brancos, porque não são brancos como eles. E o mais incrível de toda essa sutileza social é que ela prende também psiquicamente a esses sujeitos. Se acaso alguém se atreve a chamar a atenção para a questão racial subjacente, será, fatalmente, acusado (a) de preconceituoso (a) ou de, no mínimo estar no caminho da vitimização. É o jogo soberano do silenciamento que faz com que muitos negros (as) fiquem amordaçados, social, racial e psicologicamente.

Ainda em relação aos espaços racialmente definidos, essa estudante pontua, depois de ser questionada sobre as evidências de racismo que percebe:

Por mim mesma, pela minha postura, eu não sei se é correto, mas tem lugar que eu vou e que eu não me sinto à vontade, não me sinto bem, aí já sei que não é meu espaço, mas tem outros lugares, como na Saldanha, ou em algum barzinho, ou na cidade baixa, tudo bem. Mas já se for em alguns lugares, onde houve algumas festas da faculdade, lá na calçada da fama, parece que não é o meu universo. Ai eu vejo que eu só estou ali porque é festa da faculdade, agora se eu estivesse sozinha, se fosse pra alguma paquera, não ia rolar. Ninguém ali vai me ver. E também aquela coisa assim, tá eu sei, não é meu chão, mas tem também aquele olhar do tipo: o que tu tá fazendo ai? Sabe. Ai esse olhar faz com que eu sinta que ali não é meu chão. Tu não gostas de estar num lugar onde tu não te sintas bem. Não que eu seja aquela coisa assim, ai eu sou negra só tenho que ir a pagode, não é isso. Agora tem lugares que fica evidente.

Essas questões que fazem com que a pessoa negra, não se sinta à vontade num ambiente social e racial diferente do seu, não são simples questões psicológicas que forjam esse impedimento de assentamento social. Pelo contrário, é como se houvesse um “campo magnético” impeditivo dessa entrada no ambiente social. E quanto mais invisível for esse “campo magnético” impeditivo, maiores serão os prejuízos psicológicos que poderiam daí advir. São essas as sutilizas das relações cotidianas que nos fazem crer na permanente necessidade de capacitarmos racial e identitariamente a esse grupo de universitários. Sem essa capacitação, sem que processos de conscientização para a questão racial ocorram, esses estudantes podem acabar sendo reprodutores desses estigmas raciais. Carla comenta que quando criança

No começo eu não sabia lidar. Não eu vou mentir pra ti. No começo assim, tinha uma época que eu tinha raiva de ser negra. Quando eu era, quando eu tinha assim 14 anos que começou a vir, assim, aquela coisa de festinha, sabe, ai, eu senti raiva de ser negra, senti muita raiva de meu cabelo, sabe, porque eu tinha colegas que riam dos meus cabelos, então eu morria de inveja das minhas colegas brancas que tinham os cabelos lisos, (risos) sabe, queria, ficava brigando porque que meu cabelo não era liso, porque que meu cabelo não tinha balanço, aquela coisa toda.

Para ela, só na faculdade e com os cursos do CECUNE foi possível elaborar toda essa questão do racismo, e entender que isso é fruto de uma sociedade branca, excludente, autocentrada e hegemônica. Fundamentalmente, essa estudante pôde perceber que essas questões do racismo, se dão no dia a dia das relações e que, portanto, não é coincidência que nem ela nem nenhum de seus colegas negros são promovidos no seu local de trabalho. Que, embora haja um reconhecimento “verbal” da qualidade de seus feitos, esse reconhecimento não se transforma em promoção ou em ganhos salariais. Essa estudante vai, aos poucos, fazendo as conexões necessárias entre a questão da pele, e mais do que a pele, propriamente dita, questões da negritude ou do pertencimento racial e o que resulta socialmente disso.

Para finalizar esse segundo bloco dos estudantes que estão positivados na ação afirmativa, ou seja, que entram no processo de conscientização da questão racial e das desigualdades daí advindas, o estudante de Direito João Carlos percebe uma transformação em sua vida desde que passou a usufruir a bolsa total advinda do CECUNE. Segundo ele, seu ambiente social transformou-se. Passou a ser um futuro

operador do Direito e, com isso, é visto de uma forma diferente e peculiar. Passou a estagiar em órgãos públicos da justiça e a ter um status diferenciado. Esse estudante demonstrou na entrevista estar completamente de acordo com a proposta do CECUNE.

Diz ele:

Eu participei de todas as oficinas. E tenho saudades, muitas. Era muito oportuno, essas oficinas, porque ali eu pude compreender o grande compromisso que a gente tem com a sociedade, pelo fato de receber a bolsa. O curso ele é, ele te qualifica, porque o simples fato, porque uma coisa é tu estares te capacitando para ser um profissional, outra coisa é as oficinas, porque as oficinas elas te colocam num patamar muito mais alto de responsabilidade social, de que tu recebeu aquela oportunidade e agora com conhecimento tu podes qualificar outras pessoas, tu podes oportunizar o teu conhecimento para outras pessoas, e de uma maneira solidária, não é, porque, agora tu não vai sair, pelo fato de tu ser um advogado, tu não vai sair cobrando de tudo mundo. Eu acho que as oficinas te oportunizam uma visão mais solidária, essa visão de uma competência organizada, que tu tens que te esforçar e valorizar a bolsa que tu recebeu, né, que tu estás o tempo todo tentando fazer o melhor, dentro da Universidade, não é; porque quanto mais tu te qualificar dentro da faculdade, melhor profissional tu vai ser fora, então, as oficinas, além de outras coisas, como a própria convivência que a gente tinha, eu acho que essa visão ficou muito forte para mim; tanto é que eu, pra minha formatura, que eu creio pra Setembro de 2011, já falei pro colegas que eu gostaria de ser o orador da turma, e não houve nenhuma resistência. Eu quero poder agradecer publicamente ao CECUNE.

Mais do que qualquer outro estudante, João Carlos é entusiástico para com as atividades do CECUNE. Para ele, de fato, é o CECUNE que propicia todas essas ações, contribuindo para seu crescimento atual como homem que se descobre negro, e para seu futuro como profissional negro. Agora, certamente, após descobrir-se positivamente como negro, para além das dificuldades que ser negro numa sociedade aparentemente não racista, significa, é uma ferramenta a serviço da desconstrução dos empecilhos que costumeiramente deixam os (as) negros (as) de fora dos centros sociais. Nesse sentido, esse homem negro, projeta positivamente seu futuro profissional, por meio do que as ações afirmativas podem propiciar. Atualmente, concomitante com a conclusão do curso de Direito, previsto para Setembro de 2011, João Carlos prepara-se para ingressar na carreira da Diplomacia Brasileira. Esse tem sido o tiro certo da proposição afirmativa: abertura de portas.

3.3.- O OLHAR PELO LADO DE DENTRO.

Nessa categoria estão às conversas que tivemos com três pessoas responsáveis pela implementação do Programa de Ações Afirmativas, modalidade Afro. Entrevistamos, para tanto, uma professora que foi uma das pessoas que geriu quase todos os passos da construção dessa ação, e também duas pessoas que foram os, por assim dizer, executores da ação, porque são os Coordenadores da ONG CECUNE, que é o parceiro comunitário, vindo do movimento negro, para implementar a proposta.

AC é Doutora em Teologia e esteve, a partir de 2003, à frente do trabalho de criação e implementação do Programa de Bolsas da IES em questão. Segundo essa

professora, a ideia era de inicialmente, pleitear que as Faculdades isoladas da IES adquirissem o status de Centro Universitário em que se encontra hoje em dia, se encaminhando para o status de Universidade. Ela entra na IES como Coordenadora de Extensão e, pensando na missão cristã da IES, elabora junto ao grupo de trabalho um projeto em que pudessem cumprir a tradição Institucional, ao mesmo tempo em que instituíam uma identidade social ao trabalho educacional. Em suas palavras:

Em 2003 não existia o PROUNE. O PROUNE é posterior à implantação do nosso programa, mas em nível nacional já se discutia a necessidade de se ter políticas diferenciadas de facilitação de acesso a essa massa de jovens da sociedade brasileira, que estava excluída do ensino Universitário, e que precisava de programas muito diretos de acessibilidade no ensino superior. Obviamente se você cruza isso com o indicador sócio-econômico e com o indicador raça, você vai perceber que a principal massa entre essa massa que está fora da Universidade é os estudantes negros.

Nós criamos então na época, o conceito maior de que teríamos que garantir alguma forma de acesso ao ensino, como o primeiro critério o econômico, que é um grande nó. Então nós ficamos um tempo pensando como seria isso. Como a IES é, assim como toda instituição filantrópica e nesse momento já havia indício dessa política que agora existe, mas que ainda estava em fase de discussão no Congresso e tudo, de que as intuições filantrópicas deveriam, toda a instituição filantrópica ela é isenta de tributação, mas ela tem que prestar conta de qual é a sua prática social. As escolas confessionais tinham um leque muito grande de comprovação desta atuação social.

Veio daí a ideia de tornar o acesso ao ensino superior privado uma atuação social de maior escala, diferenciando-se da prática comum de concessão de bolsas individuais. Sua comprovação, para fins de justificativa da filantropia, se deu através da implementação dessa Ação Afirmativa. Tiveram, segundo a professora, que calcular quantas vagas caracterizaria a filantropia e, para isso, foram necessários muitos cálculos a fim de estimar o valor de cada bolsa e de quantas seriam necessárias para a comprovação social dessa natureza/fim: a educação. Segue a professora afirmando que:

Foi aí que nós instituímos o conceito de bolsa carência sócio-econômica. Esse conceito abrangia uma série de coisas, entre elas o critério para ter acesso a essa bolsa era ser carente; importamos o conceito de carência sócio-econômica do FIERS, que é aquela fórmula que você cria um índice e dentro desse, avalia a renda por pessoas da casa, se tem pessoas doentes e por aí fora. Adotamos esse índice como um primeiro grande filtro, prioritariamente, e aí adotamos o conceito de bolsa e o conceito de reparação. Consideramos para isso que os grupos étnicos indígenas e negros foram historicamente altamente prejudicados. Consideramos que é do lastro da história do Brasil a ocupação territorial brasileira altamente irregular, e altamente violenta e injusta, e os ciclos econômicos produzindo uma massa muito grande de pessoas sem terra. Então, nós fomos fazendo essas análises sobre o que é o saldo devedor da constituição histórica do Brasil, e como a gente poderia transcrever isso, em políticas sociais de acesso aos excedentes, prejudicados por esta incompetência da nação. (...)

Essas ideias não são originariamente nossas, da Instituição. Elas já são incorporadas nas discussões que estavam sendo confrontadas no debate em nível

nacional, e que depois foram sendo consolidadas no PROUNE e em outras discussões de cotas.

A IES propõe-se a trabalhar na modalidade de bolsas, com diversos segmentos de excluídos, tais como MST, movimentos indigenista, grupo de educadores populares, grupo de profissionais do sexo, grupo de presidiárias e o Movimento Negro que caracterizou-se por ter a maior representação de estudantes entre todas essas entidades. A professora explana sobre a dificuldade em fazer contato com o movimento negro, pois, segundo ela: “ na questão da negritude, como o movimento negro é polifônico, é muito difícil você conseguir uma linha de interlocução e você conseguir criar um nível de confiabilidade da população, né”. Diante de tal situação, acabou contando com uma assessora da CESI, que foi quem indicou a ONG CECUNE para esse contato com a comunidade negra local. Nas palavras da professora:

Bati um telefone e contatei o J., [CECUNE]. Naquele momento eu disse e ele que estávamos fazendo a escolha de interlocutores focados, para ter alguma ação. Que naquele momento era quase uma experimentação. Nós não sabíamos no que ia dar; se ia dar certo, se não ia. Tínhamos é que experimentar e fazer auto-análise permanente, vendo se vale a pena, se não vale. Se tínhamos que voltar atrás. Enfim, começamos um diálogo com o CECUNE que já no semestre seguinte resultou em sessenta vagas, não lembro bem. A gente tinha combinado vinte vagas, mas apareceram duzentos e aí fechamos nos sessenta. Eu lembro é que na primeira seleção do CECUNE apareceu tanta gente, tanto gente que tive que correr pro Diretor e imediatamente negociar mais vagas, para que não ficasse um sentimento de frustração naquelas comunidades que foram

articuladas. Porque foi divulgado, mas pipocou, e aí é que começamos a conceber o jeito de como fazer. E aí que começamos a ver como seria.

Segundo a professora, havia dois grandes braços na discussão das modalidades de bolsas: um o ser pobre, independente da cor. Bastava simular sua situação econômica e, caso se enquadrasse no índice, o estudante fazia o vestibular e se habilitava para a bolsa demanda individual. E o segundo braço o da demanda coletiva. O braço da demanda individual era mais forte “*por mais estranho que pareça*” diz a professora. Era uma disputa interna, do staff diretivo, sobre a igualdade de direitos. Segundo ela:

Essa foi uma discussão que a gente não conseguiu resolver. Por pressupostos equivocados sobre o conceito de igualdade, que foi o grande embate permanente dentro da IES, e que a gente nunca conseguiu fazer uma balança equilibrada.

Teve uma vez que fui conversar com o Diretor Geral e nós concordamos que o ideal seria o inverso: que a demanda coletiva fosse maior que a individual. Mas nós tínhamos um problema muito grave: nós não tínhamos tecnologia para atender esse problema de demanda coletiva. O CECUNE, por exemplo, era um número ínfimo de pessoas e o tipo de trabalho que demandava era volumoso. O CECUNE ficou totalmente envolvido nisso, exclusivamente nisso, em detrimento de outras atividades. E isso não é legal, não é bom.

Então, a maioria dos movimentos que articulamos para a demanda coletiva, eram grupos de pessoas envolvidas para um objetivo e que faziam ações. Então não eram instituições com estrutura para dar conta de um processo seletivo, mesmo no foco naquela demanda. Então isso nunca ficou amplamente resolvido. E findou que eu fui deslocada para outra função. Quando a coisa começou a

pegar e que eu ia dar forma, fui deslocada para a Coordenadoria de Educação à Distância.

Percebe-se com isso que a IES estava também em processo de implementação de sua estrutura interna, e que não havia estrutura pessoal para tanto. E o objetivo principal de toda essa movimentação que fez nascer a política de ações afirmativas, é a construção de uma Universidade, com os pilares calcados na inclusão social. Ainda de acordo com a professora:

O Brasil vive um tempo muito parecido com o que a Inglaterra viveu no período da explosão industrial, que é assim, de muita oportunidade; o país é rico, é um país que tem uma capacidade de produzir riqueza impressionante, mas um nível de desigualdade social violento. Por isso então, queríamos criar uma identidade missionária, numa Instituição que tinha uma tradição, mas que não estava mais conseguindo se atualizar nas demandas do tempo presente. Quando cheguei, as duas escolas juntas com as faculdades tinham dois mil, estudantes. Quando saí, em 2007, tinha dez mil, só na educação superior. Quatro anos. Então quando o PROUNE vingou, nós percebemos que a nossa política de bolsas ia ser extinta gradualmente, porque o PROUNE é o espaço legítimo e devidamente acompanhado pelo Estado, e que inibe mais as ações danosas; um gestor, de interesse privado, tem interesses privados, o PROUNE não.

Questionada se o Programa havia se perdido, a entrevistada concordou: “*Sim, ele se perdeu. Tinha um nó ali que poderia ser desfeito mais não foi. Era só fazer o PROUNE pelo filtro de ingresso, e por dentro dar continuidade aos programas*”.

Para concluir a entrevista a professora disse que faltou ainda ser criada uma linha de pesquisa para o Mestrado, para discutir essa política, para pensá-la melhor e enfim, incrementá-la. E, diz ela:

Isso que você está pesquisando, é uma linha, e uma linha significa vida mental, vida acadêmica. Diferentes pesquisadores debruçados sobre o fenômeno, investigando o fenômeno, reciclando os significados sobre o fenômeno. Havia essa ideia, mas ela foi boicotada. Foi boicotada internamente na instituição, desde que o antigo Diretor, que criou o Programa, fez a escolha de sua sucessão. Acho que é isso o que eu tinha a dizer.

Com este final a professora nos aponta por onde foi que o importantíssimo programa de ações afirmativas acabou por se perder, ao perder sua identidade, ao perder o sentido que lhe deu vez. Mesmo com tudo isso, há que considerarmos que houve vitórias, houve sucesso e que a prova disso é o grande número de negros e de negras racialmente qualificados, que a IES pôs no mercado de trabalho e de tantos outros que ainda estão fazendo o caminho.

A segunda pessoa a “olhar do lado de dentro” é a Coordenadora da ONG CECUNE, parceira comunitária de IES. Segundo ela essa parceria se deu no momento em que os fatos sociais configuraram a oportunidade e que eles decidiram arriscar para ver no que daria. Então foi feito um convênio Institucional através do qual a comunidade (CECUNE) iria oferecer alguma coisa para o Centro Universitário, e este iria oferecer alguma coisa para a comunidade. O primeiro termo aditivo desse convênio iniciado foi um termo específico de concessão de bolsas de estudo. Foi por isso que entre 2004 a

2006 entraram na IES tantos estudantes negros e negras, ligados (as) ao CECUNE. Segundo essa coordenadora, ainda em 2010 há estudantes dessa modalidade de bolsas na IES, mas não sabe quantos são. A Coordenadora considera que:

As ações afirmativas, principalmente no caso do acesso ao ensino superior, precisam ter três aspectos: ações de ingresso ou de acesso; ações que amparassem a permanência e as que configurassem o sucesso. O que se fez na IES considera principalmente o acesso. As questões de permanência e sucesso foram razoavelmente trabalhadas porque enfocamos, nas oficinas, a autopercepção do racismo. Então esses estudantes tiveram o acesso, receberam certo acompanhamento através da capacitação em termos de conceitos e informações sobre as relações raciais no Brasil, e o resto ele fez sozinho com a família dele.

A Coordenadora nos diz que o tipo de acesso que propiciaram aos estudantes negros e negras foi universalista, dentro da comunidade negra. O candidato então fez sua inscrição no vestibular, se declarou negro (a), comprovou sua condição sócio-econômica de carência, e fez uma entrevista com a Coordenação do CECUNE. No primeiro vestibular a entrada foi relativamente tranquila porque havia vagas para todos (as) os (as) aprovados (as) nesses passos relatados pela Coordenadora. Já para dar seguimento ao proposto, a ONG foi se aprimorando e criando instrumentos de coleta de dados e avaliação dos (as) ingressantes. No primeiro ano, todos (as) receberam bolsas. No segundo ano não foi o CECUNE que fez a avaliação e no terceiro ano (2006) sobrou muita gente que, segundo ela, eram pessoas que se declararam negras, mas que bem podiam passar por não-negras. Foi, conforme aponta a Coordenadora, uma questão

fenotípica, coisa que não aconteceu em 2004 quando foi a IES que fez a seleção. Então, quando há encontros com todo o grupo de bolsistas, “*vê-se claramente quem entrou em 2005*”, diz ela.

Foi em função disso que em 2006 mudamos a terminologia. Lá na entrevista que se fez, nós vimos pessoas inscritas para concorrer a bolsa para Afro descendentes, pessoas absolutamente brancas. Em função deste tipo de conduta passamos a adotar o termo “bolsa para negros” e não mais para afro descendentes.

A Coordenadora detalha ainda mais essa questão:

Nós começamos em 2004 usando o termo afro descendente. Ah, tudo bem, porque houve bolsa suficiente para todo mundo. Todo o mundo que passou e provou a carência econômica, ganhou 100% de bolsa. Nesse momento nós tínhamos ido buscar os estudantes nos pré-vestibulares para pretos e pobres. Quando esses estudantes conseguiram a bolsa, fizeram propaganda e, no segundo vestibular, vieram os parentes, os amigos, os conhecidos dos que já tinham entrado, e muitos outros. Mas eram todos negros e negras. Já em 2005 a coisa tinha se alardeado e muito. Ai veio todo o mundo que achou que dava para aproveitar a chance. Uma bolsa de 100%, imagina, quem não quer? Então vieram pessoas de tudo que é tipo. Na primeira inscrição, nos pedimos que os estudantes trouxessem todos os documentos com xerox da identidade de pai e mãe. Quer dizer, nós queríamos ver a raiz mesmo. Porque na medida em que as vagas vão sendo menores do que o número de classificados, então se prioriza. E prioriza a partir de que ótica? É. A gente se pergunta: o que as ações

afirmativas estão tentando resolver? Imediatamente estão tentando resolver o espaço de rejeição daqueles que são muito rejeitados. Quer dizer, abrir espaço para quem é, na fila de frente, renegado sempre. Quem são esses? A gente sabe muito bem quem é. Uma mulher negra, de cabelo carapinha, gorda e bem preta, essa é que jamais vai ser escolhida para ser Enfermeira Chefe. Uma secretária negra, não pode simplesmente ser bilíngue; ela tem que falar 6 idiomas, aí pode ser que ela entre para uma grande empresa. E olhe lá. Na maioria das vezes eles optam pela branca que fala dois, mesmo em detrimento da negra que fale seis. Então esse tem sido o tipo de perfil que vai para o fim da fila, sempre. É o perfil prioritário a ser atendido nas ações afirmativas. E outra questão importante: hoje, na América Latina é crescente a realidade de que as mulheres sozinhas estão chefiando as famílias. Então essas mulheres precisam ser capacitadas para aumentar a renda, para poder ter mobilidade social, para poder educar seus filhos, para que eles também possam ter mobilidade social. Então, as ações são imediatamente para socorrerem a quem está mais atolado no empecilho. Mais dificultado. E quem são eles? Acho que a gente conseguiu fazer isso. Teve o desbloqueio, o furo de 2005, que foi visível quando a gente encontrou com esses estudantes, mas de forma geral, quando nós fizemos a seleção, a gente conseguiu colocar prioritariamente aqueles que fossem para resolver essa situação.

Segundo a Coordenadora, houve um estudo para poder acompanhar parte dessas ações. Foi um grupo de professores e uma funcionária que olharam mais de perto essa caminhada⁴. Depois desse estudo a IES se posicionou estranhamente, dizendo não poder mais dar informações acerca da vida acadêmica, e que deveríamos recorrer aos próprios

⁴ Ver Ribeiro, S.; Julio, A.L; Pessoa de Lira, L.;Dias,L.;Boehler,G. e Fajardo, S.(2010) Especificidade da permanência e da evasão de alunos(as) bolsistas negros(as) no ensino superior. Plurais: revista multidisciplinar da UNEB, vol 1, nº1, jan/abril 2010, Salvador, EDUNEB.

estudantes para qualquer tipo de informação. Então, a partir daí perdemos quase toda a possibilidade de acesso às informações, porque os estudantes nem sempre estão dispostos a contribuir. Muitas vezes trocam de telefone e email e então perdemos todo o contato. Para outras organizações era diferente o acesso aos estudantes. Como a Coordenadora informou antes, a ONG CECUNE ofereceu acesso universal, isto é, todo aquele que se sentiu pertencente a raça negra, com carência econômica e aprovado no vestibular, pôde concorrer à vaga, enquanto que as outras organizações trabalham com seus associados. O controle sobre eles, em termos de obtenção de informações de como estão indo em sua formação, perderam-se pelo caminho; não se sabe se seguem o curso ou não. O CECUNE não tem esse tipo de ação, enquanto que outras organizações puderam contar com esse trabalho direcionado para suas próprias atividades. Alguns bolsistas CECUNE inclusive tiveram muitas dificuldades com questões de saúde, e que a ONG só tomou conhecimento muito tempo depois. Nas palavras da Coordenação:

De fato se constataram que alguns estudantes tiveram problemas muito sérios de saúde, de morte de familiares, fatos demarcadores que prejudicaram seu bom rendimento. E então, a partir do acompanhamento daquele grupo de professores, se conseguiu, através de uma portaria, que se definisse uma comissão pedagógica e uma comissão de extensão para apoio desses estudantes e que os possibilitasse fazer novas provas ou outras atividades, uma vez terem passado por situações extra-curriculares impedindo seu melhor desempenho, e pondo em risco sua formação acadêmica. Mas esta medida durou aproximadamente dois semestres.

A Coordenadora comenta que a questão da permanência também foi uma luta difícil de ser travada. Por se tratar de estudantes carentes, suas moradias em geral eram distantes, e tinham que despender tempo e dinheiro para quatro conduções por dia, o que, para muitos, caracterizou um empecilho grande. Eram também muito mal alimentados e não foram raros os casos de estudantes desmaiando ao final do dia, no Campus, por estar o dia todo com pouco ou sem nenhuma alimentação. E, além disso, claro, o material didático. Aquisição de livros, nem pensar, porque também não tinham recursos para as fotocópias. Também não dá para dizer que o campus passou incólume a essas situações. Houve pressão social decorrente da inserção de um perfil diferenciado em ambiente que sempre esteve acostumado com outro tipo de clientela. Houve a questão da postura de alguns professores não sabendo lidar e alguns nem querendo saber lidar com a nova situação. Enfim a aprendizagem não é apenas dos estudantes bolsistas negros (as), mas de toda a comunidade acadêmica, que se vê diante de uma nova realidade e precisa aprender a lidar com ela. Por isso tudo aqui exposto, os Cursos/Oficinas que o CECUNE promoveu aos estudantes negros foram importantes para poder chamar-lhes a atenção para essa realidade que ora se lhes apresentava. Segundo a entrevistada, em relação aos cursos ministrados para esse grupo de estudantes:

Teve de tudo. Acho que na verdade eles só foram porque foram obrigados a ir. Teve a conversão daqueles que chegaram emburrados e saíram felizes; teve os que já chegaram felizes e aí só multiplicaram a felicidade, e teve aqueles que chegaram emburrados e saíram emburrados. Mas a gente pensa que todo mundo foi mexido. E num belo tempo da vida eles vão se lembrar disso. E teve assim aqueles que chegaram e diziam que estavam lá porque tinham que ir, mas que, em seguida, foram solicitados e tiveram munição para usar. E tiveram a

dignidade para nos dizer: Olha, sai de lá e tive uma aula assim e assim, mas que eu não fiquei quieto. Porque agora eu tive argumento para defender a minha ideia. E teve outros que escreveram na própria avaliação, que acharam um absurdo serem submetidos a uma lavagem cerebral. Mas também teve aqueles que se descobriram e possivelmente vão usar esses instrumentos para o resto de suas vidas Teve os que voltaram seus TCCs para essa temática, e que foram muito bem qualificados, porque souberam onde buscar a base teórica, a fundamentação para poder fazer uma coisa de nível acadêmico satisfatório.

Isso tudo que foi possível ser feito pelo CECUNE caracteriza, segundo a entrevistada, o sucesso. Foram abertas portas e muita gente pode passar, muita mobilidade social se deu. Isso é sucesso. Tem gente na Biomedicina, nas Engenharias, na Fisioterapia, na Nutrição, na Fonoterapia. Ter aberto essas portas de acesso a esse pessoal é sucesso. Para finalizar o comentário da entrevistada:

Eu acho que a gente fez o que tinha que ser feito. Se a gente não fizesse, não iria mais dormir. Então, mesmo com deficiências, mesmo com as lacunas que a gente observa, mesmo com tudo isso, valeu a pena. Valeu para a IES e para as pessoas que lá estiveram. De vez em quando a gente recebe um email dizendo: olha aprovei no concurso tal, aprovei no mestrado, no pós, e de outros que ainda estão na peleia para o trabalho. Eu acho que nós soubemos fazer; nós fizemos da melhor maneira, como movimento negro, tendo o cuidado, assumindo uma postura de luta, mas não belicosa, com diplomacia, com muita doação, com lisura. Deixando o caminho aberto. Acho que foi importante.

A entrevista com o Coordenador do CECUNE nos trouxe, sem dúvidas, uma garantia política da importância da necessidade desse trabalho realizado pela ONG junto aos estudantes negros e negras. Segundo ele, o primeiro marco regulatório do Movimento Negro brasileiro, nos anos 1970, foi a denúncia de que não vivemos a decantada democracia racial, visto que os negros vivem em condições sociais desiguais e que isso se deve em razão de um racismo operante e estrutural na sociedade. É, portanto, a partir desse entendimento que se constrói toda a política de ação da Universidade Livre, que trabalhou, nos anos 1990 na capacitação aos ativistas do movimento social, trazendo informações sistemáticas sobre a condição do (a) negro (a). Em 2003 quando a IES os solicita enquanto entidade representativa do Movimento Negro como representante da comunidade negra, o CECUNE lança mão dessa mesma ferramenta de capacitação, agora, porém, atualizada e dirigida para o mundo acadêmico. Contudo, a ideia é sempre a busca dos saberes não acadêmicos, isto é, entendendo que não há uma só maneira de se alcançar o conhecimento e que, fundamentalmente, na prática da vida, deixamos de apreender aquilo que se passa aquilo que se constrói no dia a dia das relações. O CECUNE mantém-se atento para essas práticas e de como as identidades, sobretudo a identidade negra, vão se constituindo nesse espaço. Segundo o entrevistado, os Cursos/Oficinas capacitam intensamente aos bolsistas, que sem eles, podem estar sujeitos a desistirem dessa caminhada no universo acadêmico, que tende a ser reprodutor das relações da sociedade mais ampla. Ou seja, se lá fora há preconceitos e discriminações, dentro do ambiente acadêmico também vai haver. E esses estudantes precisam estar atentos a isso para não sucumbirem, para terem recursos de reação, de contrapartida. Nesse sentido, é a questão da identidade desses (as) estudantes que está em pauta. Se eles (as) não souberem quem são e o que a sociedade costuma fazer com os

diferentes, a tendência é aderirem ao status quo, ou seja, adaptarem-se acriticamente à sociedade preconceituosa e excludente.

Nos casos em que os (as) estudantes se manifestam contra os Cursos/Oficinas de Capacitação Identitária, isso reflete, segundo o Coordenador, o desconhecimento do (a) estudante diante de sua própria condição social. É porque eles (as) chegam muitas vezes sem base política e social alguma, sendo tarefa do CECUNE, capacitá-los. O trabalho, portanto, é de fazer com que esses (as) estudantes tenham consciência da desigualdade social e que é essa desigualdade que cria os processos de exclusão social. E que, se eles (as) não se permitirem conhecer, perceber isso, vão ser excluídos sem terem os instrumentos apropriados de reversão do processo. Mas, para saber ler e ter um papel diferenciado nessa sociedade excludente, é preciso compreensão política e ideológica desse processo. Em suas palavras:

Não se pode trabalhar com a concepção de informação aleatória. Então, quando o estudante senta lá e fazemos uma discussão de que a sociedade nos trata dessa maneira e que historicamente somos colocados em espaços periféricos do processo de bem estar social, e o estudante compreende isso, ele passa a entender que tem sido uma pessoa excluída da sociedade. E aí o que é preciso fazer? Precisa fazer ações de inclusão social, ou seja, a inclusão que vai se dar através das ações de enfrentamento na sociedade ou o Estado criando instrumentos legais que garantam a esses grupos, que garantam as possibilidades de acesso social. Porque isso é o Estado Democrático de Direito. Nada mais e nada melhor do que isso, para fazer esse tipo de ação de inclusão político social. E é esse o momento que nós estamos vivendo.

O Coordenador fala ainda sobre o processo de auto-exclusão que acontece com aqueles que se negam a compreender o processo que se vive:

A auto-exclusão concorre com isso: eu tenho todos os instrumentos para superar isso. Mas eu resisto em assumir, em fazer que eu não estou vendo, aí a auto-exclusão funciona dessa maneira. Mas aí o caso é individual e não mais coletivo. E a gente sabe disso no dia a dia. Nós vamos indo. Tratamos durante cinco anos, no período escolar e transitamos até de uma maneira semelhante no ambiente acadêmico, e compreendemos que as coisas são feitas de igual para nós. Agora, quando chega o mercado de trabalho, que é competitivo, a coisa muda. Mas aí, as práticas mudam, os jeitos discriminatórios e excludentes, mudam constantemente também. E se a gente não souber perceber isso, nós vamos ficar sempre no final da fila. Por isso a gente tem que estar sempre fazendo o trabalho de retirar esses resquícios de preconceitos que são colocados de maneira aleatória. Mas se não tivermos os instrumentos de percepção para saber identificar como é que isso se dá. Temos aí o que o mundo empresarial chama de “diferencial competitivo”. O nosso potencial competitivo é justamente poder perceber como é que esses processos nos excluem e entender como funcionam, para poder desmontá-los constantemente. Assim é que vamos construindo processos de inserção. A autoexclusão a gente já sabe como é: basta não ter consciência. A autoinserção é saber como é que a coisa funciona, é saber quais são os teus direitos. Agora, se tu nem sabes que tens direitos, então vai passar batido. É assim que a gente aprende. O nosso papel é poder perceber essas coisas e poder transmitir isso. É isso que a gente permanentemente, enquanto

liderança, enquanto cidadãos, precisa estar constantemente aprendendo e traduzindo essa aprendizagem para que outros também percebam. Eu acho que esse é o papel do educador, em qualquer plano de sociedade.

3.4.- CONSIDERAÇÃO FINAL

A bolsista Vilma que trouxemos neste estudo é um exemplo do apontado aqui, como a estudante que não adere ao Programa e resiste em reconhecer todo esse processo com sendo também seu processo. Flores representa o que resulta de uma ação não politizada, em função do jeito desconfigurado que a pessoa à frente do Programa lhe passou a bolsa, que, como bem apontou a professora A. C., de que, numa ação particular existem aqueles que tiram proveito, agindo como se as bolsas fossem uma concessão sua, descaracterizando todo o processo sócio-político construído pela IES. Ao ouvir a Coordenadora do CECUNE, podemos compreender o porquê de tanta dificuldade em acessarmos os (as) estudantes, assim como de obtermos informações acerca do andamento das bolsas. Primeiro, porque esses (as) bolsistas não têm um vínculo fortemente estruturado com a ONG. Eles (as), apenas em algumas ocasiões, responderam aos chamados para os Cursos/Oficinas, mas, diferente de outras comunidades, esses (a) estudantes não têm um vínculo associativo com o CECUNE. Como nos apontou a Coordenadora, a entrada desses (as) estudantes foi pela via universal, ou seja, aberta a todos (as) negros (as) interessados (as) e habilitados para as bolsas.

Portanto, e nesse sentido, o trabalho do CECUNE de reunir os (as) estudantes em Cursos/Oficinas, apesar de todas as fragilidades de vínculo, é considerado bem sucedido, podendo ser reconhecido como tendo atingido seus objetivos.

Porque, em verdade, esse é o trabalho do CECUNE. Essa é a sua participação na Ação Afirmativa da IES: contribuir para que os bolsistas possam fazer a construção identitária e todo o aporte instrumental do que significa ser negro (a) numa sociedade excludente e, fundamentalmente, que possamos construir os jeitos de inclusão social que se fazem necessários para que possamos, definitivamente, sair do final da fila. E, no coletivo, não são os nossos amigos que devem ser agraciados, mas todos aqueles (as) que estejam aptos a concorrer às bolsas.

Referências

Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e Branquitude no Brasil. - In: *Psicologia Social do Racismo – Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, Petrópolis .

Bernardino, J. A (2002). A Ação Afirmativa E A Rediscussão Do Mito Da Democracia Racial No Brasil. *Estudos Afro- Asiáticos*, ano 24, nº 2, 2002, pp. 247-273.

Brito, E. (2004) Afirmativas: um bom caminho à percorrer. - In: *Afirmando Direitos Acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica2004.

Carvalho, J. J. (2003). As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. *Teoria e Pesquisa*, 42 e 43. jan/jul.

Carvalho, M. G.; Nascimento, T. C., (2002)O potencial de educação tecnológica com mulheres em geração de renda: rodadas de linguagem, gerando conhecimento. In: VI Encontro Regional Sul Unitrabalho–*Trabalho e Sociedade*. Curitiba.Curitiba, 2002,vol 1.

Cechetto, F ; Monteiro, S.,(2006) Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro: a perspectiva masculina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 199-218, jan-abril.

Gassend, D., Van Dijk, Lim, D.,Clarke, D., e Devedas, S.,(2004) *Identification and authentication of integrated circuits, concurrency and computation: practice and experience*. Disponível em: <<http://www.discourse.org>>

Hasenbalg, C., (2005) Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Ded. UFMG: Rio de Janeiro:IUUPERJ.

IPEA (2009) Políticas Sociais: *acompanhamento e análise- Vinte Anos da Constituição Federal*- Vol 3, nº 17.

Julio. A.L., Strey, M.N. (2009) Singularidades para a permanência: um estudo sobre a trajetória de negros e negras no ensino superior. *Cadernos Africa e Africanidades 7 Política Educacional*. , v.7, p.32 - 44,

Nascimento, E. L. (2003) *O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus.

Nogueira, O. (1955) “Preconceito de marca e preconceito de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”.*In: Bastide, R. Fernandes, F. Relações racias entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo , Anhembi.

Ribeiro, S.; Julio, A.L; Pessoa de Lira, L; Dias, L.;Boehler,G. e Fajardo, S. (2010) Especificidade da permanência e da evasão de alunas(os) bolsistas negras(os) no ensino superior. *Plurais: revista multidisciplinar da UNEB*, vol 1, n.1, jan/abril 2010.Salvador EDUNEB.

SAFFIOTI, H. (2004). Gênero, patriarcado, violência. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo

Souza, N. S., (1983) Tonar-se negro ou As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Queiroz, D. M., (2000) "Desigualdades raciais no ensino superior: A cor da UFBA", in Queiroz, D. M. et. al., Educação, racismo e anti-racismo (programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFB). Salvador, Novos Toques.

Queiroz, D. M. (2004) O negro e a Universidade brasileira. HAOL, n.3, (Invierno, 2004), 73-82. *História Atual On Line*.

West, C. (1994) Race matters. Nova York:Randon House/ Vintage Books .Edição Brasileira: Questão de Raça, São Paulo: Companhia das Letras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões de gênero e de raça têm se caracterizado como dois grandes instrumentos contra-hegemônicos. Possivelmente em função disto, contam com forte oposição e tendências a não serem muito consideradas, não recebendo, ainda, a devida importância que lhes cabem. Contudo, são as mobilizações de uma e outra que inquietam o cenário nacional, propondo que sejam criadas políticas públicas que viabilizem os direitos desses coletivos que têm sido, historicamente, excluídos, não apenas dos palcos de decisões político administrativas, como, efetivamente, de usufruírem os bens comuns da sociedade como um todo, tais como trabalho bem remunerado, moradia bem situada, escola qualificada, etc.

Nesta tese buscamos, por meio de análise de um Projeto de Ação Afirmativa no Ensino Superior, para negros e negras, protagonizado por uma IES e a ONG CECUNE, avaliar como foi o processo de implantação da política pública de cotas para pessoas negras numa IES de Porto Alegre.

É preciso que se diga que a força opositora ao Projeto foi forte, justamente por ser velada e, em assim sendo, tentando impedir a reação contra-hegemônica, qual seja a permanência e o sucesso dos negros e das negras na formação superior. Uma dessas manifestações se deu pela atribuição de bolsas raciais, sem a devida vinculação de pertencimento racial legítima, descaracterizando assim, seu cunho político ideológico. Esse foi um “bloqueio opositor” que ocorreu na distribuição das bolsas no ano de 2005, período em que essa distribuição saiu das mãos do CECUNE, passando às mãos de pessoas desvinculadas do projeto. As consequências desse ato foram fortes, ao ponto de os estudantes descaracterizarem a questão político ideológica da concessão de bolsas raciais.

Gostariamos de lembrar que, dos 282 bolsistas do projeto analisado, 194 são mulheres. Essa é uma questão importante, na medida em que, se nos ativermos ao Mapa de Desigualdade Racial e de Gênero do IPEA (2008), que aponta que mulheres e meninas negras e pobres estão fortemente concentradas no trabalho doméstico, desqualificado, mal remunerado e objeto de forte preconceito em função do desprestígio social, essas bolsistas conseguiram a façanha de sair daquilo que seria seu destino histórico. Trata-se de uma mobilidade não só social, mas de construção de espaço psíquico, que possibilita empoderamento e capacitação para o enfrentamento das barreiras visíveis e invisíveis.

A Coordenadora da ONG CECUNE comentou uma vez em relação a esse grupo de bolsistas que uma das coisas que os faz diferentes é que “os homens carregam na mochila, em geral, seus cadernos, enquanto as mulheres carregam seus cadernos, as

mamadeiras, as contas da casa e, se não cuidarem, a casa toda”. Essa é uma forma jocosa de mostrar que esses dois grupos demonstram formas diferentes de aderir à sua formação de nível superior, e que se a mulher demonstra muitas vezes, ter mais pressa (dos 103 formados, 68 são mulheres) é porque ela, em geral, está ocupada consigo mesma, com seus filhos, com a casa, senão com a comunidade toda.

O trabalho desenvolvido durante a realização desta tese nos permite reafirmar que o constructo sociológico raça permanece necessário de ser estudado, pois dele deriva o racismo e a desigualdade racial. Portanto, se não entendermos o raça como uma categoria importante que define um grupo significativo de brasileiros, torna-se quase impossível de entendermos o grande fosso que existe entre os brasileiros brancos e não brancos, e que esse fosso é sustentado pelas duas modalidades mencionadas: o racismo e a desigualdade racial. Este estudo nos fez ver, através da resistência de alguns bolsistas em trabalhar essas questões raciais, que existe uma forte tendência de ocultamento e silenciamento das condições racistas de nossa sociedade que, ao impedir que as questões raciais sejam trabalhadas, propõe, implicitamente, que não sejam encontradas soluções para as mesmas.

A função da Ação Afirmativa é justamente trazer à tona o problema do racismo que se vive ainda hoje no Brasil, e que é a condição da hierarquização das raças, e, conseqüentemente, da desigualdade racial. Ao nosso ver, a discussão dessas questões permite mostrar as diferentes condições de existência dependendo da cor da pele ou das características secundárias, marcadoras da identidade racial.

Ao compararmos a história de vida dos entrevistados e entrevistadas dos (as) estudantes de nossa pesquisa com o mapa da desigualdade racial, percebemos condições semelhantes, confirmadas por sua condição social, que lhes permitiu ter acesso à bolsa concedida. Nesse sentido entendemos que essas ações se caracterizam como um dos instrumentos mais eficazes de combate à desigualdade, justamente por possibilitar a qualificação desses novos profissionais ao mercado de trabalho de uma maneira mais ampla, já que poderão obter cargos mais elevados e com boa remuneração. Essa é a possibilidade de sucesso pretendida pelo CECUNE. Quando esses bolsistas negros (as) são capacitados por meio do ensino superior aliado à consciência da negritude e de como isso se apresenta em nossa sociedade, teremos profissionais bem preparados, não só tecnicamente, mas também psicologicamente para olhar a realidade sem as amarras da negação frente à maneira como a sociedade funciona.

Houve um tempo na história do Brasil em que se podia dizer que os (as) negros (as) não estavam, enquanto coletivo, habilitados (as) para certas funções. Depois, criaram-se Ações Afirmativas, justamente para combater essa realidade, preparando esse coletivo, para funções mais bem remuneradas. Houve então os que combateram essa possibilidade, alegando que a massa negra “enfraqueceria as Universidades”, explicitando temor diante da ameaça da capacidade de negros (as). Hoje, como no caso da IES em questão, já estão colocados (as) 103 novos (as) profissionais negros (as) muito bem qualificados (as) para esse mercado. Em nenhum momento no decorrer dessa formação, esses estudantes demonstraram algum déficit cognitivo ou alguma incapacidade de compreensão. Isso significa, portanto, que, se antes não tínhamos esses profissionais, era apenas por esta falta de oportunidades. Além disso, além de

qualificados profissionalmente, têm que ter plena consciência das dificuldades que certamente encontrarão ao acessarem o mercado de trabalho, o que poderá limitar atitudes ingênuas ou auto-culpabilizadoras.

Uma outra questão que gostaríamos de chamar a atenção é que não basta existirem vagas e bolsas de estudos para a coletividade negra. Fazer um curso superior na condição de bolsista, não significa apenas não precisar pagar matrículas e mensalidades. É preciso ter condições de deslocamento, de poder comprar livros e material de estudo. E, mais do que isso, é preciso alimentar-se adequadamente. No entanto, essas questões não foram devidamente consideradas. Aparentemente havia a ideia implícita de que essas despesas deveriam ser bancadas pelos (as) próprios (as) bolsistas. Isso fica, de imediato, contraditório na medida em que poucos recursos econômicos financeiros eram justamente condições básicas para candidatar-se às bolsas oferecidas. Quando percebemos que 51, dos 282 bolsistas, evadiram da IES, consideramos que parte da razão dessa evasão pode ter sido motivada por esses problemas de infra-estrutura para a sustentação dos estudos, não se tratando, obviamente, de dificuldades cognitivas ou desinteresse pela academia. Há que considerar que esse grupo de estudantes passou por um processo seletivo bastante rigoroso, e que havia uma expectativa muito grande em relação às bolsas. Nesse sentido, porque mesmo abandonar algo tão caro senão impossibilidades maiores que se coloquem no caminho desses estudantes.

Na entrevista com a Coordenadora do CECUNE, apareceu a informação de que a IES atribuiu a responsabilidade pelos bolsistas aos parceiros comunitários, esquecendo-se das especificidades do caso, como de universidade. Alguns desses

parceiros, tais como o pessoal do MST e das Educadoras Populares, por exemplo, eram associações com um número pequeno de bolsistas. Em sendo associações, tinham acesso bem próximo aos bolsistas indicados, enquanto que o CECUNE, não tinham essa característica de associação, além do que, na seleção, optou pelo acesso universal, isto é, lançou um documento público chamando aquelas pessoas negras que se enquadrassem nas condições propostas. Assim essa ONG, além de ter apresentado o maior grupo de bolsistas, não tinha um acesso mais próximo aos mesmos. Os contatos eram realizados por meio de correio eletrônico ou telefonemas, que muitas vezes não eram respondidos. Isso caracterizou uma relação mais frágil entre CECUNE e bolsistas. Além do mais, a evasão só foi percebida ao longo do tempo, na medida em que os que abandonaram os estudos não recorreram à ONG em busca de apoio, ou mesmo para informar a situação e sua decisão. Mesmo diante desses casos, a IES recusou-se a fornecer informação sobre os estudantes evadidos, alegando que essas informações eram somente da alçada dos estudantes. Esse círculo vicioso de “incomunicação” impediu que 51 dos estudantes contemplados nessa ação afirmativa pudessem alcançar as possibilidades de mobilidade social que um diploma universitário pode fornecer.

Finalizando, podemos considerar que o processo analisado permite afirmar, que as ações afirmativas são necessárias e indispensáveis para promover a diminuição das históricas distâncias que existem entre brancos e negros. Apesar das dificuldades relatadas, dos entraves e das evasões, o número de pessoas que conseguiu superar as adversidades é suficiente para que se considere que o empreendimento foi bem sucedido. Também fica a certeza de que continuar estudando a questão da negritude e da inserção social e profissional de negros e negras é uma necessidade permanente. Para tal é necessário que não só a Academia abra espaços para essa linha de pesquisa, como

possa acolher pesquisadores e pesquisadoras que tenham esse objetivo de investigação. Fica, para reflexão, a pergunta de quanta gente está envolvida na busca do conhecimento sobre o assunto na Universidade onde esta tese se realizou.

ANEXO I
SITUAÇÃO GERAL
DOS
BOLSITAS CECUNE

	ANOS	2004	2005	2006	T	ANOS	2004	2005	2006	TOTAL
CURSO 1.Administração	MULHERES	10	20	6	36	HOMENS	1	8	2	11
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	1	1
	Permanência	2	20	4	26	Permanência	-	7	1	8
	Formatura	8	-	2	10	Formatura	1	1	-	2
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 2.Arquitetura	MULHERES	-	1	-	1	HOMENS	-	1	-	1
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	1	-	1	Permanência	-	1	-	1
	Formatura	-	-	-	-	Formatura	-	-	-	-
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 4.Biomédicas	MULHERES	-	3	2	5	HOMENS	-	-	-	-
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	2	1	3	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	1	1	2	Formatura	-	-	-	-
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 5.Ciências Biológicas	MULHERES	-	2	1	3	HOMENS	-	-	1	1
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	1	1	2	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	1	-	1	Formatura	-	-	1	1
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 6.Ciências Contábeis	MULHERES	2	3	2	7	HOMENS	-	2	2	4
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	2	2	4	Permanência	-	2	1	3
	Formatura	2	1	-	3	Formatura	-	-	1	1
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 7.Educação Física	MULHERES	3	2	1	6	HOMENS	9	8	2	19
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	3	-	-	3
	Permanência	1	1	-	2	Permanência	1	4	-	5
	Formatura	2	1	1	4	Formatura	5	4	2	11
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 8.Enfermagem	MULHERES	2	12	1	15	HOMENS	-	2	-	2
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	8	-	8	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	2	4	1	7	Formatura	-	2	-	2

	ANOS	2004	2005	2006	T	ANOS	2004	2005	2006	T
CURSO 9.Engenharia Civil	MULHERES	-	-	-	-	HOMENS		1	-	1
	Evasão	-	-	-	-	Evasão		-	-	-
	Permanência	-	-	-	-	Permanência		1	-	1
	Formatura	-	-	-	-	Formatura		-	-	-
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO	MULHERES	-	1	-	1	HOMENS	-	1	1	2

10. Engenharia de Produção	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	-	-	-	Permanência	-	1	-	1
	Formatura	-	1	-	1	Formatura	-	-	1	1
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 11. Farmácia	MULHERES	-	2	-	2	HOMENS	-	1	-	1
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	1	-	1	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	1	-	1	Formatura	-	1	-	1
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 12. Filosofia	MULHERES	-	1	2	3	HOMENS	-	-	-	-
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	1	-	1	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	-	2	2	Formatura	-	-	-	-
	ANOS	2004	2005	2006	-	ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 13. Fisioterapia	MULHERES	5	2	1	8	HOMENS	2	2	-	4
	Evasão	2	-	-	2	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	1	-	1	Permanência	-	2	-	2
	Formatura	3	1	1	5	Formatura	2	-	-	2
	ANOS	2004	2005	2006	-	ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 14. Fonoterapia	MULHERES	10	1	-	11	HOMENS	3	-	-	3
	Evasão	4	-	-	4	Evasão	2	-	-	2
	Permanência	-	-	-	-	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	6	1	-	7	Formatura	1	-	-	1
	ANOS	2004	2005	2006	-	ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 15. História	MULHERES	-	1	1	2	HOMENS	-	-	-	-
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	-	-	-	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	1	1	2	Formatura	-	-	-	-

	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 16. Jornalismo	MULHERES	-	4	4	5	HOMENS	-	1	-	1
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	2	-	2	Permanência	-	1	-	1
	Formatura	-	2	4	3	Formatura	-	-	-	-
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 17. Letras	MULHERES	-	7	2	9	HOMENS	-	-	1	1
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	3	2	5	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	4	-	-	Formatura	-	-	1	1
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 18. Matemática	MULHERES	-	2	-	2	HOMENS	-	-	-	-
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	-	-	-	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	2	-	2	Formatura	-	-	-	-
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	

CURSO 19. Música	MULHERES	-	-	-	-	HOMENS	-	4	-	4
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	-	-	-	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	-	-	-	Formatura	-	4	-	4
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 20. Nutrição	MULHERES	8	3	-	11	HOMENS	-	-	-	-
	Evasão	-	1	-	1	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	2	-	2	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	8	-	-	6	Formatura	-	-	-	-
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 21. Pedagogia	MULHERES	-	13	1	14	HOMENS	-	1	-	1
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	3	-	3	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	-	10	1	11	Formatura	-	1	-	1
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 22. Publicidade e Propaganda	MULHERES	-	1	-	1	HOMENS	-	1	1	2
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	1	1
	Permanência	-	-	-	-	Permanência	-	1	-	1
	Formatura	-	1	-	1	Formatura	-	-	-	-

CURSO 23. Serviço Social	MULHERES	1	3	1	5	HOMENS	-	-	-	-
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	2	1	3	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	1	1	-	2	Formatura	-	-	-	-

	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 24. Terapia Ocupacional	MULHERES	7	1	3	11	HOMENS	1	-	-	1
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	1	2	3	Permanência	-	-	-	-
	Formatura	7	-	1	8	Formatura	1	-	-	1
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 25. Turismo	MULHERES	4	1	-	5	HOMENS	-	1	-	1
	Evasão	1	-	-	1	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	-	-	-	-	Permanência	-	1	-	1
	Formatura	4	1	-	5	Formatura	-	-	-	-
	ANOS	2004	2005	2006		ANOS	2004	2005	2006	
CURSO 26. Direito	MULHERES	2	11	4	17	HOMENS	2	11	-	13
	Evasão	-	-	-	-	Evasão	-	-	-	-
	Permanência	1	6	3	10	Permanência	-	7	-	7
	Formatura	1	5	1	7	Formatura	2	4	-	6

QUADRO GERAL DA SITUAÇÃO ATUAL

Entraram	Homens	Mulheres	TOTAL
	72 (+16 ¹)=88	172 (+22 ²)=194	282
Evadidos (as)	Homens	Mulheres	
	7 (+16)= 23	6 (+22)= 28	51
Formados (as)	Homens	Mulheres	
	35	68	103
Permanecem na IES	30	98	128

Obs: Última atualização dos dados: novembro 2010.

¹ Esses 16 estudantes estão depositados na conta CECUNE, mas não compareceram em nenhuma das atividades, de maneira que não foi possível localizar seus cursos e data de ingresso. Constante apenas seus nomes.

² Da mesma forma, essas estudantes constam na conta, mas não se sabe qual curso e ano de ingresso e de saída.

ANEXO II

TABELAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO
DE RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE
RACIAL

Esta tabela refere-se aos estudantes que comparecerm à atividade de avaliação do Curso de Reconstrução de Identidade Racial. Participaram desta atividade 66 estudantes, ingressantes na IES nos períodos de 2005.1, 2005.2 e 2006.

Tabela 1 - Idade dos bolsistas ingressantes nos anos 2005.1, 2005.2 e 2006¹

Idade em anos	Nº em 2005.1	Nº em 2005.2	Nº em 2006	Total das idades
18 a 25	02	08	18	28 pessoas
26 a 30	01	02	09	12 pessoas
31 a 36	01	03	07	11 pessoas
37 a 46	00	05	05	10 pessoas
47 a 60	01	03	01	05 pessoas
TOTAL	05	21	40	66 pessoas

Tabela 2 Sexo dos bolsistas

Sexo	Nº em 2005.1	Nº em 2005.2	Nº em 2006	Total pelo sexo
Feminino	05	17	38	60
Masculino	00	04	02	06
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 3 – Cursos de ingresso e ano – Distribuição dos bolsistas conforme a opção de curso

CURSO	Nº em 2005.1	Nº em 2005.2	Nº em 2006	TOTAL
Pedagogia	02	01	02	05
Enfermagem	01	--	02	03
Ciências Contábeis	01	--	02	03
Administração de Empresas	--	04	06	10
Biomedicina	--	01	02	03
Turismo/Hotelaria	--	01	--	01
Farmácia	--	01	--	01
Educação Física	--	02	02	04
Nutrição	--	01	--	01
Direito	--	05	04	09
Ciências biológicas	--	--	02	02
Filosofia	--	--	02	02
Terapia Ocupacional	--	--	01	01
Serviço Social	--	--	02	02
Publicidade e Propaganda	--	--	01	01
Jornalismo	--	--	03	03
Engenh. Prod.	--	--	01	01

Letras	--	--	03	03
Fisioterapia	--	--	03	03
Não Informou	01	05	02	08
TOTAL	05	21	66	

Tabela 4 - Cor da pele autodeclarada

COR	Nº em 2005.1	Nº em 2005.2	Nº em 2006	TOTAL
Parda	01	02	--	03
Preta	04	17	40	61
Negra	--	02	--	02
Não se identifica	--	--	--	--
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 5 – Grau de Escolaridade da mãe

Grau de escolaridade da mãe:	Nº de mães em 2005.1	Nº de mães em 2005.2	Nº de mães em 2006	Total
Ensino Fundamental incompleto	--	10	10	20
Ensino Fundamental	03	03	13	19
Ensino Médio incompleto	--	01	03	04
Ensino Médio	02	03	09	14
Ensino Superior incompleto	--	01	04	05
Ensino Superior	--	02	00	02
Analfabeta	--	01	01	02
Não informou	--	--	--	--
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 6 Profissão das mães

Profissão das mães	2005.1	2005.2	2006	TOTAL
Doméstica	01	06	04	11
Assistente adminis.	01		02	03
Do lar	01	01	07	09
Tec. Enfermagem		01	01	02
Professora		01	--	01
Funcionária Pública		01	02	03
Aposentada			03	03
Falecida			02	02
Não informada	02	11	19	32
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 7 - Grau de Escolaridade dos Pais.

Grau de escolaridade do pai	Nº de pais 2005.1	Nº de pais 2005.2	Nº de pais 2006	Total
Ensino Fundamental incompleto	02	09	04	15
Ensino Fundamental	--	04	10	14
Ensino Médio incompleto	02	--	02	04
Ensino Médio	01	03	14	18
Ensino Superior incompleto	--	--	03	03
Ensino Superior	--	--	--	--
Analfabeto	--	01	--	01
N. Informado	--	04	07	11
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 8 - Profissão dos Pais

Profissão dos Pais	Nº de pais 2005.1	Nº de pais 2005.2	Nº de pais 2006	TOTAL
Agente Penitenciário	01	--	--	01
Aux. Enfermagem	01	--	01	02
Aposentado/ encontrado	01	--	03	04
Comerciário	--	01	--	01
Policial	--	01	--	01
Eletricista	--	02	--	02
Estivador	--	01	--	01
Funcion. Público	--	01	01	02
Taxista	--	01	--	01
Músico	--	01	--	01
Pedreiro	--	01	--	01
Promotor de vendas	--	--	01	01
Fiscal de ônibus	--	--	01	01
Jornalista	--	--	01	01
Atendente de Farmácia	--	--	01	01
Aux. Administ.	--	--	01	01
Porteiro	--	--	02	02
Aux. de Cobranças	--	--	02	02
Falecido	--	--	03	03
Não Informado	02	12	20	34
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 9 - Estado civil

Estado Civil	2005.1	2005.2	2006	TOTAL
Solteiro(a)	02	15	33	50
Casado(a)	03	02	03	08
União Estável	--	02	06	08
Separado	--	01	--	--
Divorciado	--	01	--	--
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 10- N° de filhos

Posui filhos	2005.1	2005.2	2006	Total
Sim	03	11	23	37
Não	02	10	11	23
Não informou	--	--	06	06
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 11- Como o estudante ficou sabendo do Programade Bolsas

Meio de Informação / Ano Ingresso	2005.1	2005.2	2006	TOTAL
Por amigos	03	10	24	38
Por parentes	01	01	05	07
Pela Imprensa	--	--	01	01
Pela Internet	--	03	04	07
Na comunidade Religiosa	--	--	01	01
No cursinho pré- vetibular comunitário	--	02	--	02
Outros	01	05	05	11
TOTAL	05	21	40	---

Tabela 12 – Qual o conhecimento do bolsista a respeito do regulamento de Bolsas da IES

	2005.1	2005.2	2006	Total
Ouviu falar	01	01	03	05
Conhece Algumas regras	02	09	10	21
Possui uma cópia impressa		05	14	19
Desconhece totalmente o programa		01	01	02
Já leu uma vez	01	03	11	15
Tem críticas a fazer	--	02	01	03
TOTAL	05	21	40	--

Tabela 13 – O bolsista participa de alguma entidade do Movimento Social.

	2005.1	2005.2	2006	Total
Não	04	16	24	44
Sim	01	05	09	15
Qual	CECUNE;Exerc.Salvação; Centro Educ. ; Paróq. Meninio Jesus; OSICAN (Imaculado Coração de Maria)	CECUNE;Curso Pré- vestibular,assistência as crianças,; Sindicato Trab. Gráficos; Xamã –Duas Faces.	Inst. Cr. Diabetes; Assoc. Cultural da Mulher Negra(ACUM);Inst. Dias da Cruz; ENJUNE- Juventude Negra; ACUM;	
Não respondeu	--	--	07	07
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 14 – Avaliação do curso de Cidadania e Reconstrução da Identidade

	2005.1	2005.2	2006	Total
Excelente	01	09	26	36
Bom	04	10	11	25
Regular	--	01	02	03
Ruim	--	--	--	--
Não respondeu	--	01	01	02
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 15 - Auto-avaliação:

	2005.1	205.2	2006	Total
Excelente	01	05	14	20
Bom	03	13	23	39
Regular	01	02	02	05
Ruim	--	--	--	
Não respondeu	--	01	01	02
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 16 - Quais as perspectivas quanto ao mercado de trabalho, após a conclusão de curso:

	2005.1	2005.2	2006	Total conforme a renda/iniciativa/cargo
Renda 500 a 1.000.	01	02	07	10
Renda de 1.000 a 2.000	01	08	17	26
Renda acima de 2.000	03	11	16	30
Total	05	21	40	66
Iniciativa privada	02	10	12	24
Iniciativa pública	02	10	18	30
Iniciativa própria – autônomo.	01	01	10	12
Total	05	21	40	66
Posição assistente	01	01	07	09
Pos. supervisor	02	04	14	20
Pos. gerente	--	04	06	10
Pos. diretor(a)	--	05	07	12
Pos. Dono (a)	01	07	--	08
Autônomo	--	--	--	--
Professor(a)	--	--	--	--
N. Respondeu	01	--	07	08
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 17 – Em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC-

	2005.1	2005.2	2006	Total
Meu curso não pede TCC	--	03	04	07
Ainda não pensei	01	04	11	16
Tenho idéia do tema a abordar	04	07	12	23
Gostaria de tema com implicações sociais (gênero, raça, classe)	--	06	12	18
Outras	--	01*	01**	02
TOTAL	05	21	40	

*- gostaria de trabalhar um tema sobre saúde mental, talvez para negros.

** - O profissional negro no mercado de trabalho.

Tabela 18– Consideração sobre o Programa de Acesso à Universidade.

Programa	Nº em 2005.1	Nº em 2005.2	Nº em 2006	TOTAL
Um divisor de águas na sua vida	01	06	15	22
Uma iniciativa de movimento social	02	08	10	20
Uma iniciativa de uma Ong.	01	10	12	23
Uma iniciativa da universidade privada	02	07	02	11
Uma iniciativa de pessoas negras	02	10	--	12
Uma iniciativa do movimento negro	--	14	--	14
Uma grande experiência	02	10	01	13
Um compromisso cumprido	--	03	--	03

Tabela 19 – As ações do movimento negro são:

	200.1	2005.2	2006	Total
Desconhecidas	01	04	05	10
Provocantes	01	07	07	15
Percebidas	--	--	--	--
Agressivas	--	--	--	--
Assistencialistas	01	07	--	08
Desafiantes	02	--	--	02
Instigantes	--	--	15	15
Incompreendidas	--	03	13	16
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 20 - Sem o acesso à bolsa, qual seria a situação atual desse estudante:

	2005.1	2005.2	2006	Total
Desempregado	--	03	03	06
Morando fora da grande Porto Alegre	--	--	--	--
Cursando Universidade por outros meios	01	02	06	09
Trabalhando na mesma área que antes.	02	07	13	22
Não estaria estudando	02	08	12	22
Fazendo um curso técnico	--	01	06	07
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 21 – O que o bolsista considera emergencial para potencializar a sua formação

	2005.1	2005.2	2006	Total
Boa fluência em língua estrangeira	03	15	17	35
Computador com banda larga em casa.	--	--	03	03
Acesso à especialização	--	05	--	05
Acesso ao mestrado.	--	--	04	04
Um emprego.	--	--	04	04
Mais conhecimento em informática	02	01	10	10
A formação superior de graduação	--	--	02	02
TOTAL	05	21	40	

Tabela 22 A cota racial em qualquer espaço social no Brasil é:

Substantivo	Nº em 2005.1	Nº em 2005.2	Nº em 2006	TOTAL
Um mal necessário	--	02	03	05
Uma solução insuficiente	01	01	01	03
Uma luta política	01	06	11	18
Um governo precário de governo	--	01	--	01
Uma humilhação	--	--	--	--
Uma dívida histórica	02	13	18	33
Uma reparação	03	15	21	39
Um desafio da atualidade	01	03	15	19
Um benefício	01	05	10	16
Um problema da atualidade	--	--	02	02
Uma iniciativa interessante	--	02	09	11
Uma solução inicial	01	10	16	27

Tabela 23 – O que é o Movimento Negro:

	2005.1	2205.2	2006	Total
Um partido nacional	--	--	--	--
Um movimento social	03	16	32	51
Uma iniciativa pública	--	01	--	01
Uma ONG	01	--	04	05
Uma organização social	01	03	--	04
Uma tradição de negros	--	--	--	--
Uma iniciativa popular	--	--	--	--
Um grupo de ONGs	--	---	--	--
Uma instituição dos negros	--	--	--	--
Uma iniciativa privada	--	--	--	--
Um movimento político	--	01	04	05
TOTAL	05	21	40	66

Tabela 24² – As principais causas da baixa representatividade do negro nas melhores posições sociais (ministros, juízes, presidentes, etc.) deve-se:

Causas	Nº em 2005.1	Nº e, 2005.2	Nº em 2006	TOTAL
À escravidão	02	16	21	39
À monarquia	--	01	03	04
Ao racismo	05	16	33	54
Ao próprio negro	--	04	13	17
À desunião dos negros	--	06	--	06
Aos abolicionistas	--	--	--	
À baixa qualidade do ensino público	02	08	--	10
À organização dos brancos	01	04	--	05
À incompetência dos próprios negros	--	01	--	01
À igreja católica	--	02	--	02

² Questão de escolha múltipla.

Questão 35: - Defina em poucas palavras o que o benefício da bolsa integral de estudos significa para você:

Respostas: (bolsistas ingressantes em 2005.1)

- Ampliar meus conhecimentos na área da educação bem como garantir, com uma melhor capacitação profissional, melhoria na qualidade de vida.

- Um presente.

- Um instrumento de exercício profissional no qual poderei me qualificar fazendo assim a diferença no mercado de trabalho

- Pra mim é uma oportunidade, um benefício, uma iniciativa que tem frutos para ser exemplo para outras pessoas, e estímulo para nós afrodescendentes.

- Uma jóia de grande valor e um início de uma melhoria de vida. Até mesmo para minha posteridade.

Respostas: (bolsistas ingressantes em 2005.2)

- Me coloca em iguais condições perante os demais (brancos). Significa um lugar ao sol, principalmente.

- Algo muito importante na minha realização pessoal. Algo que não sei explicar de tão maravilhoso.

- Defino em uma palavra: “tudo”.

- Significa a possibilidade de qualificação, de inserção e de uma possível melhoria financeira. Além disso, desejo contribuir de alguma maneira com a questão da inserção do negro na escola, mídia, alguns segmentos específicos, etc.

- A grande chance de mudança na minha vida, visto que minha mãe não teve essa oportunidade e por consequência poderei ser bem sucedido, através do acesso a altos cargos públicos ou privados, provind desse conhecimento acadêmico, tornando o futuro da minha vida filha, melhor do que o meu presente.

- Representa a oportunidade que sempre quiz.

- Uma oportunidade de crescer profissionalmente e pessoalmente na vida.

- Significa poder arrumar um emprego que me garanta um bom salário para poder ajudar a minha família e tornar a vida mais fácil, estudar com tranquilidade, sem

<p>precisar trabalhar antes da conclusão do ensino médio, melhorou minha auto-estima, me sinto importante.</p>
<p>- Pra mim essa bolsa significa tudo, pois pude realizar o sonho de cursar uma universidade.</p>
<p>- Dignidade para os meus descendentes e antecedentes.</p>
<p>- Difícil dizer, mas posso sintetizar com a frase fleiz jpá citada: “é um divisor de águas”. Significa também um vislumbre de uma vida melhor.</p>
<p>- Para mim é a oportunidade de ver novos horizontes. De me formar, me sentir igual a todos os brancos, de realizar o sonho da minha família ineira, que espera com ansiedade estar na formatura. É a prova de eu e minha raça(cor ou etnia, como quiser) ainda continuamos lutando e superando as dificuldades. AINDA ESTOU VIVA. (as letras garrafais são da própria estudante).</p>
<p>- Uma grande chance de acesso ao conhecimento superior. Possibilidade de crescimento intelectual, social e financeiro. Possibilidade de disponibilizar aso familiares uma condição melhor de vida e o próprio incentivo para outras pessoas.</p>
<p>- Significa portas abertas para um futuro promissot com oportunidades que não existiriam sem o benefício.</p>
<p>- Significa a chance de me tornar uma pessoa melhor qualificada.</p>
<p>- No mínimo uma ótima oportunidade. É como costumamos dizer entre nós bolsistas: “ganhamos na loteria. Sem essa oportunidade não sei se poderia estudar”.</p>
<p>- a oportunidade de estar cursando um curso superior, de dar melhores condições de vida à minha família, e de ajudar e mostrar a outros negros que somos capazes e podemos nos qualificar também, E tudo pra mim, esta na IES, hoje.</p>
<p>-A bolsa é a realização de um sonho, depois de ter saído do ensino médio , agradeço a Deus todos os dias por esse presente.Gostaria que outros irmãos pudessem ingressar no nível susperior.</p>
<p>- Primeiro lugar é um direito de nós negros, que sofremos e lutamos muito; segundo lugar, uma oportunidade de estar na faculdade e meudar a visção de muitas pessoas. Uma conquista, uma vitória.</p>
<p>- Pra mim esta bolsa significa a chence de poder estudar e de me qualificar de masma maneira que os outros alunos, tendo uma oportunidade de crescer na vida profissional.</p>
<p>-Uma oportunidade ímpar.</p>
<p></p>

Respostas: (bolsistas ingressantes em 2006):
- Muito importante. Neste momento da minha vida , não tenho como custear um curso superior.
- Significa a conclusão de uma etapa de minha vida.
- Qualificação ao mercado de trabalho.
- Tudo o que eu queria era estar mesmo na faculdade, e eu consegui através da bolsa.
- Se não fosse essa bolsa eu jamais iria fazer uma faculdade.
- A bolsa integral significa um sucesso pessoal e profissional.
- O benefício da bolsa integral mudou minha vida por proporcionar em mim uma nova perspectiva de vida, por acreditar que poderei ser independente e continuar batalhando novos horizontes.
- Uma chance de aprendizado maior e com isso, uma carreira digna de um esutante batalhador.
- Significa tudo a muito tido com perspectiva de um futuro melhor. Infelizmente perdi, mas estou lutando para recuperar. Estou desempregada e minha mãe é quem me sustenta, não tendo condições de custear os meus estudos.
- Para mim, além da tranquilidade é um ganho pessoal, uma perspectiva de vida melhor, uma realização de um sonho.
- Para mim é de muita importância, pois sem a bolsa certamente não conseguiria realizar o sonho de um dia conseguir me formar.
- Uma oportunidade de estudo, conhecimento e fortalecimento.
- O benefício significa tudo em minha vida, pois me possibilita a garantir minha graduação com tal não teria condições de realizar.
- Pra eu a faculdade é tudo! Amo meu curso , o quanto ele é importante pra meu futuro. A bolsa é de suma importância, pois sem ela eu infelizmente não teria acesso a este curso.
- Tudo. Sem esta bolsa eu jamais estaria na universidade, eu dou valor a cada dia pela minha bolsa, me dedico e agradeço de coração ao CECUNE e ao IPA, por esta oportunidade.
- Conquista; - possibilidades; - crescimento pessoal;- conhecimento; - integração;
- Significa uma retratação cultural do passado muito incompreendido em mal entendido

por todos;
- Dedino assim: “oportunidade única”, pois além de estudar tenho a possibilidade de colaborar para a minha reconstrução de nossa identidade;
- significa um melhor futuro profissional para minha vida, e muito mais conhecimento;
- Significa um avanço cultural e sócio-econômico;
- Sem a bolsa integral seria impossível neste momento da minha vida, entrar em uma faculdade;
- Significa a chance de estar cursando uma universidade; dando uma oportunidade maior as minhas filhas quando estiver colhendo frutos dessa oportunidade que hoje me é dada;
- É um recomeço, uma vitória ao mesmo tempo pois com a bolsa pude ver a minha importância para a nova geração da minha família. Estou servindo de espelho;
- Para mim significa a solução de uma etapa de minha vida, pois com ela pude estudar; estar cursando um curso de nível superior;
- Este benefício significa poder estar cursando nível superior, e poder usufruir de todo o conhecimento obtido no curso. Algo importantíssimo na minha vida, para o meu crescimento;
- Significa tudo, pois sei que tenho a capacidade de me graduar e me especializar cada vez mais nos estudos.
- Significa uma grande chance de eu ser alguém na vida, pois sem a bolsa integral, nunca teria esperança de que um dia iria realizar o sonho de entrar em uma faculdade;
- Este benefício é muito importante para mim. Sem ele com certeza não estaria cursando uma faculdade;
- É a minha principal ferramenta de ter acesso a cultura e futuramente estar ocupando cargos que para dizer que não são ocupados por negros, são pouco ocupados por negros.
- Significa tudo de bom em acontecimento na minha vida, além do nascimento da minha filha, graças a esse benefício hoje sou uma universitária, acredito eu de outra forma isso talvez não tivesse sido possível;
- Um benefício importantíssimo, sem ele não conseguiria concluir uma graduação nem teria perspectivas futura.
- Foi e tem sido um presente divino, uma graça atendida. Mas não um milagre, pois tenho de lutar muito para mantê-la

- Significa a construção do meu futuro profissional, familiar e pessoal. Importanssimo obter conhecimento e me tornar uma pessoa que lute pelos meus ideais, assim comoo CECUNE luta por nós negros. A bolsa é a porta para o sucesso de minha vida.
-Significa a mudança da quaidade de vida, mais oportuniades profissionais, elevação da auto-estima, conhecimento, cpacitação, reconhecimento como ser humano.
- Conseguir melheores oportuniades;
- Para mim é uma inciativa muio importante, pois está me ajudando a concluir um sonho de me formar na área em que escolho para atuar.
-Uma oportunidade única de fazr um curso superior, pois em a bosa isso não seria possível.
- Uma transformação constante, que só poderia acontecer com, a através desse beneficio.
- É um dividos de águas; é uma luta diária.

QUESTÃO36 - De que maneira sua vida profissional, a partir da sua formação acadêmica, você pensa me contribuir com as ações afirmativas ou ações equivalentes de forma a multiplicar os efeitos do benefício que você recebeu?
Respostas: (bolsistas ingressantes em 2005.1)
- Propiciando aos companheiros e companheiras de jornada, quer no espaço de atuação profissional, quanto nos espaços ocupados pela comunidade negra carente, esclarecimentos à respeito dos verdaeiros direitos de todaos os cidadãos(as) no quesito educação.
- Ainda não pensei nisso.
- Continuar me qualificando para que apartir daí, passar meu conhecimento a outras pessoas.
- Penso em trabalhar no meio social, junto à comunidadee, fazendo meu papel como aluno que foi beneficiado com uma inciativa social.
- Repassando o conhecimento que obtive nesse período a todos que estarão iniciando o mesmo caminho que segui.
Respostas: (bolsistas ingressantes em 2005.2)

- Pretendo participar de movimentos semelhantes, para que outros possam ter os benefícios que tive.

- Ser exemplo perante todos os negros, e em especial para meu filho, mostrar que também somos capazes.

- Faço Direito, pois quero o justo, a justiça, o correto, o acerto, a igualdade, o bem comum; e através da minha produção poderei agir e ter ótimos resultados.

- Primeiramente penso em meus filhos, ou seja, poder ser um exemplo concreto que é através do estudo que se alcança o êxito. Penso também em outros familiares que têm baixo nível de escolaridade. Profissionalmente almejo contribuir junto a minha comunidade (negra) em ações que envolvam racismo.

- Sem dúvidas, irei contribuir para que nós negros tenhamos um grande progresso.

- sei que existe em minha área um segmento do Turismo para a população negra. Quero me inteirar e ver o que posso contribuir para isso.

- Já estou fazendo, pois mais de três bolsistas CECUNE, já estão estudando aqui por indicação minha.

Resposta: (bolsistas ingressantes em 2006)

- Contribuindo com o Movimento Negro na luta constante de melhor qualidade de vida para a pop negra através de projetos e na prática profissional.

-De maneira a repassar a ajudar as pessoas com os mesmos benefícios os quais eu pude contar.

- Passando a participar mais de grupos e interagindo tudo o que aprendi com o CECUNE, que é muito gratificante.

- Acredito que o curso o qual estou cursando será muito relevante para contribuir nas ações afirmativas.

- Todas possíveis; penso inclusive atender as demandas de racismo e quaisquer outras que tenham relação com a questão do negro.

- Incentivar as pessoas a sempre querer mais e a lutar por seus ideais e aceitar de que também é possível conseguir aquilo que almeja: satisfação

- Pretendo contribuir da mesma maneira que eu recebi este benefício assistência jurídica para quem necessite trabalhar em ONGs, enfim. Tudo que puder para retribuir

esta oportunidade que eu recebi.
- Através da minha prestação de informações
- Ainda não pensei nisso, mas certamente é uma coisa que vai ficar como uma obrigação pra mim, já que consegui, contemplado com essa bolsa.
- Trabalhar com e para a pop negra. Colocar o negro na mídia.
- Prpporcinondo a outras ONGs ou movimentos, auxilio e contribuição para melhorar a construção da cidadania para os negros e com os mesmos.
- Talvez fzzendo parte do grupo que discutimos hoje em sala de aula, desta comissão. Com certeza estarei sempre á disposição não só do grupo CECUNE, mas de toda a comunidade carente, sempre que possível.
- Trabalhar com ações voluntárias na área de enfermagem, ajudando a pop mais carente.
- como uma boa filósofa, começarei a partir da ética e cidadania.
- Sou uma multiplicadora do CECUNE no meu dia a dia, pretendo assim que me formar se tudo der certo, continuar no trabalho com o CECUNE, pois vale à pena, aprendi a também me valorizar como negra.
- Através de participação ou elaboração de projetos onde seja alimentando a importância da valorização das diferenças ou a consciência da mesma. Ser o resultado positivo dessas ações afirmativas.
- Bom na minha vida profissional creio que não contribuiria muito. Mas na vida pessoal e social pretendo falar sobre a cultura afro-brasileira, falando sobre o assunto e mostrando e lembrando a importância dos negros pra o desenvolvimento do Brasil. Juntamente com minha irmã que é estudante do curso de história, temos esse projeto social
- quero incentivar aos meus alunos (brancos e negros) a compreender que qualificação é de extrema importância para toda a sua vida. E como ele fará isso, será o seu diferencial.
- Apoiando sempre as ações afirmativas com participação sempre que possível, mostrando que sou um exemplo que saiu desta ação.
- Quero comprar uma sede para o CECUNE e sei que vou conseguir, nem que seja com o dinheiro do meu noivo.
- Como minha formação acadêmica será na área da educação pretendo sempre levantara bandeira das ações afirmativas, pois elas são extremamente necessárias e este

<p>é somente o início da caminhada.</p>
<p>- Orientando, aos formando a seres críticos, com capacidade de lutar pelo que é seu de direito.</p>
<p>- Irei ajudar a incentivar a novos jovens a estudar, mostrando o meu exemplo. Irei levantar a questão do negro no mercado de trabalho.</p>
<p>- Estou me formando um docente, e é por este viés que pretendo contribuir com a ajuda que me for dada, pois vou sempre contribuir com meus conhecimentos, ou seja, vou passar para meus futuros alunos sobre toda essa questão de etnia, ação afirmativa.</p>
<p>- Com total disponibilidade para organizar, criar meios para que este processo continue.</p>
<p>- Fazendo exposições de coisas que aprendi com o grupo.</p>
<p>- Uma boa comunicação alertando a sociedade “branca” que aos poucos a negra estarão mais qualificados e assumindo papel importante no mercado nacional.</p>
<p>- Sinceramente ainda não sei. Mas tenho pensado de que forma poderia contribuir para multiplicar este benefício recebido.</p>
<p>- Vou incentivar a outros negros que persistam nos seus sonhos e continuem lutando para chegar aonde cheguei</p>

ANEXO III

CARTA DE APROVAÇÃO

DO

COMITÊ DE ÉTICA



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-891/10

Porto Alegre, 23 de agosto de 2010.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 10/05062 intitulado "**Negros e negras no ensino superior privado: um estudo sobre a raça e etnia**".

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e finais deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.
Profa. Marlene Neves Strey
FAPSI
Nesta Universidade